

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

UNIRIO

Programa de Pós-Graduação em Memória Social

**Rosimere Mendes Cabral**

Bibliotecas de Alexandria:  
usos políticos da memória e do esquecimento

RIO DE JANEIRO

2015

Rosimere Mendes Cabral

Bibliotecas de Alexandria:  
usos políticos da memória e do esquecimento

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como parte dos requisitos para obtenção do grau de Doutora em Memória Social.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Jô Gondar

Rio de Janeiro  
2015

C117

Cabral, Rosimere Mendes.

Bibliotecas de Alexandria : usos políticos da memória e do esquecimento / Rosimere Mendes Cabral. - 2015.

107 f. : il. ; 30 cm.

Tese (Doutorado em Memória Social)-  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

Bibliografia: f. 104-108.

1. Bibliotecas - Alexandria (Egito), séc. III a.C. - VII d.C. 2. Bibliotecas - Alexandria (Egito), séc. XXI. I. Título.

CDD 027.032

ROSIMERE MENDES CABRAL

Bibliotecas de Alexandria:  
usos políticos da memória e do esquecimento

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como parte dos requisitos para obtenção do grau de Doutora em Memória Social.

Aprovado em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

Banca Examinadora

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Jô Gondar – Orientadora  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

---

Prof. Dr. Francisco Ramos de Farias  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

---

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Lobelia Faceira  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

---

Prof. Dr. Cristian José Oliveira Santos  
Câmara dos Deputados

---

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Elisabete Gonçalves de Souza  
Universidade Federal Fluminense

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus por me guiar e iluminar meus caminhos em todos os momentos de dificuldades ao longo da minha jornada. Aos meus pais, pois sem o esforço empreendido na minha criação e educação eu não teria alcançado mais este patamar da vida acadêmica. O incentivo recebido foi essencial para a concretização deste sonho.

À minha orientadora Jô Gondar pela paciência e persistência durante os longos anos de pesquisa e discussões acaloradas, pelo incentivo nos momentos delicados cheios de dúvidas e apreensão em relação à tese.

Ao meu amor e querido companheiro Eduardo Szrajbman pelo grande apoio e auxílio, sempre disposto a ajudar em todos os momentos de dificuldades, pelas leituras e traduções feitas no decorrer do doutorado. Passamos por muitos momentos, decidimos morar juntos, mudamos de apartamento, nos casamos e tivemos nosso primeiro filho e o nome escolhido é Alexandre. Qualquer semelhança não é mera coincidência! Seu incentivo foi primordial para a concretização deste trabalho. Sem você eu não teria realizado mais este sonho, obrigada!

A todos que acreditaram e participaram da realização deste sonho, o meu muito obrigada!

*Toda biblioteca dissimula uma concepção implícita da cultura, do saber e da memória, bem como da função que lhes cabe na sociedade de seu tempo. É verdade também que a história da cultura e da relação com a memória reside, em grande parte, na subversão dessas regras, desses recortes, desses limites, e na invenção de novas ligações, de novos lugares de saber. (JACOB, 2000, p.10)*

## RESUMO

Analisa, comparativamente, o papel político das Bibliotecas de Alexandria. Confrontam-se as duas bibliotecas, através do método da história comparada, a da antiguidade e a do mundo moderno, priorizando o uso político do mito que envolve a primeira, enquanto estratégia que combina memória e esquecimento no processo de criação da atual. Apresenta um panorama do surgimento da escrita, na Mesopotâmia, e o impacto desta revolução na história da humanidade. Discute o papel político das bibliotecas da antiguidade ao enfatizar os usos políticos da memória e do esquecimento como estratégias de poder por meio do saber. Analisa a construção do mito que envolve a famosa Biblioteca de Alexandria e os interesses daqueles que o teriam forjado. Aborda uma discussão acerca da mitificação criada em torno da antiga biblioteca como estratégia política na formação da nova Biblioteca Alexandrina. Conclui-se que as duas bibliotecas foram utilizadas como instrumentos de poder e saber, mesmo que sob formas distintas.

Palavras-chave: Memória Social. Biblioteca Alexandrina. Biblioteca de Alexandria. Mito. Memória e esquecimento.

## **ABSTRACT**

Performs a comparative analysis of the political role of the two Libraries of Alexandria. Confronts both libraries, through the method of comparative history, the ancient one and its modern era counterpart, prioritizing the political use of the myth that surrounds the former as a strategy that combines memory and oblivion in the process of creating the latter. Presents an outlook of the birth of writing in Mesopotamia and the impact of this revolution in human history. Discusses the political role of the ancient libraries by emphasizing the political uses of memory and oblivion as strategies of power through knowledge. Analyzes the construction of the myth surrounding the famous Alexandria library and the interests of those who have forged it. Addresses a discussion of mystification created around the ancient library as a political strategy on the creation of the new Alexandria Library. Concludes that the two libraries were used as power and knowledge tools, even though in distinct ways.

Keywords: Social Memory. Bibliotheca Alexandrina, Library of Alexandria. Myth. Memory and oblivion.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 – Mesopotâmia VII milênio a.C.....	25
Mapa 2 – A expedição de Alexandre.....	45
Fotografia 1 – Papiro - planta originária das margens do Rio Nilo.....	19
Fotografia 2 – Formato de <i>microchip</i> .....	84
Fotografia 3 – Muro com hieróglifos egípcios.....	84
Fotografia 4 – Vista externa da Biblioteca Alexandrina .....	85
Fotografia 5 – Salão Principal da Biblioteca Alexandrina .....	86
Fotografia 6 – Biblioteca para Jovens .....	87
Fotografia 7 – Biblioteca Infantil .....	88

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b>	9
2	<b>MEMÓRIA E ESQUECIMENTO: LEITURA E ESCRITA NO MUNDO ANTIGO</b>	18
2.1	<b>Povoamento da Mesopotâmia: suportes e usos da informação como objetos de memória</b>	22
2.2	<b>Leitura e escrita no Egito antigo: usos políticos da memória e do esquecimento</b>	31
3	<b>BIBLIOTECA DE ALEXANDRIA: SABER E PODER NA ANTIGUIDADE</b>	40
3.1	Origens	40
3.2	Criação e mito: memória artificial	53
3.3	Fim do reinado ptolemaico	62
4	<b>A BIBLIOTECA DE ALEXANDRIA NO MUNDO MODERNO</b>	69
4.1	<b>O renascimento alexandrino</b>	70
4.2	<b>O projeto da Biblioteca Alexandrina: memória e esquecimento</b>	71
4.2.1	Arquitetura, estrutura e acervo	83
5	<b>CONCLUSÃO</b>	96
	<b>REFERÊNCIAS</b>	104

## 1 INTRODUÇÃO

A história das bibliotecas, afirma Christian Jacob (2000), é habitada pelo mito, e Alexandria é um dos pólos fundamentais desse imaginário. A idéia que nos é passada sobre a Biblioteca de Alexandria carrega ela mesma uma aura especial: ela é a metáfora de todo o saber do mundo, de todas as palavras e pensamentos já formulados e mesmo daqueles que ainda não o foram. Mas Alexandria é, ao mesmo tempo, a metáfora de uma interrupção na transmissão desse saber: a idéia do incêndio, da ruína, do esquecimento convivem com a do saber absoluto, e esse convívio de contrários alimenta a aura mítica da biblioteca.

Com a Biblioteca de Alexandria temos também uma demonstração do quanto o acúmulo de livros e o domínio da memória, em qualquer biblioteca, em qualquer situação, possuem um significado político. A acumulação de todos os escritos da Terra a qualquer preço, mesmo o da pilhagem e do roubo, um projeto intelectual de ordenação, o controle do acesso, a primazia de uma língua e de uma cultura, tudo isso faz dos escritos acumulados em Alexandria instrumentos de poder, e do domínio da memória um signo de poder. Ora, o mito que envolve a Biblioteca de Alexandria tornou-se também ele, e por contiguidade, um signo de poder.

Esse mito prestou-se a usos políticos. Esses usos entremeiam relatos históricos e relatos imaginários, lembranças e esquecimentos. Esse jogo é antigo, e está presente não só em cada operação de seleção de lembranças como nos próprios processos de criação no campo da memória: inventa-se ou ressalta-se o que interessa, esquece-se o que não interessa. Desse modo, todo jogo político envolve lembranças e esquecimentos, e todo mito implica o entrelaçamento de ambos.

Dois mil e trezentos anos mais tarde, uma outra biblioteca pretende valer-se do mito tecido em torno de Alexandria – a atual Biblioteca Alexandrina, erigida numa área supostamente próxima daquela que teria sido destruída há tantos séculos. Seria possível compará-las? Teriam elas a mesma pretensão? A mesma função? A mesma aura? Estariam ambas obedecendo ao mesmo jogo político? E qual seria o papel do mito neste jogo?

Em busca de uma possibilidade de compreensão, propõe-se um olhar para o Egito antigo e moderno, a fim de se examinar de que forma os usos políticos do mito criado na antiguidade possibilitaram o processo de criação da Biblioteca Alexandrina

em pleno século XXI. Em outras palavras, pretende-se analisar a teia formada em torno do mito de Alexandria e os usos políticos advindos deste mito em relação à memória e ao esquecimento, na produção de conhecimentos, como táticas de dominação através do saber.

Uma análise histórico-comparativa da antiga com a atual sociedade egípcia se faz necessária em busca de aproximações, diferenças e singularidades que possam clarificar os estudos relacionados à região. As estratégias políticas das bibliotecas de Alexandria estão no cerne desta pesquisa, pois possivelmente representam preponderante força nas relações de poder por meio do saber no Egito, tanto no mundo antigo quanto no mundo moderno, assim como por meio da legitimação pelo mito.

A questão central deste trabalho é discutir algumas facetas construídas em torno da criação do mito de Alexandria em dois momentos históricos distintos: tanto no que diz respeito ao fundador da cidade, Alexandre Magno, e à famosa Biblioteca de Alexandria, quanto na sua apropriação muitos séculos mais tarde pelos fundadores da Biblioteca Alexandrina. Assim, sem esquecer a diversidade histórica e a distinção entre os dois projetos, pretende-se analisar de que forma o mito serviu aos interesses políticos tanto dos sucessores de Alexandre, como dos conselheiros da UNESCO e do ex-Presidente egípcio Hosni Mubarak no contexto da atual biblioteca. Tais facetas incluem as aspirações de formação de um império e uma biblioteca universais como estratégias políticas de dominação através do saber no mundo antigo; e os usos políticos desse mito, elaborado ao longo da história, que influenciaram a criação da nova biblioteca.

O acúmulo de milhares de livros nas estantes das bibliotecas desde a Antiguidade remete às aspirações universais de reis que indicam, por conseguinte a idéia de que a posse dos livros estaria relacionada ao poder, ou melhor, que seus proprietários adquiririam vantagens nas relações de poder advindas da posse do conhecimento registrado em milhares de livros/tabuletas de argila em bibliotecas construídas e mantidas por reis como pontos cruciais à manutenção do poderio político, social e econômico na rivalidade política com outras potências.

Uma possibilidade para a compreensão desta aspiração refere-se às articulações entre poder e saber, que foram estudadas em especial por Foucault (2012), indicando que os saberes se organizam visando atender a uma vontade de poder. Tal idéia desenvolve a conhecida relação tematizada por Francis Bacon, no

início do século XVII: mais saberes conferem mais poderes. Foucault não discorda totalmente, porém mostra que os saberes são constituídos baseados em uma vontade de poder, e funcionam como se fossem correias transmissoras do próprio poder a que estão servindo. A criação, manutenção e destruição de bibliotecas desde a Antiguidade indicam como as relações de poder e força estão no cerne de seus projetos mostrando que os saberes se constituem baseados em uma vontade de poder, e que o conhecimento acumulado em milhares de tabuletas e rolos de papiro se articula aos projetos políticos de reis ao longo dos séculos, como veremos adiante em Nínive e Alexandria.

O fascínio pela história das bibliotecas desde a Antiguidade, em especial a Biblioteca de Alexandria, norteia o estudo realizado desde a minha graduação em Biblioteconomia na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, passando pelo mestrado em Memória Social na mesma universidade, no qual foram abordadas as construções políticas da memória que envolvem as Bibliotecas de Alexandria, culminando com esta tese que pretende analisar os projetos de construção e manutenção da antiga biblioteca e da atual Alexandrina a partir dos usos políticos da memória e do esquecimento como estratégias de preservação e apagamento. Memória e esquecimento advêm das práticas sociais constituídas historicamente desde o surgimento da escrita antiga, e podem ser vistas com mais clareza a partir da criação de bibliotecas desde a Antiguidade, de forma que a reunião de milhares de tabuletas ou rolos de papiro está relacionada à necessidade de lembrar, ou seja, a uma possibilidade de uso da escrita contra o esquecimento.

A história da antiga biblioteca está envolta em mitos e lendas, povoando até hoje o imaginário de pesquisadores e historiadores de diversas partes do mundo, pois apesar de sua importância na Antiguidade, apenas alguns vestígios foram encontrados pelas gerações seguintes. O conquistador Alexandre Magno fundou a cidade de Alexandria e dele surgiu a idealização de uma biblioteca como parte de seu projeto de conquista e dominação que chegou ao Oriente e a Ásia, tendo como política de controle das regiões conquistadas a manutenção da administração a que elas estavam habituadas e o processo de “civilização” dos bárbaros por meio de casamentos mistos com os gregos<sup>1</sup>. Após a fundação da cidade de Alexandria,

---

<sup>1</sup> Modelo de conquista engendrado por Alexandre foi a *polis* grega, inicialmente usando os casamentos mistos para solucionar a clivagem étnica. Depois, seus sucessores a transformaram numa clivagem econômica na qual a helenização permitiu maior união entre a aristocracia.

estudos realizados por pesquisadores indicam que Alexandre Magno pretendia transformá-la num centro de saber, cultura, política e economia que com o auxílio de seus sucessores imediatos tornou-se por mais de novecentos anos o epicentro do pensamento grego e romano (LÉVÊQUE, 1987).

O mito que envolve a famosa Biblioteca de Alexandria e suas histórias é tema central desta tese e será abordado não sob a ótica da antropologia de Claude Lévi-Strauss, nem tampouco sob a ótica da mitologia pensada como narrativa das origens de algo. Preferiu-se aqui a perspectiva de Barthes (2013), para quem o mito – ou as mitologias – são idéias que se tornam naturalizadas para servir a determinados interesses. Numa obra que se tornou famosa, Barthes se debruçou sobre alguns mitos da vida cotidiana francesa – o cérebro de Einstein, o rosto de Greta Garbo, a astrologia, entre outros – para desmontar os mecanismos de sua naturalização, mostrando como esses mitos deveriam ser encarados como frutos de contingências históricas e políticas. Para Barthes, os mitos que são consumidos na vida cotidiana estariam envolvendo a inteligência, a beleza e o destino, entre outras idéias, numa aura de verdade indiscutível e ideal inquebrantável. Desse modo, eles são apresentados como “naturais”, ao invés de construções históricas a serviço de determinados interesses sociais e políticos. A proposta de Barthes é a de desmistificar esses ideais, desmontando seus mecanismos e mostrando os interesses que estariam na base de sua construção.

Ora, o mito de que se vale a Biblioteca Alexandrina no século XXI também poderia ser “desmistificado” dessa maneira. Mas, para isso, será necessário analisar a produção do mito em duas situações históricas e políticas distintas – século III e século XXI. A Biblioteca antiga de Alexandria foi parte de um projeto político de dominação através do saber, projeto iniciado por Alexandre Magno durante suas conquistas e ideais de construção de um império universal, e continuado por seus sucessores. Esse projeto já se construía a partir de um mito: a pretensão de que esta biblioteca fosse completa, universal, abarcando em seu interior todo o conhecimento já produzido no mundo, em todas as línguas e assuntos. Ainda hoje é controversa a sua história devido à falta de vestígios da sua existência, pois sofreu algumas catástrofes como incêndios e saques, que a destruíram totalmente. Não se sabe sequer o local exato onde foi construída. Muitas são as histórias e lendas em torno da famosa biblioteca, e seria possível pensar que o mito advém dessas histórias constituídas durante seu processo de formação, manutenção e destruição

que serão discutidas na primeira parte desta tese. No entanto, a construção dessas histórias e lendas não se deu ao acaso, mas de acordo com certos interesses que ficaram escamoteados em prol de uma suposta naturalização dos fatos. É a mistura entre natureza e história que estaria na base desse processo de mitificação, e é a partir desta idéia de Barthes (2013) que a antiga biblioteca será analisada, a fim de se mostrar como seu mito foi usado como estratégia política na formação da atual.

A construção do mito em torno da história da antiga biblioteca de Alexandria envolve muitas facetas que serão investigadas ao longo deste trabalho. Uma delas refere-se ao local exato onde foi construída. Este ainda é uma incógnita devido a sua total destruição, mas acredita-se que poderia ser onde hoje é a universidade de Alexandria, bem próximo ao local da nova Biblioteca Alexandrina, construída com a intenção de se tornar um centro de saber de referência mundial. Outra faceta refere-se ao projeto repleto de implicações éticas e políticas, idealizado e implementado pelo ex-governante do Egito, Hosni Mubarak, com o apoio da UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – assim como de diversos países e personalidades que enviaram livros para a sua formação, atendendo a pedidos de Mubarak e de Amadou-Mahtar M'Bow, que essa Biblioteca foi criada. Inaugurada em fins de 2001, num importante momento histórico – os atentados terroristas ocorridos nos EUA – a nova biblioteca Alexandrina está envolta, assim como a antiga, numa estratégia política de dominação através do saber. Mas caberia perguntar: seria uma mesma estratégia ou seriam estratégias diversas? É preciso lembrar que por dominação Foucault (2011, p. 181) entende não uma ação global de um grupo sobre o outro, mas sim um processo possível através de “múltiplas formas de dominação que podem se exercer na sociedade”, em todas as direções e sentidos. Portanto, essas formas de dominação podem ser múltiplas e podem se modificar em diferentes sociedades e em diferentes momentos. Pretende-se analisar estas estratégias a partir do mito da antiga biblioteca, levando em conta as relações de poder, saber e comunicação constituídas historicamente no processo de criação e manutenção da atual biblioteca, assim como as articulações entre memória e esquecimento advindas deste processo.

No entanto, também podem ser apontadas algumas semelhanças entre as estratégias das duas bibliotecas. As estratégias políticas utilizadas hoje, num período de globalização são, em certo sentido, similares àquelas utilizadas nos períodos de expansão imperial, como na época de Alexandre Magno na Grécia e no

Oriente, conforme mostram Negri e Hard (2001) em *Império*, importante livro do campo da Ciência Política. Estes autores apontam que, diferentemente do período moderno no qual se procurava preservar as fronteiras que delimitavam a identidade territorial ou cultural de um país, na pós-modernidade a assimilação cultural se tornou uma estratégia do poderio econômico e político, permitindo assim a expansão do mercado mundial. Desta feita, o recurso à cultura e ao saber se tornaram estratégias políticas essenciais no mundo contemporâneo. A cultura está sendo pensada como um recurso essencial no mundo globalizado, segundo Yúdice (2004) em sua obra *A conveniência da cultura: usos da cultura na era global*. Para Yúdice (2004) a cultura vem sendo dirigida de forma crescente como um recurso que visa melhorias econômicas e sociopolíticas, visando aumentar sua participação numa era na qual o envolvimento político está decadente. Com a intensidade da globalização, que fez aumentar exponencialmente os contatos entre diferentes povos e as migrações, a problematização dos usos da cultura tornou-se um expediente nacional. Novos modelos de financiamento da cultura estão sendo testados em muitos países, como substituição aos antigos investimentos – que resultaram em bons retornos econômicos, porém em grande desigualdade social – tais como o capital físico dos anos 1960, o capital humano dos anos 1980 e o capital social dos anos 1990. Como consequência, o foco agora está voltado aos investimentos na sociedade civil, tendo a cultura como a maior atração.

As implicações advindas dessa ligação do mundo antigo com o mundo moderno orientam o estudo das Bibliotecas de Alexandria a partir dos usos políticos da memória e do esquecimento constituídos historicamente no processo de elaboração dos projetos de criação e manutenção das mesmas. Ao se afirmar que as duas bibliotecas estariam envoltas em relações de poder e saber estabelece-se entre elas uma comparação a partir de uma aproximação: o uso político do conhecimento que cada uma delas abrange, disponibiliza e veicula. A proposta metodológica desta pesquisa é utilizar o método da história comparada, ou seja, um estudo histórico comparativo que leva em conta diferenças e semelhanças entre as duas bibliotecas.

Comparar significa equiparar, confrontar, sejam situações, contextos, realidades em busca de semelhanças e diferenças entre os termos sujeitos à comparação. Há dois caminhos básicos: o primeiro, enfatizar aproximações, ao estabelecer analogias, semelhanças entre eventos, personagens, processos que

estejam sendo submetidos à comparação; ou o segundo, enfatizar as diferenças, distanciamentos, distinções e singularidades entre os itens a ser comparados. O método histórico comparativo possibilita ao pesquisador partir do tempo presente e comparar com o passado, de forma a tornar impossível qualquer ilusão de continuidade, ou seja, comparar para desfazer uma unidade entre o atual e o anterior. O processo de comparação busca assim fixar desigualdades e singularidades entre os termos a ser comparados, visando que as equivalências sejam postas em dúvida. Comparar não para encontrar, mas sim para suscitar a invenção, a criação, a partir de signos, restos e vestígios do passado.

Não basta, no entanto, fazer aproximações, buscar semelhanças e identidades entre as duas bibliotecas e as sociedades que as criaram, mas sim enfatizar as diferenças, as distinções, singularidades, distanciamentos entre elas, conforme proposto por Albuquerque (2009) com o método da história comparada, devendo o pesquisador indicar se pretende apenas fazer aproximações e buscar semelhanças, ou como no caso desta pesquisa, indicar as singularidades de cada biblioteca, levando em consideração os contextos históricos, as diferenças, distanciamentos, mas, também, as semelhanças e os interesses políticos a elas articulados.

O método da história comparada explicitado por Albuquerque (2009, p. 10) indica “comparar, não visando a aproximar, mas visando a estabelecer ou medir a distância que nos separa deste outro que traz consigo novas possibilidades de valores e posições políticas”. A metodologia em questão busca comparar não com o intuito de copiar ou repetir, mas sim comparar visando à diferença, a criação, a invenção. É a partir desta perspectiva que as Bibliotecas de Alexandria serão estudadas. Buscar-se-ão as singularidades, as diferenças, as distinções entre seus projetos políticos e os usos políticos da memória e do esquecimento na produção de conhecimentos e circulação de informações, respeitando-se os respectivos contextos históricos que os distingue.

A análise do projeto da antiga Biblioteca de Alexandria terá como base principal livros de História Antiga sobre o período helenístico<sup>2</sup> de Pierre Lévêque

---

<sup>2</sup> O período helenístico é considerado por Toynbee (1975, p. 18-19) como se iniciando em fins do segundo milênio a.C. e finalizando no século VII da Era Cristã. Mantendo sua essência cultural e social, a identidade helênica se corporificava em sua instituição básica, a cidade-Estado helênica, onde seria aceito como heleno qualquer habitante da Hélade, não importando qual a sua origem e formação.

(1987), Arnold Toynbee (1975), Theodore Vrettos (2005) e Plutarco [198-?], e sob um viés político, Derek Flower (2002) e Luciano Canfora (2001). E ainda o trabalho de Christian Jacob (2000), pesquisador da história intelectual do período helenístico que aborda as questões que envolvem a cultura alexandrina.

A análise dos usos da escrita terá como base, especialmente os estudos de Steven Roger Fischer (2006), renomado especialista internacional em história lingüística e sistemas de escrita antigos. Pretende-se, também, refletir sobre as diferentes formas de relação com a memória e o esquecimento que aparecem na antiga escrita na Mesopotâmia e Egito e na atual Biblioteca Alexandrina: a antiga buscava anotar e ler visando, entre outros usos atuar contra o esquecimento, enquanto a atual envolve um mecanismo de contínua sobrescrita que envolve, simultaneamente, o processo de lembrar e o de esquecer. Estes importantes processos se relacionam com as histórias das bibliotecas de Alexandria e serão analisados a partir das idéias de Aleida Assmann (2001) – estudiosa de egiptologia, história da leitura, teoria da memória e memória cultural – em sua obra *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*.

A nova biblioteca, criada há pouco mais de dez anos, ainda é pouco tematizada em livros e artigos. Diante dessa dificuldade em relação às fontes, a pesquisa sobre a fundação e o funcionamento da Biblioteca Alexandrina será realizada de forma mais fragmentária, por meio de *sites* da internet. Além da apresentação do projeto da nova biblioteca, será feita uma análise do seu projeto político visando clarificar as possíveis relações de poder e saber que permeiam sua construção e manutenção. Os projetos das duas bibliotecas serão, desse modo, analisados a partir dos usos políticos da memória e do esquecimento, como estratégias de perpetuação da memória e também do apagamento da história de povos conquistados. As relações entre poder e saber serão analisadas a partir dos escritos de Foucault (2012) e Castells (2013).

A tese tem como objetivo geral: Analisar, comparativamente, o papel político das duas Bibliotecas de Alexandria, a partir do discurso mítico, com suas estratégias que combinaram a memória ao esquecimento. São três os objetivos:

- Discutir o papel político das bibliotecas na Antiguidade, enfatizando o uso de estratégias que combinam memória e esquecimento;
- Analisar a construção do mito que permeia a Biblioteca de Alexandria discutindo quem o teria forjado e com que interesses;

- Discutir de que forma o mito da antiga biblioteca foi usado como estratégia política na constituição da nova Biblioteca Alexandrina.

A tese constitui-se em duas grandes partes que englobam as Bibliotecas de Alexandria na antiguidade e na atualidade. Na primeira apresenta-se a fundação, criação e destruição do mito construído em torno do antigo templo de saber. Nesta parte é analisada a estratégia política usada na formação da antiga biblioteca e as possíveis relações de poder e saber que estariam na sua base. Visando uma compreensão mais ampla desta parte, será abordada na segunda seção a importância da leitura e da escrita no mundo antigo em relação aos usos políticos da memória e do esquecimento.

A segunda parte está estruturada da seguinte forma: apresenta-se o projeto de criação da Biblioteca Alexandrina, seu projeto arquitetônico e acervo, assim como analisam-se os possíveis usos políticos do mito da antiga biblioteca no projeto atual, como estratégias que combinariam a memória e o esquecimento interligados às relações de poder e saber, constituídas historicamente no processo de elaboração do seu projeto.

## 2 MEMÓRIA E ESQUECIMENTO: LEITURA E ESCRITA NO MUNDO ANTIGO

O surgimento da escrita na Mesopotâmia e das primeiras bibliotecas, cujos vestígios permitiram que arqueólogos e historiadores buscassem possibilidades de compreensão dos povos antigos que habitaram a região, são primordiais para que se possa analisar criticamente o desenvolvimento da importância da leitura e da escrita em relação às Bibliotecas de Alexandria. Os usos políticos da escrita e da leitura, como serão vistos nesta seção, quando comparados historicamente nas regiões da Mesopotâmia e Egito antigo, respeitando-se as singularidades de cada uma, diferem sob alguns aspectos e se aproximam em outros.

As aproximações se referem aos usos do saber como instrumentos de poder cujo acúmulo em bibliotecas reais envolvia estratégias políticas que indicam que a escrita era usada contra o esquecimento, visando a eternização de suas culturas. É justamente na pretensão à eternização da cultura que a escrita pode aproximar-se do terreno do mito. Para um povo que almeja a eternização de sua própria cultura, a escrita pode ser uma prática, uma estratégia destinada ao porvir, como assinala Assmann (2011). De fato, um dos principais usos da escrita praticado pelos egípcios era sua possibilidade de eternizar a cultura e a pretendida grandeza egípcias, já que os textos escritos são capazes de uma sobrevivência mais longa do que as grandes construções. Contudo, para os egípcios, não se tratava apenas de uma prática carregada da intenção de porvir; o que deve ser destacado é que esse porvir era envolto por uma aura, repleto de grandeza, tornado eterno o modo de vida, os saberes e toda a cultura. É esse o ponto que une a escrita e o mito. Tratava-se de um mito construído historicamente, e nele tomou parte a grandeza almejada na construção de bibliotecas como a de Nínive e a de Alexandria, uma vez que ambas pretendiam dominar o conhecimento completo e universal.

A questão do mito e de seu uso político será desenvolvida mais adiante e, principalmente, na segunda seção. Nesta seção será apresentada uma breve história da escrita desde seu surgimento, tendo como fio condutor as relações da escrita com a memória e o esquecimento a partir das idéias de Assmann (2011). Esta autora aborda a escrita antiga a partir de sua relação com a necessidade de lembrar, ou seja, da possibilidade de uso da escrita contra o esquecimento.

Em busca de uma compreensão a respeito da importância das relações de saber nos projetos das duas Bibliotecas de Alexandria, faz-se necessário olhar para

uma região importante na história das civilizações, a Mesopotâmia, devido ao surgimento da escrita completa<sup>3</sup> – entre 6 mil e 5.700 anos atrás – e das primeiras bibliotecas como testemunhos de antigos grupos que lá habitaram, assim como do uso político da memória e do esquecimento que ambas possibilitaram.

Ao se pensar a importância das bibliotecas desde a Antiguidade, percebe-se o quanto suas histórias estão envoltas em usos do saber como instrumento de poder. Os soberanos acumulavam milhares de rolos de papiro (ver Fotografia 1) e placas de argila em bibliotecas como estratégia política no qual a escrita era utilizada contra o esquecimento. Saber como elemento condutor do poder, como pensado por Foucault (2012), no qual o saber é tematizado como um acontecimento articulado ao poder, como uma estratégia, e assim como o poder, é construído historicamente.



Fotografia 1: Papiro - planta originária das margens do Rio Nilo  
Fonte: Acervo pessoal

Na Mesopotâmia<sup>4</sup> as bibliotecas alcançaram o apogeu durante o reinado de Assurbanipal II, governante de Assíria no século VII a.C., onde a antiga cidade

---

<sup>3</sup> A mudança da escrita incompleta para a completa ocorreu quando os escribas sumérios passaram a coordenar o uso sistemático de sons e símbolos (incluindo os pictogramas) com o intuito de “criar sinais de um sistema de escrita”. Dessa forma, uma figura deixou de “representar uma mercadoria real, como uma ovelha” para indicar um “valor sonoro específico”. (FISCHER, 2006, p. 15).

<sup>4</sup> Não há uma periodização satisfatória para este período, somente havendo cronologia estabelecida com segurança a partir do século XIV da nossa era. “A Mesopotâmia divide-se em quatro regiões de características bem diferentes”, tendo em comum a quase total ausência de “minérios, pedras e madeiras para construção”, somente a argila do solo é abundante, o que parece justificar a grande quantidade de livros em forma de blocos desse material. (LÉVÊQUE, 1998, p. 9-10).

capital do império deu seu nome a uma grande biblioteca, Nínive, conhecida como uma das mais antigas de que se têm notícias. Em seu recinto abrigavam-se vinte e cinco mil placas de argila<sup>5</sup> que versavam sobre temas variados como profecias, fórmulas de encantamento, hinos sagrados, assim como peças literárias “escritas em diversas línguas da Mesopotâmia – o assírio, o sumério, o acádio, o ugarítico e o aramaico, dentre outras”, feitas por encomenda do rei Assurbanipal II que, ao criar bibliotecas num extenso território conquistado, mostrou suas aspirações universais, conforme relatos de Battles (2003, p. 31) em sua obra “*A conturbada história das bibliotecas*”.

Durante longo tempo a escrita “manteve-se como uma ferramenta primitiva na Mesopotâmia” (FISCHER, 2006, p. 16), visto que os primeiros leitores ativos no mundo “apenas visualizavam um esqueleto exposto de texto (exemplo: nome, mercadoria, valor) cujo controle servia para dar poderes à oligarquia”, ou seja, o desenvolvimento da escrita suméria não visava à reprodução de discursos orais, mas sim a necessidade de “reter na memória informações concretas”. Tais registros possibilitavam a administração dos territórios e algum controle nas trocas comerciais. O sistema de escrita utilizado era formado por pictogramas, símbolos gráficos que indicavam objetos, muito usados na contabilidade; foram os escribas sumérios que transformaram em escrita completa ao usarem de forma coordenada sons e símbolos, inclusive pictogramas. Nas palavras de Assmann (2011, p. 166), a escrita tem sido a mídia preferencial para a memória desde o início desta há mais de 5.000 anos, visto ser considerada um “dispositivo muito confiável quando se trata de obter perpetuação”, um uso que permitia aos antigos sumérios reter na memória informações do cotidiano, o que mostra a dimensão memorativa da escrita. O estudo acerca das mídias de memória para Assmann (2011, p. 194) “precisa partir da escrita e, na verdade, não só de suas dimensões social e técnica, mas também de seu desempenho memorativo”, variando de acordo com a cultura e a época.

Importante historiador da Antiguidade, Lévêque (1998, p. 10) mostra que houve intenso esforço de urbanismo ao longo dos séculos na região da Mesopotâmia, e à cidade ligava-se o príncipe por estreitos laços como legitimação do seu poderio dinástico. Já nesta época é identificada a importância do desejo de

---

<sup>5</sup> Livros gravados em argila, cujo sistema de escrita era conhecida como “cuneiforme, devido ao formato de seus caracteres silábicos – grupos de pequenas marcas em forma de unha gravadas na argila com o auxílio de uma agulheta”, depois a argila era deixada para secar ou levada ao forno. (BATTLES, 2003, p. 31).

se possuir um porto seguro devido à “vontade de controlar o conjunto das rotas comerciais da planície [que] está na origem da formação dos grandes impérios” (LÉVÊQUE, 1998, p. 10), algo que será visto ao longo dos séculos, inclusive em Alexandria, no Egito, durante o reinado de Alexandre Magno. O controle das vias comerciais por onde eram escoados metais, pedras e materiais de construção era possível graças às invasões e conquistas realizadas por reis e seus exércitos que confiscavam e pilhavam os bens das regiões invadidas, assim como pela imposição de tributos. Tais práticas incluíam a destruição de monumentos, saques das cidades conquistadas que eram usados para aumentar as coleções de bibliotecas reais, indicando idéias de dominação por meio do saber e do conhecimento acumulados pelos povos conquistados.

Uma representação da prática de pilhagem é encontrada na região da Assíria, norte da Mesopotâmia, ao longo do Rio Tigre e afluentes, durante o reinado de Teglate-falasar I (1115-1077 a.C.). Este foi considerado responsável pelo renascimento político da Assíria, elevando-a a uma grande potência, apoderando-se de muitos territórios e da captação considerável de despojos, como cavalos, cabeças de gado e chumbo, elevando-a ao status de forte potência. Sabe-se que este monarca desceu o vale do Rio Tigre em direção à Nínive, onde criou uma biblioteca – que será abordada mais adiante – como parte integrante de idéias de dominação através de conquistas territoriais, confisco de animais, prisioneiros e metais (LÉVÊQUE, 1998).

A análise dos vestígios e fragmentos do período encontrados por arqueólogos indica que os assírios redigiam anais com o intuito de “perpetuar a memória” das inúmeras conquistas e vitórias alcançadas. Por outro lado, “os reis começam a abrir-se à literatura e reúnem bibliotecas” (LÉVÊQUE, 1998, p. 134), cujas coleções são aumentadas pelo conjunto de saques e despojos de cidades invadidas, como “coleções de presságios, hinos, orações e textos léxico-gráficos reunidos na época de Salmanasar<sup>6</sup>”, constituindo assim o fundo ou a formação básica da biblioteca que o rei Teglate-falasar I construiu no templo de Assur, segundo análise de Lévêque (1998, p. 134). O olhar para esse período orienta uma reflexão acerca dos usos da memória e do esquecimento adotados pelos monarcas em suas trajetórias de

---

<sup>6</sup> Salmanasar I (1274-1245 a.C.) rei da Assíria e responsável por consolidar o domínio assírio na região do médio Eufrates até Carchemish, “mediante a construção de uma série de novas fortificações e uma reestruturação da administração.” (LEICK, 2003, p. 229)

conquistas e invasões, pois, ao saquearem objetos representativos dos povos dominados, pretendiam o “apagamento” de sua história, assim como de suas memórias contidas em utensílios, registros de contabilidade, obras de literatura, epopéias, cerâmicas, dentre outros itens que poderiam ser usados para a reconstituição da passagem de povos pela região mesopotâmica. Seguindo nesta direção, a idéia central é pensar a memória como um instrumento de poder no plano da memória social, no qual o jogo de forças entre povos ora conquistadores ora conquistados é constante, seja por meio de pilhagens, constituição de coleções por meio de furtos, invasão e destruição de cidades. Em outras palavras, destroem-se os monumentos representativos de grupos sociais visando o apagamento das identidades e o esquecimento das memórias que constituem esses grupos.

Tais identidades, sob a ótica da memória e do esquecimento como constituintes de uma relação de forças são construções ficcionais, quer dizer, são construções feitas a partir de escolhas políticas do que será ou não preservado. Este caminho possibilita pensar que, conforme dito anteriormente, os assírios redigiam anais nos quais eram relatadas suas façanhas, conquistas, vitórias com o intuito de perpetuação da memória desses eventos, como escolhas políticas de preservação de uma memória como instrumento de poder, pois segundo Gondar (2000, p. 37) “não há poder político sem controle da memória e do arquivo”. Procura-se, então, uma aproximação com esta idéia para se pensar as antigas sociedades, com suas diferenças e singularidades de cada período histórico, tendo como base a história comparada explicitada na Introdução. Como veremos a seguir, tais jogos de força e poder podem ser vislumbrados ao longo da história da região mesopotâmica, nos usos políticos que a escrita e a leitura propiciaram aos povos do período que se estende do VII milênio antes de Cristo até o século VII antes de Cristo.

## **2.1 Povoamento da Mesopotâmia: suportes e usos da informação como objetos de memória**

O povoamento da Mesopotâmia é crucial para a compreensão das práticas e dos usos da informação como objetos de memória e esquecimento no mundo antigo. A ocupação da vasta região ao longo dos séculos deixou marcas e vestígios de vários povos e há ainda muitas lacunas na história pela falta de fontes seguras que permitam conhecer os hábitos, costumes e culturas. O surgimento da escrita foi uma

importante revolução e os vestígios encontrados têm permitido que estudiosos montem um verdadeiro quebra-cabeças de antigas populações.

Inicialmente, os primeiros habitantes da Mesopotâmia não foram os sumérios (LÉVÊQUE, 1998). Seguramente é tudo o que se pode afirmar baseado nos conhecimentos obtidos por meio da análise lingüística. Dessa forma, não se sabe quando eles, os sumérios, chegaram, nem de onde vieram, nem quem são, pela simples falta de fontes seguras. No entanto, sabe-se que eles foram os “artífices da civilização urbana. A sua origem é obscura, a sua língua não se liga a nenhum agrupamento lingüístico conhecido” (LÉVÊQUE, 1998, p. 13), e em relação às estruturas sociais, os modos de vida e o pensamento religioso, pouco se sabe. O que se pode dizer é que sua língua foi escolhida para ser representada em escrita. É possível que tenham se tornado politicamente dominantes e assim exercido o controle dos centros que formavam os escribas nas primeiras cidades do Primeiro Dinástico (c. 3000-2750 a. C.), (LEICK, 2013).

É possível afirmar que, ao chegarem, já havia populações semíticas<sup>7</sup> movimentando-se “na região baixa mesopotâmica”, visto que “um certo número de termos técnicos suméricos derivam, de facto, de raízes semíticas (comprar, cebola, escravo, etc)” (LÉVÊQUE, 1998, p. 25). Não se sabe muito a respeito das comunidades aldeãs na Mesopotâmia, no VII milênio a.C., mas foram descobertos vestígios, em 1948, de uma aldeia chamada de Kalaat Jarmo, a leste de Kirkuk, sendo considerado o “mais antigo estabelecimento sedentário conhecido” (LÉVÊQUE, 1998, p. 17) que, segundo o trabalho de datação por carbono 14, seria de cerca de 6.750 a.C. As escavações trouxeram à tona “umas vinte casas de paredes de lama – calcula-se em cerca de 150 pessoas a população da aldeia”, além de objetos como “vasos de pedra, fragmentos de obsidiana<sup>8</sup>”, assim como “sepulturas e figurinhas de animais e «deusas-mãe» em argila” (LÉVÊQUE, 1998, p. 17).

---

<sup>7</sup> Pertencente ou relativo aos semitas. Pertencente ou relativo aos judeus. Semita: indivíduo dos semitas, família etnográfica que abrange os hebreus, assírios, arameus, fenícios e árabes. Dos semitas. (SEMÍTICAS, 2001, p. 2543).

<sup>8</sup> Pedra de que se podem fazer instrumentos cortantes e espelhos. (OBSIDIANA, 1956, p. 972).

	<i>Mesopotâmia do Sul</i>	<i>Metopotâmia do Norte</i>	<i>Elão</i>
7000		<i>Jarmo</i>	
6500			
6000		<i>Hassuna</i>	
5500	Fragmentos de louça em Kish, Girsu e Ur.	<i>Samarra</i>	
5000	Hadj Mohammed Eridu XV	<i>Tell Halaf</i>	
4500	<i>El Obeid</i>	<i>Tepe Gawra XIX-XII</i>	<i>Susa A</i>
4000			
3500			B
3000	<i>Uruk V-IV</i>	<i>Tepe Gawra XI-VII</i>	C
2800	<i>Djemdet Nasr</i> <i>Uruk III-II</i>		

Fig. 1 — *Quadro cronológico da proto-história mesopotâmica*

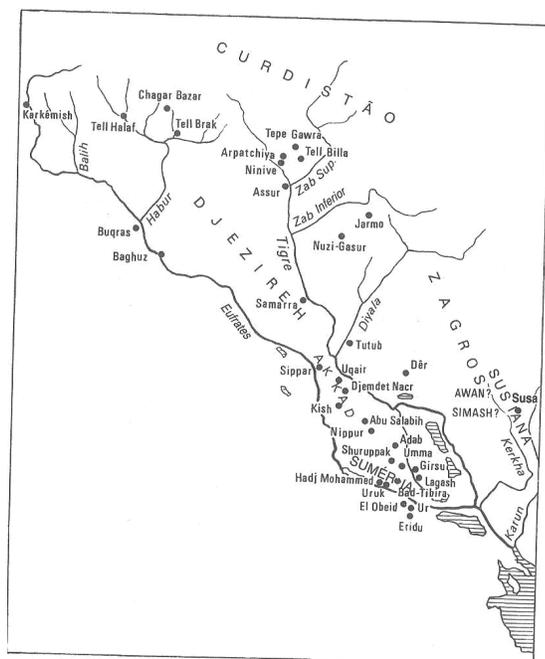
26

Figura 1: Quadro cronológico da proto-história mesopotâmica  
Fonte: LÉVÊQUE, 1998, p. 16

No VI milênio a.C. foram encontrados vestígios da civilização de Hassuna (ver figura 1) – nome atribuído a uma aldeia no vale do Tigre, ao sul de Mossul – reconhecida como a primeira a ter conhecimento da cerâmica, e ainda construções de taipa, utensílios de pedra e osso (LÉVÊQUE, 1998). No milênio seguinte, a civilização de Tell Halaf deixou suas marcas – mostrando-se muito mais complexa, com edifícios circulares, cerâmica de altíssima qualidade, utensílios de osso, pedra e argila, o que indica as extensas relações comerciais com outros povos. Numa vasta região (ver Mapa 1) ao longo dos vales do Tigre (Arpatchiya, Nínive) e do Eufrates (Karkemish) até o Mediterrâneo, é nesta época que a região sul do Iraque começou a ser habitada (LÉVÊQUE, 1998). Tais fragmentos podem ser pensados como monumentos, herança do passado, que deixaram marcas de antigas civilizações e foram encontrados nos diversos níveis de sítios arqueológicos, permitindo, assim, a reconstituição de parte da história desses povos, seus costumes e hábitos.

Para Le Goff (2013, p. 485) “o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha [...] pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade [...]”. Os monumentos são sinais do passado e em sua origem filosófica estão relacionados a tudo aquilo que

permite evocar o passado, em termos de perpetuação da recordação. Suas características o ligam ao poder de perpetuação, seja ela voluntária ou involuntária, das sociedades históricas – como um legado à memória coletiva – que impõem ao futuro determinada imagem de si próprias. Os fragmentos encontrados representariam, então, monumentos, sinais do passado, no qual o esforço (voluntário ou involuntário) das sociedades da época indicaria uma escolha de forças políticas que atuavam no período, de forma a impor ao futuro certa imagem.



Mapa 1 — A MESOPOTÂMIA DE MEADOS DO 7.º MILÊNIO A MEADOS DO 3.º MILÊNIO

Mapa 1: Mesopotâmia VII milênio a.C.

Fonte: Lévêque, 1998, p. 16

A civilização da segunda metade do V milênio deixou vestígios, como construções com paredes de tijolo cru, cerâmica com argila bem depurada e figurinhas em terracota, localizados próximos à cidade de Ur. Essa civilização se estende a toda a Mesopotâmia (ver Mapa 1) – “Eridu, Gasur, Tepe Grawa, Nínive, Chagar Bazar, Ukair e às regiões vizinhas (planície de Antioquia, Turquia, Irão)” (LÉVÊQUE, 1998, p. 19). Eridu é considerada a cidade mais antiga, um lugar sagrado, e sua importância se deve não pelo plano econômico ou político, mas sim pelo simbolismo ao representar o elo da Mesopotâmia com o princípio do mundo, algo como uma prova da longevidade de sua civilização (LEICK, 2003). Até aqui são comunidades camponesas que faziam uso da agricultura e criação de gado. Seus

territórios foram conquistados por meio da violência e compreendeu o período conhecido como El Obeid. O início da história mesopotâmica traz uma grande inovação: a revolução urbana do IV e III milênios, tendo “seus prolongamentos até cerca de 2.100 antes da nossa era”, segundo pesquisas de Lévêque (1998, p. 21) em consonância com Février (1995?) ao indicar que o quarto milênio está dividido em três períodos, determinados pelos arqueólogos segundo os nomes dos lugares típicos: El’Obeid (perto da antiga Ur), Warka (antiga Uruk) e Djemdet Nasr, o mais recente. Mas a maior e mais importante revolução deste período é o surgimento da escrita na Mesopotâmia, em meados do IV milênio a.C. Outras invenções importantes ocorridas na Mesopotâmia foram a burocracia, a matemática, a astrologia e o urbanismo – cidades cujo conceito era heterogêneo, complexo, de forma desordenada e em constante mudança, porém bastante viável para a sociedade humana. Algumas destas foram também inventadas por outros povos, como os chineses, os egípcios, os incas e os astecas (LEICK, 2003.)

Em relação à escrita, as primeiras tabuinhas de argila, segundo Lévêque (1998, p. 22-23), mostram-na sendo usada para expressar um pensamento como um “sistema muito imperfeito que irá melhorando de descoberta em descoberta”. As tabuinhas encontradas nos sítios arqueológicos deste período apresentam pictogramas representando as silhuetas dos objetos a que se referem, ou mais comumente “obedecem a uma simbólica que se encontra também na arte pictórica”. A compreensão das tabuinhas indica que a escrita em seus primórdios não procurava “reproduzir a flexão gramatical de uma frase ou de uma proposição”, mas sim “os pontos essenciais da mensagem”. (LÉVÊQUE, 1998, p. 22-23).

Do período de Uruk (c. 3800-3200 a.C.) foram encontradas plaquetas arcaicas em cujo verso eram escritos recibos e contas, alguns com sinais claros de valor representativo, tais como uma espiga de cereais que simbolizava a cevada, uma linha ondulada representando a água, indicando a escrita como uma ferramenta burocrática para o armazenamento de informações, e possibilitando, assim que os pesquisadores seguissem o fluxo de algumas mercadorias. Uruk foi marcada por duas importantes invenções: a arquitetura urbana monumental e a escrita, sendo possível, apesar da fragmentação das provas arqueológicas, escrever uma história da Mesopotâmia baseada apenas na vida dessa cidade. Foram encontrados pouquíssimos documentos escritos do período que compreende o declínio de Uruk até a última fase do Primeiro Dinástico conhecida como Era Fara. Uma explicação

bem aceita refere-se ao limitado número de sítios desse período que foram escavados, ou ainda devido ao puro acaso de plaquetas serem ou não descobertas. Considerando as singularidades de cada período histórico, a comparação entre os textos de Fara e Uruk mostra uma importante mudança, não de conteúdo ou contexto, pois a escrita continuava essencialmente utilizada para registrar dados administrativos. Mas, a diferença consiste no fato de que enquanto os escribas uruquianos tinham inventado um sistema que possibilitava registrar fatos e dados em forma de pictogramas e permitia ser entendida, mas não lida, os textos de Fara mostram um avanço por terem sido escritos em sumeriano e lidos numa língua conhecida e adequada.

No entanto, o sistema usado em Uruk, apesar de suas limitações – conhecido como arcaico, limitado ao conteúdo de listas e contabilidade e a proliferação de sinais – cumpriu sua finalidade por ser relativamente fácil alfabetizar seu uso e por sua grande base de comunicação, visto que precisava funcionar num contexto multilingüístico e multicultural. Assim, esse formato de escrita era mais adequado do que se fosse ligado a uma linguagem específica. Esta mudança se espalhou pelo Sul da Mesopotâmia incluindo as cidades de Churupaque, Ur e Abu Salabikh e, também, a distante cidade síria de Ebla. A uniformidade do sistema de escrita em toda a região mesopotâmica pode ter ocorrido devido à facilidade que propiciava o intercâmbio e a cooperação econômica. Arqueólogos encontraram plaquetas datadas da fase do Primeiro Dinástico III oriundas da antiga Churupaque (c. 2600-2350 a.C.), em sua maioria contendo registros de transações e recibos ligados a administração, mas também plaquetas escolares de Fara que preservaram os primeiros textos literários referentes à história da Mesopotâmia (LEICK, 2003).

Alguns estudiosos acreditam que essas plaquetas escolares “representam o primeiro grande florescimento da literatura suméria e a culminação da tradição suméria arcaica de erudição” (LEICK, 2003, p. 90). Estes textos representam registros escritos de uma tradição oral, consistindo em provérbios, adivinhações, aforismos, expressões e palavras mágicas, e a leitura desses textos permite a obtenção de informações acerca do ambiente e da realidade vivida por pessoas comuns, mas ao mesmo tempo são produtos de um grupo social bem específico, como os profissionais letrados, de acordo com os provérbios relativos a escribas e seu processo de adestramento (LEICK, 2003). O fato é que essas plaquetas permitiram um importante uso da escrita: suporte da memória. Cerca de mil dessas

plaquetas foram encontradas em Fara e representam uma possibilidade de acesso às memórias de antigos povos, conhecendo um pouco sobre a vida das pessoas, a estratificação de sociedades agrárias e rurais, assim como seu meio ambiente como pântanos, canais e ruas.

Após alguns séculos, nasce a escrita cuneiforme, pois devido às dificuldades de se desenhar na argila linhas curvas, “os escribas optarão por quebrar os contornos dos desenhos e representar o signo pretendido por um conjunto de curtas incisões em forma de cunhas” (LÉVÊQUE, 1998, p. 23). A escrita cuneiforme se tornaria completa em torno de 2.500 a.C. sendo “capaz de transmitir qualquer pensamento no idioma sumério, o qual continuou a ser usado pelos acádios [do período de Acad<sup>9</sup>] (o que nos remete aos europeus que, mais tarde, preservariam o grego e o latim clássico)”. (FISCHER, 2006, p. 17).

É importante frisar que o desenvolvimento da escrita suméria não ocorreu visando à reprodução de discursos orais pré-existentes. Para Fischer (2006, p. 16), a escrita visava “reter na memória informações concretas”. Eram raras as pessoas que detinham a capacidade de ler e escrever. Em 2.000 a.C., aproximadamente, apenas 120 pessoas numa população de 12 mil pessoas em Ur, considerada a maior metrópole da região, eram capazes de ler, o que demonstra um percentual médio de 10% da população e o mesmo foi identificado em outras cidades da Mesopotâmia em épocas distintas. Devido às dificuldades advindas do manuseio das tabuletas de argila, que eram pesadas e com textos em miniatura, a leitura como atividade de lazer foi muito prejudicada, levando a um fracasso quase generalizado dos escribas da Mesopotâmia o que indicaria que a leitura relacionava-se essencialmente ao trabalho. Assim sendo, “toda a literatura da Mesopotâmia, até mesmo a literatura escrita, era pública e oral”, estando relacionada às qualidades da aristocracia. Esta hipótese foi vinculada aos achados da cidade de Ur, como as tabuletas escolares encontradas na “maioria das residências mais abastadas”, de acordo com Fischer (2006, p. 17;19), indicando que a capacidade de ler e escrever estava ligada às famílias mais ricas. Este fato perdurará por muitos séculos, como será visto durante o reinado ptolemaico no antigo Egito.

Os vestígios encontrados referentes ao império de Acad mostram a multiplicidade de escritos, desde coleções formadas por “cópias de inscrições reais

---

<sup>9</sup> Acad designa toda a região da “Babilônia do Norte e as primeiras populações semíticas são ditas acádicas”. (LÉVÊQUE, 1998, p. 40).

até a literatura épica, passando pelas crônicas e pelas colecções de presságios históricos” (LÉVÊQUE, 1998, p. 39-40). Desde a “época de Ur desenvolve-se o culto dos grandes reis de Acad” como forma de guardar para as gerações futuras as memórias dos grandes reis (LÉVÊQUE, 1998, p. 39-40).

Para Le Goff (2013, p. 485) esses escritos seriam documentos-monumentos inseridos em conjuntos que incluem “vestígios da cultura material, objetos de coleção, os tipos de habitação, os fósseis, os restos ósseos de homens e animais” que mostram “em que medida o documento é instrumento de um poder”. Em outras palavras, a produção de textos visava à criação de registros que evocavam o passado, as glórias de reis e suas conquistas, servindo como monumentos de recordação, representando uma escolha das forças atuantes no desenvolvimento do período histórico assinalado.

Se Le Goff (2013) indica a relação indissociável entre documento e monumento, Assmann (2011) mostrará a correlação necessária de um outro par conceitual: recordação e esquecimento. Assmann acredita que eles não se opõem, mas, ao contrário, se manifestam juntos. Um bom exemplo seria o dos vestígios. Para Assmann (2011, p. 225), os vestígios “são signos duplos no sentido de que atrelam indissociavelmente a recordação ao esquecimento [...]”. Quando comparados aos textos possibilitam uma visão do passado muito diferente, pois neles são incluídas as “articulações não verbais de uma cultura passada – as ruínas e os elementos remanescentes, os fragmentos e cacos”, diferentemente dos textos que estão envoltos em relações intencionais de força e poder, que vão determinar o que será escrito assim como o que será ou não preservado. Para Assmann (2011, p. 226), os vestígios funcionariam como a memória involuntária de Proust: “a busca de vestígios do historiador cultural concentra-se na memória involuntária de uma sociedade do passado”. Em outras palavras, os vestígios, quando comparados aos textos, “possibilitam um acesso completamente diverso ao passado”. Assim, os vestígios são compreendidos como sendo mais valiosos que os textos, pois foram produzidos por testemunhas mudas e indiretas, fornecendo maior veracidade e autenticidade.

Considerando que os textos produzidos eram usados como registros de glórias e conquistas de grandes reis, e que apenas pequena parcela da população tinha a capacidade de ler e escrever, percebe-se o quanto a memória era estratégica, pois possibilitava a preservação de seus feitos para as próximas

gerações. Por outro lado, os vestígios encontrados nas diversas camadas arqueológicas proporcionam uma memória involuntária da sociedade que produziu diversos objetos como cerâmicas, utensílios de osso e pedra, restos de habitações que indicam como eram os costumes de pessoas que habitaram a região mesopotâmica, assim como as tabuletas escolares encontradas em residências de pessoas abastadas. Tais vestígios possibilitaram concluir que apenas uma pequena parcela da população dominava as práticas de leitura e de escrita.

O uso do sistema de escrita sumério-acádio gerou uma “profusão de gêneros orais: épico, jurídico, médico, culinária, astronomia, matemática, história, religião, poemas amorosos” (FISCHER, 2006, p. 23) e poucos textos do período sobreviveram. Sabe-se que todos os grandes centros antigos da região da Mesopotâmia possuíam bibliotecas muito diferentes das modernas bibliotecas, pois funcionavam mais como depósitos cujas informações armazenadas se destinavam à administração das cidades-estado que na época floresciam. Em fins “do segundo milênio a.C., esses acervos de tabuletas de argila, papiro, placas de madeira, varetas de bambu, seda ou couro concediam poderes às sociedades da Mesopotâmia, Egito [...]” (FISCHER, 2006, p. 23-24). Em outras palavras, a criação e a manutenção de bibliotecas eram essenciais à administração das cidades e representavam vantagens nas relações de poder e força, assim como na rivalidade política da região. O poder se exercia, se disputava não apenas por meio das lutas e enfrentamentos bélicos, mas também nas relações de saber e na produção e disponibilidade de conhecimentos. A fim de exemplificar a importância das bibliotecas para o período, uma das mais antigas de que se têm informações é conhecida como Nínive, localizada na cidade que leva o mesmo nome, durante o reinado do Rei Assurbanipal (669-633 a.C.), chegando a possuir 25 mil tabuletas de argila gravadas em escrita cuneiforme. Até então os monarcas tinham pouca instrução e dependiam dos escribas, mas Assurbanipal era um homem letrado e tinha adoração pela escrita, a ponto de enviar emissários a todos os cantos da Mesopotâmia em busca de tabuletas visando o crescimento da biblioteca do palácio que era formada por variados temas, tais como escritos referentes a “cerimoniais, astrologia, presságios e palavras de feitiçaria” (FISCHER, 2006, p. 24). Mas também havia obras nas áreas de “matemática, medicina, astronomia, poesia épica, canções, cânticos, dicionários bilíngües sumério-babilônio [...]”, de acordo com Fischer (2006, p. 24).

Nesta época a leitura era sumamente valorizada no sentido de fonte de conhecimento geral, e a biblioteca de Nínive “é considerada a fonte mais rica de leitura sobre culturas antigas da Suméria, Babilônia e Assíria” (FISCHER, 2006, p. 25). Ainda neste período é possível identificar propósitos políticos na acumulação de escritos em bibliotecas como forma de poderio nas rivalidades entre as sociedades da Mesopotâmia, e uma das práticas comuns era o apagamento de textos. Apesar da dureza das tabuletas de argila, editavam-se novos textos, reescrevendo ou riscando as tabuletas como tentativa de reescrever a história de sociedades da época que relatavam vitórias de conquistas, buscando com isso, perpetuar as memórias de grupos sociais. A memória, sob este prisma, impõe operações de segregação de modo que sua manutenção e exercício exigem que se mantenha a exclusão sob a forma de censura, recalque, supressão ou falseamento (GONDAR, 2000). Um bom exemplo são os textos representativos de culturas e povos que se quer esquecer, num jogo de forças e poder entre povos ora conquistados, ora conquistadores, tais como aqueles que habitavam a Mesopotâmia: sumérios, assírios, acadianos, semitas, de forma que os leitores leriam “apenas o que o novo regime queria que lessem”, segundo análise de Fischer (2006, p. 26). Esquecimento e recordação permeiam a história das antigas civilizações e suas práticas de apagamento como forma de reescrever a história, numa relação de forças que possibilitou o uso do esquecimento como um “elemento constitutivo no processo de transmitir e legar coisas do passado”, nas palavras de Assmann (2011, p. 229).

O surgimento da escrita foi a grande inovação deste período como um sistema muito imperfeito a partir do uso de signos que expressavam pensamentos, pontos essenciais da mensagem a ser transmitida, e aos poucos se desenvolveu. A compreensão das práticas utilizadas no período de povoamento da Mesopotâmia é essencial para o estudo do Egito antigo e do templo do saber construído nos primeiros séculos a.C., tema que será abordado na próxima subseção.

## **2.2 Leitura e escrita no Egito antigo: usos políticos da memória e do esquecimento**

Em busca de uma possibilidade de compreensão do mundo antigo, o estudo do aparecimento da escrita e seu desenvolvimento constituem uma via que permite uma aproximação com a história das primeiras bibliotecas. A proeminência destes

espaços em projetos políticos que envolviam práticas de memória e esquecimento será agora enfatizada. Nesta subseção será abordado o surgimento da cidade de Alexandria e sua famosa biblioteca, os mistérios e fragmentos de suas histórias. Ainda hoje a biblioteca está envolta em mitos e lendas que povoam o imaginário de historiadores e pesquisadores de diversas partes do mundo, pois apesar de sua importância na antiguidade, apenas alguns vestígios chegaram às gerações posteriores. Visando uma maior compreensão deste período, será apresentado e discutido o aparecimento da leitura e da escrita no Egito antigo, bem como suas implicações na perspectiva da memória, do esquecimento e de seus usos políticos.

Entende-se que não houve uma relação causal direta do papel da leitura e da escrita como os maiores incentivadores no processo de expansão econômica que viabilizou a prosperidade de grandes impérios no Alto e Baixo Egito e nas cidades-estado mesopotâmicas. Contudo, poucos pesquisadores contestariam que o progresso e a transformação de reinos em grandes impérios somente ocorreram após o surgimento da escrita e da leitura. De todo modo, leitura e escrita não podem ser consideradas como “critérios de civilização; na verdade, a atividade urbana existia na Síria setentrional já em 4.000 a.C., um pouco antes de a escrita completa surgir”, conforme relatos de Fischer (2006, p. 27).

No Egito encontraram-se vestígios de escritos em hieróglifos datados do quarto milênio a.C. em suportes como objetos decorativos, tabuletas de marfim, paletas de ardósia, estelas funerárias (placas verticais de pedra com inscrições), selos cilíndricos e cerâmicas. Presume-se que o uso de tinta em papiro já estivesse presente nas práticas de escrita deste período. Sabe-se também que a maior parte da leitura não era formada por hieróglifos, pois devido ao tempo elevado para o entalhe, gravação e pintura, o meio mais usado era a “escrita cursiva” tendo sido “desenvolvida como uma ferramenta prática para registrar documentos cotidianos”, tais como “cartas, listas de decisões de julgamentos” e posteriormente utilizada em textos literários “a partir do segundo milênio a.C.” (FISCHER, 2006, p. 27).

Ao realizar-se uma análise histórico-comparativa do Egito com a região da Mesopotâmia, abordada na seção anterior, respeitando-se as singularidades, aproximações e distanciamentos existentes entre os usos da escrita e da leitura em cada região, percebe-se que os antigos egípcios eram mais sensíveis às vantagens proporcionadas pela leitura visando o acesso e o controle de informações quando comparados aos sumérios, responsáveis pela inovação da escrita completa. Os

egípcios foram mais rápidos tanto no desenvolvimento quanto na exploração da leitura e escrita, de acordo com Fischer (2006). Os usos da leitura e da escrita, assim como o controle de informações utilizados pelos egípcios já no IV milênio a.C. poderiam indicar uma possibilidade de compreensão desta civilização e das formas de exercício de poder ali praticadas, visto que o controle da informação e da comunicação são formas fundamentais de exercício de poder, algo que será visto na segunda parte desta tese. Percebe-se, assim, uma aproximação entre os períodos históricos considerando as singularidades de cada um e seus distanciamentos temporais. As relações de poder seriam também constituídas pelas práticas egípcias de controle da informação, conforme será discutido mais adiante na análise do projeto de criação e manutenção da Biblioteca de Alexandria.

Assim como na Mesopotâmia, no Egito a leitura também era restrita a uma minoria letrada, pois poucos egípcios aprenderam a ler, “talvez no máximo um em cada cem tenha sido alfabetizado em qualquer época”, segundo Fischer (2006, p. 28-29). Tal minoria de letrados se destacava na sociedade como uma elite, ainda que nem toda elite fosse letrada. A maioria fazia uso de escravos escribas, sendo esta uma habilidade muito respeitada e que elevava os escribas a “uma posição social muito mais elevada que a de seus correspondentes mesopotâmicos” (FISCHER, 2006, p. 29). Outra importante diferença em relação aos escribas que viviam na Mesopotâmia: não foram encontradas evidências que indicassem a ocupação de escribas egípcios em carreiras importantes dissociadas do ofício público.

O uso da escrita no antigo Egito visava a dois principais propósitos: administração e exibição de monumentos. Entretanto, estudiosos relatam que verbetes mais antigos, de fato o início da própria história, representavam apenas os nomes simples relativos a anos dos reinos, de acordo com Fischer (2006). Um ponto crucial para os usos da escrita diz respeito ao fato de que a elite, desde muito cedo, detinha o controle social da escrita, visto que como um dos propósitos principais era a administração e, apenas um pequeno grupo a praticava – considerados privilegiados na sociedade – o *status* alcançado pela elite de letrados estava intimamente associado à capacidade de ler e escrever. Ao se comparar os antigos faraós egípcios aos reis das cidades mesopotâmicas, considerando as singularidades de cada região, aparecem evidências do letramento dos faraós, enquanto que os reis mesopotâmicos, conforme relatado anteriormente, raramente

detinham a capacidade de ler e escrever. Como exceção pode-se citar o Rei Assurbanipal I, responsável pela criação e manutenção de uma das primeiras bibliotecas cujos vestígios sobreviveram, Nínive.

Em relação às coleções em bibliotecas no Egito, foram encontrados vestígios em “palácios, templos, centros administrativos e até [em] residências particulares de letrados abastados” (FISCHER, 2006, p. 34). Assim como na Mesopotâmia, as bibliotecas egípcias eram sinônimos de prestígio. Apesar da riqueza da literatura egípcia ser reconhecida, apenas uma pequena parte resistiu ao milênio; como inscrições feitas em obras arquitetônicas ou monumentos; no entanto, o que restou é somente uma pequena parte daquilo que um dia foi escrito. Curiosamente, mesmo tendo tido a sociedade egípcia uma estreita ligação com a escrita, fosse ela representada em tumbas, templos e monumentos, poucos habitantes possuíam a capacidade da leitura, algo que para Fischer (2006, p. 30-31) indica que a produção de textos públicos serviria “para registrar e não para informar”. Desta forma, somente as gerações futuras de leitores teriam acesso ao significado das inscrições feitas séculos antes por entalhadores.

Talvez se possa supor, a partir deste uso da escrita, uma tentativa de eternização, tal como proposto por Assmann (2011, p. 195) quando aponta ser a escrita uma importante arma contra a “morte social, o esquecimento”. Ora, os egípcios produziam textos que pouquíssimas pessoas tinham a capacidade de ler, sendo possível, talvez, inferir que se pretendia que esse material fosse lido séculos depois, numa tentativa de preservação da memória egípcia. Os egípcios ao olharem retrospectivamente para a própria cultura, poderiam ver que, mesmo que construções colossais não mais existissem, seria possível ainda que os textos daquela época fossem lidos, copiados e estudados (ASSMANN, 2011). Desse modo, um dos principais usos da escrita praticado durante séculos por eles, a preservação da memória através de documentos-monumentos, visava a eternização de sua cultura, envolvendo todo o seu modo de vida, seus saberes e sua pretensa grandeza. É neste ponto que o desenvolvimento da escrita pode tocar o terreno do mito. Este desenvolvimento permitiu que, milênios após a sua produção, textos fossem lidos, decifrados, copiados, podendo, assim, auxiliar a reconstrução de parte da história egípcia. Nas palavras de Le Goff (2013, p. 497), “o documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias”.

A profusão de textos públicos visava o registro de informações basicamente administrativas, do cotidiano, mas também a exibição de monumentos, sendo estes dois os principais propósitos da escrita no Egito antigo. Para Fischer (2006, p. 34) a prática da leitura, diferentemente das cunhas cuneiformes da Mesopotâmia – utilitárias – possibilitavam (as egípcias) “muito mais que transmissão de informações: o próprio espírito de um texto era transmitido também”, já os hieróglifos, acreditavam os egípcios, “detinham poderes mágicos”. Assim, o processo de leitura de inscrições em sarcófagos, paredes e tetos, e em sepulturas era considerado uma elocução divina que poderia auxiliar na concretização de “uma mensagem”. Era comum a “desfiguração [de textos que] pretendia impedir que a vida, ações e o poder sócio-espiritual de seus detentores fossem ressuscitados pela leitura em voz alta”. (FISCHER, 2006, p. 34).

Assmann (2011) apresenta uma discussão sobre as diferentes funções da memória e, na segunda parte de sua obra *Espaços da recordação*, aborda as metáforas da recordação, sendo uma delas a escrita como meio de eternização e suporte. Mostra a importância que os egípcios atribuíam à escrita “como o *medium* mais seguro da memória” ao constatarem “que os vestígios de tinta preta sobre um papiro frágil perfaziam um monumento mais duradouro que os túmulos caros com ornamentação dispendiosa” (ASSMANN, 2011, p. 195). A escrita representa o ponto de partida para o estudo sobre as mídias da memória com suas dimensões técnica e social, e ainda o desempenho memorativo considerando variações de cultura para cultura e época para época. As escritas egípcia e a mesopotâmica, respeitando-se suas singularidades, distanciamentos e espaços sócio-temporais, tiveram forte influência no processo memorativo destas civilizações, fossem os seus propósitos administrativos, espirituais, registros de informações concretas do cotidiano ou políticos – ligados, também, ao acúmulo de escritos em bibliotecas e arquivos.

No entanto, a escrita para Assmann (2011) não foi apenas um instrumento de recordação, mas também um instrumento de esquecimento, apagamento das memórias e vestígios de outros povos e reinos, com o intuito de facilitar o processo de dominação de vastas regiões. Apesar da importância da escrita, os egípcios não alcançaram prestígio por meio de “uma história discursiva ou analítica”, nem houve a “criação de uma epopéia oral própria”, muito menos de “escrituras sagradas” (FISCHER, 2006, p. 35). Tal falta manteve os egípcios numa posição intermediária

comum, de forma que sua sociedade foi ajudada pela capacidade de ler e escrever, porém não foi transformada por ela.

Outro ponto de convergência entre Egito e Mesopotâmia diz respeito à escrita aramaica<sup>10</sup>, que substituiu a escrita cuneiforme e tornou-se “o principal idioma e escrita no Oriente Próximo nos séculos VIII e VII a. C.” (FISCHER, 2006, p. 37). Foram os fenícios que inventaram o alfabeto (europeu, ocidental), eram os navegantes e mercadores da antiguidade. Estabeleceram-se na Fenícia – numa faixa de terra de 35 a 40Km de largura, à beira do Mediterrâneo (localizada onde hoje é o Líbano) – por volta de 4000 a.C. e poucas inscrições foram encontradas, daí pouco se sabe a respeito de sua história. Não criaram uma civilização própria e quase toda a sua cultura desapareceu. Não se interessaram por conquistas territoriais, mas sim em dominar as grandes rotas comerciais. Devido a sua localização geográfica, numa encruzilhada de continentes, a Fenícia tornou-se lugar obrigatório de passagem das caravanas de outras regiões como a Ásia Menor, Egito e Mesopotâmia. A invenção do alfabeto adveio da praticidade dos fenícios, pois precisavam ler, escrever e contar de maneira fácil e rápida devido às operações comerciais. O alfabeto fonético fenício foi assimilado pelos gregos que o aperfeiçoaram e transmitiram aos demais povos do Ocidente (BECKER, 1977).

A mudança, da escrita cuneiforme para a aramaica, afetou a escrita cuneiforme assíria; ao invés do uso de cunhas em argila mole, passou a ser usada tinta em couro ou papiro, pondo um fim à Era da Argila. O uso da literatura aramaica incluía “documentos oficiais, administração geral, contas, registros contábeis, inscrições em monumentos, entre outros”, de acordo com estudos de Fischer (2006, p. 37). A diversidade no uso de suportes ocorreu três milênios depois de a escrita tornar-se completa na Mesopotâmia e além do couro, eram usados ouro, prata e bronze em “documentos especiais” (FISCHER, 2006, p. 42). Contudo, talvez o papiro egípcio fosse usado pelos gregos em cidades como Cnossos, Micenas e outros centros antigos do Egeu, no período do segundo milênio a. C., mas seu uso caiu em declínio e somente em torno do século VII a. C. é que muitos “mercadores e mercenários gregos [...] redescobriram o papiro em seu uso diário” (FISCHER, 2006, p. 43). Apesar de o papiro ter um alto custo, seu comércio floresceu, propiciando a promoção da leitura e da escrita no litoral mediterrâneo. Assim, o Egito tornou-se

---

<sup>10</sup> “A escrita aramaica foi desenvolvida pelos Fenícios por volta do século X a.C”. (FISCHER, 2006, p. 37).

grande produtor de papiro para os mercados grego e romano, propiciando que esta atividade ao longo do Nilo, sustentasse milhares de pessoas. Todo esse crescimento influenciou, por sua vez, o comércio de livros em rolos de papiro em Roma, empregando inúmeros escribas e ilustradores. Devido ao alto custo, se não fossem as bibliotecas garantirem “algumas vendas, todos os exemplares iriam para os senhores abastados”, segundo relatos de Fischer (2006, p. 43).

Juntamente com o crescimento da produção de rolos de papiro, a leitura torna-se uma aprendizagem definitiva, já que não se pode desaprendê-la. Assim, durante toda a Antiguidade “governantes tirânicos” (FISCHER, 2006, p. 45), por não conseguirem o controle do aprendizado da escrita e da leitura por parte de opositores ou supostos inimigos acabaram optando por destruir seus próprios livros. Com esta prática evidencia-se uma forma recorrente, também na Mesopotâmia – o apagamento numa tentativa de destruir parte do que foi produzido por uma sociedade: suas obras literárias, filosóficas, as consideradas críticas ou subversivas. Tudo isso produzia as memórias de uma época, num jogo de forças repleto de implicações éticas e políticas, como as que serão discutidas na próxima seção a partir da criação da famosa Biblioteca de Alexandria.

O avanço do idioma grego e as mudanças advindas com a possibilidade da abordagem de conceitos abstratos foram percebidos em sua importância por Platão<sup>11</sup>, que na obra *Fedro* documentou as “transformações revolucionárias” do uso da escrita, por ele considerada como “meio para afiar e modelar o próprio pensamento” (FISCHER, 2006, p. 48). O filósofo Sócrates, mestre de Platão, “acreditava que os livros – os objetos em si eram um obstáculo a aprendizagem” (FISCHER, 2006, p. 48). Para ele a escrita em relação ao modo oral dava margens a outras interpretações, pois faltava a ela a voz, esta sim transmissora de uma interpretação correta. Fischer (2006) mostra que Sócrates não acusava a leitura e nem defendia a oralidade, porém para ele as práticas primitivas de escrita na sua época, de fato, geravam muita ambigüidade, algo que interferia na comunicação de forma prejudicial. Sócrates e Platão viveram numa época em que havia pouquíssimos textos escritos em Atenas. O uso do potencial da escrita como ferramenta social ainda estava por se concretizar, visto que o “comércio primitivo de livros floresceu no século V a.C.”. (FISCHER, 2006, p. 49).

---

<sup>11</sup> O filósofo Platão (c. 427 - c. 347 a. C. – século V-IV) viveu em Atenas, foi discípulo de Sócrates (c. 470 - 399 a.C. – século V) e mestre de Aristóteles (384 - 322 a.C. – século IV).

A mudança de uma tradição oral para a escrita – o que não significa a mudança de uma sociedade oral para uma letrada, fenômeno muito recente – ocorreu na virada do século V para o IV a.C., coincidindo com a prática comum da leitura privada de rolos de papiro, justamente na época em que viveu Aristóteles, discípulo de Platão, que se tornou “um leitor contumaz” e até formou uma biblioteca particular, segundo relatos de Fischer (2006, p. 49-50). O uso da escrita por Platão visava à preservação dos ensinamentos recebidos oralmente por seu mestre (FISCHER, 2006). Outros filósofos usaram a escrita para difundir conhecimentos adquiridos, tornando, assim, o sentido da leitura como: “compreender, obter conhecimento e, depois, criar algo com base no texto escrito” (FISCHER, 2006, p. 50), uma expansão transformadora da prática de leitura que é reconhecida até os dias atuais.

Pensar a escrita como o “*medium* de eternização” e como “suporte da memória” nas palavras de Assmann (2011, p. 199-200), é reconhecer na escrita a mais antiga e atual metáfora da memória. Todavia, como ressaltado por Sócrates e seguido por Platão, “o *medium* da escrita também foi visto como antípoda e destruidor da memória” (ASSMANN, 2011, p. 199). Uma de suas possibilidades, além de preservação da memória e facilitação da produção e expansão de novos conhecimentos, foi a produção, denunciada por uma apatia da memória. Tal visão indicava o risco da transferência “da operação e função memorativas para a escrita”, (ASSMANN, 2011, p. 200), de forma que a escrita se tornasse responsável pela memória, e esta, por sua vez, se externalizasse. Em outras palavras, o uso da escrita poderia acarretar uma redução, ou até mesmo, a desoneração do homem em exercitar a própria memória, ao optar pelo *medium* da escrita como suporte para o conhecimento acumulado, em detrimento do uso da oralidade como construtora e reprodutora da memória, cultura e liberdade orais, de acordo com Fischer (2006).

No entanto, estudiosos reconhecem que esse seria um preço pequeno a ser pago diante das vantagens advindas pelo uso intensivo da escrita, pois foi por intermédio dela e da leitura que muitos idiomas e culturas foram preservados e se tornaram conhecidos ao longo da história da humanidade. A narrativa encontrada nos escritos “testemunham a glória e os conflitos de nosso passado em comum: sumério, egípcio, acádio, persa [...], grego, hebraico, latim, árabe clássico” e muitos outros (FISCHER, 2006, p. 40).

Surgia, assim, um importante papel para a escrita: legitimação e validação do conhecimento; em outras palavras, a escrita como instrumento de poder, o que não significa que a escrita tenha deixado de simplesmente documentar e preservar; significa, sim, que ela incorporou uma outra função, ao ser usada como um canal capaz de transmitir informação, interpretação e criação (FISCHER, 2006), de tal forma que tornou possível que séculos depois, a memória de povos e culturas tão antigos fosse conhecida e estudada por pesquisadores de diversas partes do mundo. Nas palavras de Assmann (2011, p. 209) a escrita se tornou “a força germinal para renovar pensamentos antigos”. O uso da escrita como *medium* de eternização encontra uma nova possibilidade de disseminação da informação ao propiciar que, a partir da leitura, novos conhecimentos fossem criados, assim como interpretações diferentes daquelas feitas durante as leituras orais, nos quais apenas uma interpretação era possível, a do orador. A escrita como meio de preservação da memória do mundo é um dos aspectos fundamentais do projeto da Biblioteca de Alexandria que será abordado na próxima seção.

### 3 BIBLIOTECA DE ALEXANDRIA: SABER E PODER NA ANTIGUIDADE

Para compreender o projeto político de construção das duas Bibliotecas de Alexandria é preciso reconstruir historicamente a criação de cada uma delas. Ainda que o mito construído em torno da biblioteca de Alexandria pretenda criar uma continuidade entre ambas – como veremos mais adiante – as duas possuem uma identidade geográfica, histórica, social e cultural bastante diversa. Nesta subseção será abordada a fundação da cidade de Alexandria, a criação do mito que envolve a Biblioteca de Alexandria e os possíveis usos políticos da escrita e da leitura no Egito antigo.

#### 3.1 Origens

Em busca de uma compreensão acerca do projeto político que envolve a antiga Biblioteca de Alexandria, é necessário se ater a um importante personagem que foi essencial para a história egípcia. Trata-se de Alexandre, O Grande, o fundador da cidade que foi batizada com seu nome, Alexandria, e possível idealizador do projeto de construção do centro de saber que abrigou a famosa biblioteca. Apenas alguns relatos foram conservados sobre sua vida e conquistas, escritos três séculos ou mais após a sua morte. São basicamente quatro autores (re)conhecidos como fontes principais: Plutarco, com a biografia *Vidas paralelas*, e mais dois tratados *Sobre a fortuna ou a virtude de Alexandre*; Diodoro da Sicília, historiador; Quinto Cúrcio, romano que viveu no século I; e Arriano de Nicomédia, grego que viveu no século II (MOSSÉ, 2004, p. 9). As imagens de Alexandre são baseadas nos relatos desses autores, muitas vezes divergentes sobre aspectos de sua personalidade e seus reais interesses em conquistar territórios tão distantes de sua terra natal, a Macedônia<sup>12</sup>. Seu projeto de construção de um império universal permite entrever usos políticos da memória e do esquecimento como estratégias essenciais em seu reinado que durou pouco mais de treze anos. A vida de Alexandre e suas conquistas, assim como os aspectos de sua personalidade, além do fato de ter morrido precocemente, possivelmente, possibilitaram a criação de um

---

<sup>12</sup> A Macedônia era um Estado situado nos limites do mundo grego. Os povos que habitavam a região “pertenciam aos últimos bandos de invasores de língua grega que chegaram à península balcânica” (MOSSÉ, 2004, p. 18).

mito em torno de sua história, e tal mito parece ter sido usado pelos seus sucessores visando a construção, a manutenção do império ptolemaico e as histórias da famosa Biblioteca de Alexandria, conforme será abordado adiante.

Alexandre Magno nasceu em 356 a.C., filho do rei Filipe II<sup>13</sup> e da princesa Olímpia, ambos acreditavam na ascendência divina, comum às famílias da Macedônia e da Grécia. As origens míticas dos reis macedônicos provêm do fato de crerem na descendência de Hércules, conhecido como um semideus que nasceu de uma mortal e de Zeus, este é tido como sendo um dos mais complexos heróis e o mais célebre da mitologia grega. Pelo lado materno, a deusa Tétis, mãe de Aquiles, um herói épico por excelência. De tal forma que Alexandre acreditava descender de Hércules, Zeus por parte de pai e de Aquiles e Tétis por parte de mãe. Talvez daí venha a divinização de Alexandre, sua genealogia divina foi usada como um instrumento no processo de dominação durante seu reinado. Um reforço a essa idéia veio numa visita feita ao oráculo de Amon em Siwah, tendo como resposta a sua consulta que lhe seria concedido tudo que ele pedisse, em outros termos, recebeu dos deuses o que tanto almejava ao ser proclamado filho de Amon, que lhe prometeu o império universal. Após essa consulta sente-se o próprio deus depois de sua proclamação, fazendo com que se comportasse como um super-homem. (LÉVÊQUE, 1987). Sobre a consulta ao oráculo, Plutarco (198-?) relata um fato curioso: o sacerdote do deus no intuito de saudar Alexandre em grego usando um termo de afeição, chamou-o meu “filho” (pai *dion*); porém, na sua pronúncia bárbara tropeçou na última letra e trocou o “n” por um “s” que significa filho de Zeus (*paidios*), de forma que Alexandre gostou muito do lapso e espalhou-se o boato de que havia sido chamado de “filho de Zeus” pelo próprio deus. Era comum os reis da Macedônia reivindicarem uma genealogia divina, mesmo que não fosse direta, mas pelo menos na origem de suas linhagens. Esse comentário foi levado adiante por muitos séculos e ajudou a construir a idéia do mito que envolveu a figura de Alexandre, sendo usado por seus sucessores a fim de obter vantagens políticas com outras potências e para a manutenção de seus reinados.

---

<sup>13</sup> Filipe sucedeu seu irmão Perdicas, assassinado em 359 a.C., e foi proclamado rei pela assembléia do exército. Dominou a história do mundo egeu ao tornar-se senhor da costa trácio-macedônia, antes sob o controle de Atenas, e impor autoridade às cidades tessálias. Era estrategista e político hábil ao conseguir cumplicidade nas cidades gregas. Em vinte anos, conseguiu impor hegemonia ao mundo grego, deixando para seu filho Alexandre, um reino poderoso após sua morte (MOSSÉ, 2004).

Aos vinte anos, Alexandre é proclamado rei em 336 a.C. após a morte de seu pai, que talvez já planejasse sua sucessão ao convidar o mestre Aristóteles para ser o tutor de seu filho desde que este tinha treze anos de idade. A formação dele incluiu a leitura e o estudo de textos clássicos como Píndaro, Heródoto, Eurípides, possibilitando a aquisição de uma profunda cultura helênica e também uma aproximação com temas voltados ao espírito, algo do qual jamais se afastará. Na época da tutoria, Aristóteles ainda não havia redigido suas obras que mais tarde fariam com que se tornasse o maior e mais importante pensador da antiguidade em todos os domínios nas ciências e na filosofia (LÉVÊQUE, 1987; MOSSÉ, 2004). A conjunção da longa formação recebida do mestre Aristóteles aliada aos traços de personalidade herdados de seus pais como a prudência, a inspiração, a reflexão e a intuição, mas também os acessos de cólera e o grande entusiasmo, talvez indiquem as escolhas táticas feitas por Alexandre durante o seu reinado e as inúmeras conquistas realizadas por um jovem.

Tais qualidades segundo Mossé (2004) podem ser reunidas da seguinte forma: coragem e tenacidade, domínio de si, generosidade e bondade, indicando assim sua formação mais filosófica, um comportamento mais direcionado pela razão. As influências recebidas do mestre Aristóteles incluem a poesia grega e a obra dos trágicos, assim como proporcionaram o despertar dos interesses pelas ciências da natureza, que foram essenciais à expedição de Alexandre pela Ásia no que diz respeito ao reconhecimento geográfico da região. Contudo, vale ressaltar a qualidade que mais influenciou seu projeto de construção de um império universal: o mérito filosófico que o orientou a pensar que toda a humanidade seria uma única comunidade, ao mesclar gregos e bárbaros, visando atingir o objetivo de usar a lei da razão para submeter a terra inteira, e assim construir uma mesma *políteia*, ao fazer de todos os homens um único *demos* (conjunto de cidadãos). Estas idéias, segundo Mossé (2004), não significam anular as diferenças entre gregos e bárbaros ao tentar reunir sob uma mesma autoridade iranianos e gregos, mas sim uma possível tentativa de colocar em prática um programa político idealizado por seu mestre Aristóteles, no qual os cidadãos das cidades gregas fundadas seriam responsáveis por atividades políticas e militares, enquanto os indígenas que habitavam o território atribuído às cidades teriam a responsabilidade de garantia da vida material.

As imagens de Alexandre Magno construídas ao longo dos séculos mostram uma complexa personalidade, interesses e táticas utilizadas durante suas expedições que chegaram a Ásia e Índia (ver mapa 2). Há algumas hipóteses que buscam explicar os motivos que o levaram a empreender viagens tão longas. Dentre elas, talvez a mais provável, segundo Lévêque (1987) seria o fato de não abandonar o exército enviado por seu pai a Ásia. Não se pode descartar o desejo que Alexandre possuía de reviver recordações da *Ilíada* por meio de uma aliança da Europa contra a Ásia. Aqui se encontra mais um aspecto que pode ter contribuído para a formação do mito em torno da sua figura: a leitura da *Ilíada* o acompanhou em suas expedições, e parece que tentou revivê-la ao se espelhar nela, sentindo-se o próprio deus.

Recordações para Assmann (2011) tornaram-se uma força política e, talvez, tenham impulsionado Alexandre em suas conquistas na Ásia, apoiando-se num mito poderoso. Alexandre, em busca da concretização de metas políticas, precisava de um impulso visionário, algo como um ímpeto revolucionário que o impelisse a seguir com o exército por regiões desconhecidas, caso da Índia, em expedições perigosas. Aqui o mito construído em torno da obra de Homero desempenhou um papel importante. Existem relatos de que Alexandre viajava sempre com a *Ilíada*, mas, também, com as memórias de viagens de Hércules e Dionísio, histórias que, possivelmente, o influenciaram em seus ideais de construção de um império universal.

Ficam claras, então, as conseqüências que se podem depreender: seja dedução de que a realeza macedônia ainda se achava próxima das realezas "homéricas", seja enxergar nisso o efeito de uma "propaganda" que tendia apresentar a expedição da Ásia como uma nova Guerra de Tróia, e o rei dos macedônios, descendente de Aquiles, como um herói da epopéia. (MOSSÉ, 2004, p. 54)

Mas se Alexandre se valia de um mito para angariar forças para sua expedição, ele próprio e suas façanhas também foram objeto, por sua vez, de uma construção mítica. Muitas são as histórias que envolvem a figura do rei macedônio, suas táticas e expedições. Algumas serão aqui usadas em busca de uma possibilidade de compreensão da formação do mito em seu entorno, e dos usos políticos da memória e do esquecimento utilizados durante seu curto reinado que modificaram o mundo oriental e face da Hélade.

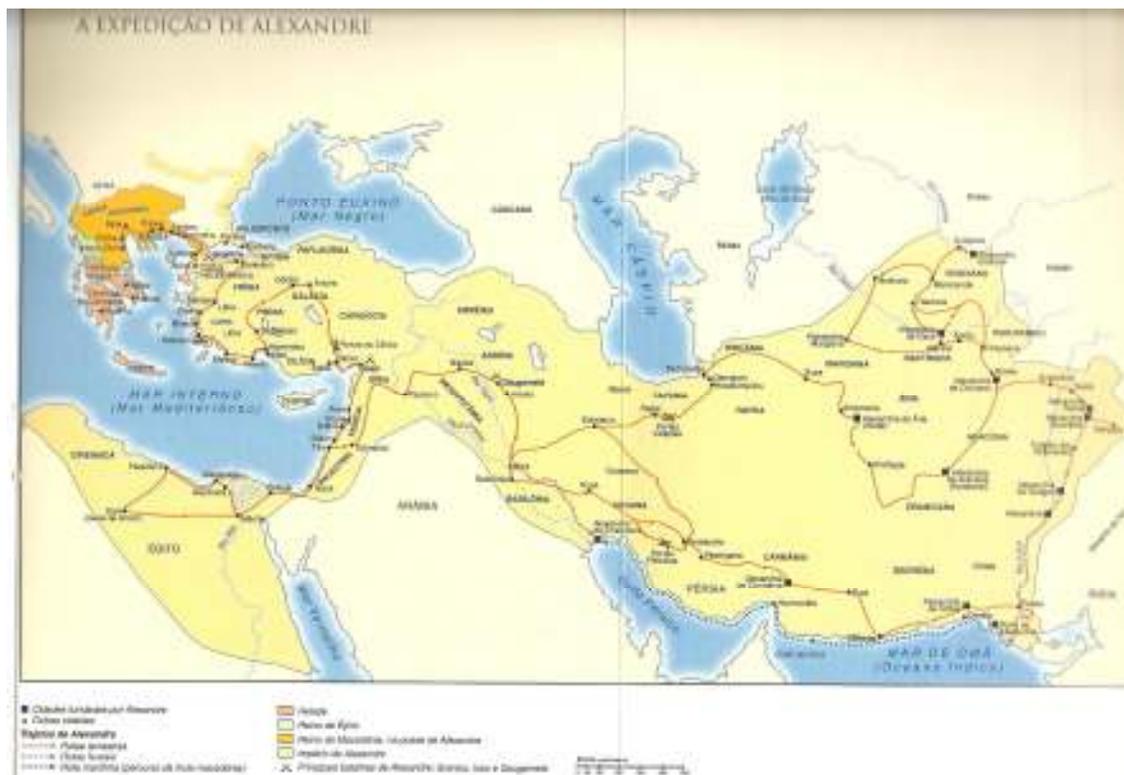
Após a proclamação de Alexandre como rei em substituição ao seu pai Filipe, ele parte em direção a Ásia e, ao longo da viagem, conquista várias cidades.

Algumas são totalmente destruídas, basicamente quando a resistência é grande e as batalhas árduas, envolvendo alto número de soldados mortos. Quando não era possível negociar uma rendição, Alexandre praticava a destruição total, incluindo pilhagem, incêndios, morte dos habitantes e destruição de monumentos. A prática de apagamento e pilhagem indica um uso político do esquecimento, visto que ao se destruírem monumentos, até cidades inteiras, conseguia-se apagar as identidades, memórias de grupos sociais inteiros, num jogo de forças e poder também comum na região da Mesopotâmia. São táticas similares usadas por conquistadores e reis que se apresentam como pontos comuns nas histórias analisadas, respeitando-se as singularidades e diferenças espaço-temporais. Destruir a memória de um grupo ou de uma sociedade é destruí-la por inteiro, como nos indica Huyssen (2014), ao afirmar a memória como elemento essencial para a coesão social e cultural de uma sociedade. Da memória dependem todos os tipos de identidade, e uma sociedade cuja memória foi apagada nada mais é que um anátema.

Os usos políticos do esquecimento possibilitaram o total apagamento e a destruição de cidades inteiras e seus habitantes, ou seja, o desaparecimento da memória, e esta foi uma das táticas importantes utilizadas por Alexandre Magno durante suas expedições em busca da concretização do sonho de um império universal. No entanto, é importante ressaltar que não era comum a devastação de cidades; pelo contrário, o projeto de dominação e helenização do Oriente incluíam a fundação de cidades que chegaram a, aproximadamente, trinta e quatro Alexandrias (ver mapa 2) de um extremo ao outro do império, como mostra Lévêque (1987). Todas essas novas cidades foram batizadas com seu nome servindo às necessidades tanto militares, como administrativas e econômicas. Eram cidades independentes, em teoria, mas constituíam uma rede densa que era capaz de servir como oposição a quaisquer tentativas de reunião tanto dos sátrapas<sup>14</sup> quanto dos senhores locais que eram mantidos em seus domínios, desde que fossem a ele [Alexandre] submissos. Mas, somente a Alexandria do Egito se tornaria a mais importante, bela e o epicentro do pensamento grego e romano por longos séculos, como será abordado mais adiante.

---

<sup>14</sup> Cada uma das grandes províncias em que estava dividido o império dos persas. Cargo ou governo de um sátrapa -- governador de uma província da antiga Pérsia. (SÁTRAPA, 1956, p. 1218).



Mapa 2: A expedição de Alexandre  
 Fonte: Mossé, 2004

Outro ponto crucial no projeto de dominação e helenização do Oriente está relacionado à difusão da cultura grega pelos territórios conquistados, graças ao ensino da língua grega às crianças, em especial, visando com esta prática o fortalecimento da memória cultural, assim como sua ampliação pelas regiões anexadas ao império em formação. Alexandre também fazia um uso político da memória ao convidar artistas gregos para celebrarem suas glórias, instituindo mostras musicais aos bárbaros, fazendo honrarias às divindades gregas, e sendo liberal, ao aceitar várias crenças e religiões, conforme relatos de Lévêque (1987). Em outras palavras, houve uma grande variedade no estatuto das cidades que foram “libertadas” do domínio persa, tais como a permanência de guarnições macedônias, cobrança de tributo, assim como variações em relação ao controle das instituições que tomavam diferentes formas, baseadas nas circunstâncias avaliadas por Alexandre.

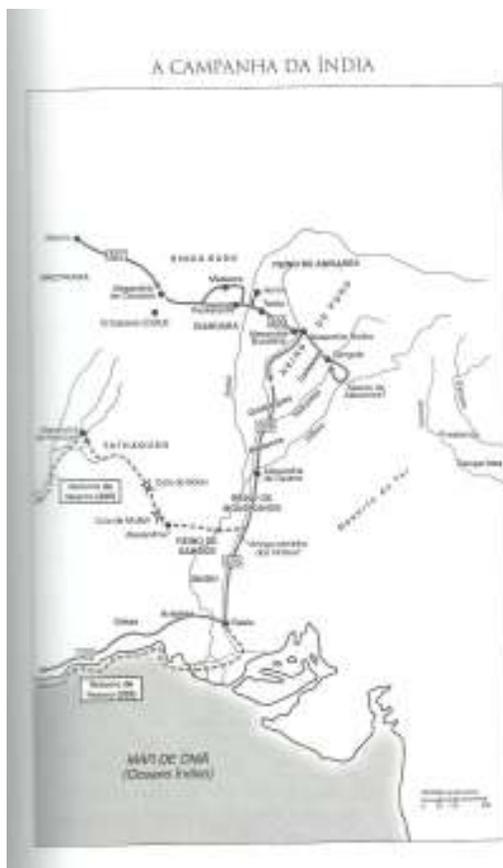
De acordo com análises de Mossé (2004, p. 60):

Em toda parte, Alexandre se apresentava como defensor da liberdade e impunha, de certa forma, regimes democráticos. [...] Por serem as cidades

gregas da Ásia pontos estratégicos importantes, não se pode cogitar que Alexandre lhes tivesse concedido uma autonomia total. [...] Por outro lado, havia também o problema do tributo. Em outros lugares, para captar a boa vontade das populações, repassou-lhes a administração dos tributos.

Com este manancial de estratégias variadas, Alexandre conseguiu em poucos anos de reinado a conquista de vastos territórios, chegando a Ásia e Índia. Esta campanha se iniciou na primavera de 326 a.C., encontrando fortíssimas resistências dos senhores locais, numa batalha sangrenta que terminou com a morte de todos os defensores da cidade de Massaca (ver mapa 3) e o domínio da região posicionada entre o Indus e o Hidaspe (ver mapa 3) ao conquistar a submissão das dinastias locais. A aventura terminou ao chegar à margem do rio Hífaso, um afluente do Indus, pois o exército não aceitou seguir adiante com a expedição devido à extenuação dos soldados. Assim, Alexandre limitou-se a “erguer na margem ocidental do Hífaso doze altares monumentais”. Apesar da resistência oferecida pelos indianos, o reino de Patala foi conquistado em “meados de julho de 325, desertado por seus habitantes e chefes [permitindo, assim, que alcançasse] a embocadura do Indus” (MOSSÉ, 2004, p. 44-45).

O emprego de táticas durante as conquistas obtidas por Alexandre e seu exército permitem entrever um projeto de dominação por meio da clivagem étnica e cultural, facilitando a difusão da cultura grega por vastas regiões, uma estratégia que evidencia um uso político da memória e do esquecimento.



Mapa 3: A campanha da Índia  
 Fonte: Mossé, 2004, p. 43

O domínio da Ásia em aproximadamente 331 a.C. possibilita uma melhor compreensão das estratégias usadas por Alexandre em suas expedições. Um bom exemplo foram as Bodas de Susa, no seu retorno à Índia, após festejos das vitórias alcançadas. Neste evento, o imperador, em prol de seu projeto de dominação, casa-se com Roxana, filha de um nobre da Sogdiana, conforme relata Lévêque (1987, p. 14) a respeito, do controle das cidades conquistadas por meio da manutenção da administração às quais estavam habituadas:

Esta política de colaboração completa-se através de uma política muito mais ambiciosa e concebida de uma forma radicalmente nova. Alexandre não comunga do ideal pan-helênico, não quer submeter e humilhar o Bárbaro mas, sim, fundi-lo com o Grego num conjunto harmonioso onde cada um terá a sua parte. E como conseguir melhor esta fusão senão multiplicando os casamentos mistos? O rei dá o exemplo: casa com Roxana, filha de um nobre de Sogdiana, depois com três princesas persas. Num só dia, no regresso da Índia, a maior parte dos seus generais e 10000 soldados unem-se com indígenas numa esplêndida cerimônia (as bodas de Susa). Paralelamente, manda educar à maneira grega 30000 crianças iranianas.

Os casamentos mistos representam parte do projeto que envolve os usos políticos da memória como estratégias de dominação, ao propiciar uma fusão cultural e lingüística entre os gregos e os povos dominados, assim como o ensino da língua grega. Mas há, também, o incentivo às apresentações de musicais gregos para os bárbaros, as honrarias às divindades gregas, o respeito às diversas crenças e religiões e a prática da manutenção da administração às quais as cidades estavam habituadas. Por outro lado, e não menos importante no projeto de Alexandre, está o uso político do esquecimento que envolve a destruição das cidades, de seus monumentos, a venda de habitantes, além de massacres e mortes que permitiram o apagamento das memórias e identidades, bem como a coesão social e cultural de uma sociedade, facilitando assim o domínio através do poder militar, cultural e econômico.

Os povos conquistados foram influenciados pela cultura, religião e literatura gregas, assim como os gregos assimilaram as tradições dos povos dominados. Pode-se destacar maior interação entre romanos e gregos após a dominação romana, mas, também, entre gregos e judeus, ou celtas e iranianos, transparecendo forte impacto nas relações intelectuais (MOMIGLIANO, c1991). A manutenção dos territórios conquistados baseava-se, assim, na assimilação e respeito às culturas locais, organização administrativa e política, esta com um forte poder central, de forma a conseguir alianças políticas com os diversos povos e facilitar a governabilidade.

A ambição de Alexandre Magno e seu sonho de formação de um império universal não se reduzia a grandes batalhas e a projetos de expansão territorial. Ele imaginava, também, construir grandes centros de saber e cultura com bibliotecas nas áreas conquistadas. Tal projeto ambicionava a constituição de vastos acervos com inúmeras cópias e compras de grandes obras, principalmente as religiosas. Seus sucessores almejavam conquistar e dominar os povos das cidades controladas justamente por saber que a religião era como uma porta de entrada para as cidades e suas almas (CANFORA, 2001). Traduzir obras religiosas de diversos povos, mantendo-as em bibliotecas, e não interferir nas religiões dos povos das cidades conquistadas facilitaram o processo de controle e o domínio das mesmas. Os usos políticos das táticas implementadas por Alexandre parecem ter contribuído para a formação do mito em torno de sua figura não somente durante sua vida, mas, principalmente, após sua morte.

Para Finley (1988) a religião politeísta facilitava a introdução de deuses e novos atributos culturais. O politeísmo teve seu apogeu durante o período helenístico, pois com a grande fusão religiosa advinda da nova sociedade formada a partir das conquistas e expansões territoriais, obtinha-se a mistura de povos distintos. A expansão da língua grega facilitou o domínio dos povos conquistados, além da assimilação de novas culturas, costumes, religiões, etc.

A clivagem étnica e cultural para Lévêque (1987, p. 90) pode ser vislumbrada até nos textos escolares:

[...] tão numerosos nos papiros, mostram que se lê Homero, os trágicos, Demóstenes ou Menandro por toda a parte. O ginásio, nos locais onde é acessível aos indígenas, isto é, sobretudo na Ásia, constitui um meio ideal onde desenvolver-se segundo um estilo de vida helênico.

O ensino da cultura grega aos bárbaros foi um meio importante no projeto de dominação engendrado por Alexandre Magno ao disseminar o helenismo nos territórios conquistados, indicando ideais de expansão da inigualável cultura grega, significando não a renúncia de si próprio, mas sim um meio de realização plena, de expressão em busca de acesso a uma vida mais humana (LÉVÊQUE, 1987).

Outra importante conquista se deu após assumir como senhor da Ásia, depois da derrota de Dario em 333 a.C., Alexandre “conquistou as capitais reais, incluindo Babilônia, Susa, Persépolis, inaugurando assim uma política de ocupação inovadora: o uso das estruturas administrativas locais”. (MOSSÉ, 2004, p. 32)

A assimilação cultural como estratégia de poder pôde ser vista em outra ocasião quando Alexandre e seu exército estavam se preparando para conquistar outro território. Plutarco ([198-?], p. 175) escreveu que durante um período de descanso, o rei vestiu pela primeira vez trajes persas, seja no intuito de adaptar-se “aos costumes regionais, crendo importar muito para a pacificação dos povos a semelhança de hábitos e de raça, ou numa tentativa de introduzir entre os macedônios a prosternação”, de forma a que se acostumassem paulatinamente a “suportar sua mudança de hábitos e transformação”. As conquistas de Alexandre foram muitas, e diversas histórias são contadas a respeito de suas glórias e nobreza de sentimentos. Predominavam táticas amenas de conquista, como a que foi utilizada na cidade de Nisa: ao ver seus homens hesitando diante de um rio profundo, ele se perguntou por que não havia aprendido a nadar e logo ordenou o término do combate, recebendo emissários das cidades sitiadas e propondo rendição. Essas táticas faziam proliferar ainda mais as histórias em torno do

imperador macedônico influenciando a formação do mito que, posteriormente, foi utilizado por seus sucessores e também durante o processo de criação da atual Biblioteca Alexandrina, como será visto na próxima seção.

Numa outra ocasião, Alexandre e Tóxiles (que segundo relatos possuía na Índia um reino tão extenso quanto o Egito, rico de pastagens e pomares) travam um diálogo. Após as saudações, Tóxiles adverte-o que a luta entre homens sensatos só deve ser feita por água e alimentos indispensáveis, e que não sendo estas as causas da guerra em questão, não haveria sentido algum em continuar. Se fosse sobrepujado, estaria pronto a fazer favores, do contrário, receberia e agradeceria os benefícios. Alexandre, então, estendeu-lhe a mão e propôs que terminassem sem luta aquele encontro, após a pronúncia de palavras tão cheias de bondade; ao que ouviu de Tóxiles que lutaria com ele em gentilezas para que não perdesse em nobreza (PLUTARCO, [198-?]).

Alexandre conseguia com essas e outras táticas não só conquistar pela não-violência, como também ser considerado de grande nobreza, o que facilitava sua conquista e a permanência do domínio, mesmo estando distante, uma vez que era admirado e respeitado pelo povo e pelos governos das cidades conquistadas.

A virada primordial do reino de Alexandre Magno foi a conquista do Egito em 332 a.C. como um local estratégico no império persa, como afirma Mossé (2004). A população do Egito era dominada pelo “rei persa Ataxerxes III Oco que reconquistou o Egito em 343 a.C. e reinou por meio de um governador até a chegada de Alexandre Magno” (FLOWER, 2002, p. 11), sendo então considerado como um libertador do jugo persa. A ocupação persa de Ataxerxes III no Egito foi marcada pelo terror nas províncias ocupadas e pelo incentivo à pilhagem de mercenários. Sabe-se, no entanto, que mesmo após esta reconquista e o controle sobre as cidades gregas localizadas na costa, havia uma grande falta de unidade do império, o que, talvez, tenha influenciado as ambições de Filipe em lançar-se à conquista da Ásia, continuada por seu filho Alexandre. O assassinato de Filipe e Ataxerxes ocorreu mais ou menos na mesma época, conforme relata Mossé (2004). Muitas lutas eram travadas visando o controle da região, como a invasão de persas e assírios, e devido a estes embates, o reino foi reduzido à uma província do império aquemênida.

Findadas as festividades de coroação de Alexandre, este passou o inverno na costa do Mediterrâneo em uma vila chamada Racótis que se localizava no “extremo



o crescimento do comércio de papiro e a conseqüente acessibilidade a este suporte possibilitou um aumento expressivo no número de cópias assim como nos custos, influenciando sobremaneira o acesso ao conhecimento, como será visto mais adiante.

Alexandre ao decidir edificar uma grande cidade no Egito, contratou arquitetos e ordenou que fosse construída entre o Lago Mareótis e o mar, projetando ele mesmo o traçado das ruas, de forma que os ventos “frescos do Mediterrâneo cruzavam a cidade e refrescavam seu ar, proporcionando aos habitantes um clima ameno e saudável”, segundo relatos minuciosos de Diodoro (1939, p. 52). A segurança do porto, a amenidade do clima, a facilidade de acesso ao Nilo e às terras baixas, bem como a abundância de água potável, foram essenciais para a escolha da nova capital do Egito (a antiga era conhecida como Mênfis), visando facilitar o fornecimento de suprimentos à Macedônia. Alexandre desejou que esta nova cidade-capital fosse a base para que o helenismo se tornasse a metrópole da cultura. É assombroso que o sonho de Alexandre, O Grande, tenha se tornado realidade na mente e na alma da cidade, ao influenciar de forma profunda a cultura, a arte, a política e a religião do Ocidente até os dias atuais (VRETTOS, 2005).

A construção da cidade foi realizada pelo arquiteto mais importante da época, Deinócrates, que a projetou e, em sete de abril de 331 a.C., lançou sua pedra fundamental, juntamente com Alexandre, que partiu semanas depois e jamais retornou. Após sua morte misteriosa ocorrida em maio de 323 a.C., Mossé (2004) relata que depois de um banquete, Alexandre começou a sentir um mal estar e em pouco tempo faleceu. Embora havendo suposições de que não tenha sido uma morte natural, Lévêque (1987, p. 16) afirma: “não seria natural que a malária tivesse levado tão depressa esse corpo esgotado pelas orgias, pelas cavalgadas, pelas vigílias estudiosas e cheio de cicatrizes?”. O lado negativo de seu reinado incluiu: violências inúteis, excesso de orgias, dificuldades com os gregos que não aceitavam de bom grado a fusão das raças (preferiam a rejeição do vencido), assim como a enorme extensão geográfica de um império que não resistirá à sua morte; o legado deixado é inegavelmente importante. A saber: concepção de uma monarquia autocrática, dominação grega no Egito e na Ásia, a urbanização de províncias longínquas e a interconexão das civilizações helênica e oriental.

Alexandre Magno, apesar de seu curto reinado, marcou para sempre a face da Hélade ao pôr em prática seu projeto de construção de um império universal,

usando táticas que incluíam usos políticos da memória e do esquecimento, como a disseminação da cultura grega nos territórios conquistados, um estado unificado culturalmente e a total destruição de cidades inteiras. O mito construído historicamente em torno da figura de Alexandre foi propiciado por sua vida e morte, através de relatos feitos séculos após o fim de seu reinado, repleto de registros reais, mas também fantasiosos de suas expedições, aventuras, táticas políticas, suposta origem divina, ideais de formação de um império universal, imagens de um homem com excelente formação filosófica obtida por ter sido discípulo de Aristóteles e que carregava consigo em suas viagens a *Ilíada*, talvez com o intuito de repetir a façanha descrita na obra, até porque acreditava em sua divinização. Assim, suas histórias e lendas instigaram muitos pesquisadores, possivelmente devido aos poucos relatos existentes.

### 3.2 Criação e mito: memória artificial

O projeto de Alexandre Magno de construção de um império universal talvez tenha possibilitado a constituição de uma memória artificial numa cidade nova, que será agora analisada.

Com a morte de Alexandre, seu plano foi interrompido, e o reino dividido entre seus generais, cabendo a Ptolomeu I<sup>15</sup> o controle do Egito e a fundação de uma dinastia que governou o Egito até este se tornar um estado satélite romano, aproximadamente três séculos depois. Ptolomeu I era um homem de letras e interessado em temas referentes ao intelecto, rodeado de bons e inteligentes conselheiros até que um desses sugeriu a criação de uma biblioteca real, idéia aceita e financiada. Um grande complexo foi construído no *Mousêion* (Casa das Musas), um santuário das musas, das deusas das artes e da literatura, abrigando salas de leitura, biblioteca, laboratórios e jardins botânicos. Inaugurado por Ptolomeu II Filadelfo (filho de Ptolomeu I Sóter, o Salvador) por volta de 300 a.C. no vasto Serapeum no bairro de Racótis (ver mapa 4). O novo centro de saber atraiu

---

<sup>15</sup> Não foi possível manter o império que Alexandre construiu, uma parte foi retomada por outros povos, muitos foram os conflitos e intrigas até que três grandes reinos foram constituídos: Ásia, Egito e Macedônia. A Ptolomeu I coube o Egito, que só se proclamou rei quase dezesseis anos após a morte de Alexandre, pois aguardava que os sucessores diretos assumissem: o filho de Roxana com Alexandre e um meio irmão deste, porém o filho e a mãe foram mortos por Cassandro em 309 a.C. (FLOWER, 2002; LÉVÊQUE, 1987).

inúmeros sábios de várias áreas, a maior parte era formada por cientistas e filósofos oriundos de Atenas. (VRETTOS, 2005).

Sobre Ptolomeu II Filadelfo, Flower (2002, p. 21) relata:

Apaixonado colecionador de livros, Ptolomeu II Filadelfo adquiriu todos os papiros e rolos que podia conseguir, até mesmo bibliotecas inteiras, como a de Aristóteles, embora os historiadores tenham discutido durante séculos se realmente a obteve inteira. Assim, ao final de seu reinado de quase quarenta anos, os livros transbordavam da Biblioteca para os escritórios e armazéns reais, por isso foi tomada a decisão de construir uma segunda biblioteca para abrigá-los. O projeto foi concretizado por seu filho Ptolomeu III Evergeta (filho de Ptolomeu II Filadelfo e de sua primeira esposa, Arsinoé I), e uma biblioteca filha foi incorporada ao vasto *Serapeum*.

Sobre a biblioteca filha, sabe-se que foi construída visto que os rolos de papiro transbordavam da Biblioteca de Alexandria para os escritórios e armazéns reais. Seu acervo era constituído pelas melhores cópias elaboradas a partir das boas edições feitas no museu (que assim como a biblioteca filha, fazia parte do vasto *Serapeum*), localizados no bairro de Racótis, que abrigava os centros de saber. Ela era freqüentada por pessoas estranhas ao museu, ou melhor, por pessoas da própria cidade, diferentemente do movimento de eruditos e sábios que freqüentavam a biblioteca principal. Assim como seu pai e avô, Ptolomeu II Filadelfo era também um grande admirador das artes e bibliófilo apaixonado, adquirindo carregamentos inteiros de livros e gastando grandes fortunas com códices e papiros raros (FLOWER, 2002).

À cidade de Alexandria acorreram muitos eruditos ilustres, patrocinados pelos Ptolomeu. Mesmo aqueles que já possuíam fama em Roma ou Atenas, optaram por viver na cidade que abrigava o mais rico e importante centro de saber da época. Lá suas necessidades eram satisfeitas, pois estavam livres de impostos, estudavam, escreviam, pesquisavam manuscritos, ensinavam e teorizavam nas suas próprias áreas de conhecimento. O *Mousêion* comparar-se-ia a uma universidade, num sentido mais amplo, visto que era formado por dormitórios, refeitórios, abrigos colonados para descanso e contemplações, teatros usados para conferências sobre filosofia e ciência, leitura de poetas e historiadores clássicos, assim como jardins botânicos e espaços para animais, incentivando os estudos da flora e da fauna. Em suma, o palácio das Musas oferecia aos estudiosos e sábios de todo o mundo um local com “fontes da primeira, mais abrangente e inovadora coleção de material intelectual jamais reunida na Antiguidade” (VRETTOS, 2005, p. 58).

Em Alexandria, os usos políticos da memória incluíam a formação de um acervo na famosa Biblioteca de Alexandria. Os documentos ali reunidos representavam as escolhas dos soberanos e dos bibliotecários que decidiam quais obras seriam armazenadas na biblioteca real e quais iriam para a biblioteca filha, num incessante processo de depositar todas as obras já escritas em todas as línguas, de forma a afirmar a primazia sobre outros povos, assim como o domínio cultural advindo deste processo de montagem do acervo.

Os rolos de papiro podem ser pensados, a partir das idéias de Assmann (2011), como armazenadores de dados que carregam vestígios do tempo, e em Alexandria pretendia-se que conservassem a memória universal reunida num só lugar. Eram obras produzidas em todo o mundo, traduzidas para o grego e depositadas na biblioteca real, servindo como armazenadoras das memórias e dos vestígios de tempos passados.

Forjou-se, assim, o mito de uma memória plena, almejando a reunião, numa biblioteca, de todo o conhecimento já produzido no mundo e em todas as línguas. Um processo incessante que incluía a revista de todos os barcos que atracavam no porto de Alexandria, a busca de manuscritos que, ao serem encontrados, eram confiscados e mantidos em armazéns para que fossem copiados posteriormente, mas que, muitas vezes, devolviam-se as cópias e os originais eram enviados à biblioteca real. Outra prática comum era o envio de emissários aos centros acadêmicos do Mediterrâneo e Oriente Médio com a missão de comprar ou, mesmo, surrupiar trabalhos dos principais filósofos, poetas, matemáticos e dramaturgos (FLOWER, 2002).

A tentativa de formar uma biblioteca com aspirações universais por meio de cópias e traduções para o grego de obras de todos os lugares do mundo remete aos ideais de Alexandre em criar um império universal forjado na mistura de povos por meio da disseminação da cultura grega em todas as regiões conquistadas. Seus sucessores se basearam em seu legado, fomentando o mito construído historicamente em torno de sua figura, visando à continuidade de suas idéias, afirmando, desta forma, a primazia tanto da língua como da cultura gregas. A mitificação do antigo conquistador macedônico impulsionou os projetos políticos da dinastia ptolemaica que governou o Egito por mais de três séculos.

A biblioteca se constituía num depósito de livros, no sentido grego do termo, no qual os rolos de papiro eram arrumados em estantes, nichos ou contra as

paredes, bem diferentes das atuais bibliotecas, era um local com acesso restrito a uma minoria de sábios e letrados que lia, estudava, conversava e pesquisava. Não se sabe ao certo o total de rolos armazenados, talvez quatrocentos a quinhentos mil.

A pretensão de abrigar uma biblioteca universal que abarcasse toda a memória do mundo numa nova cidade, assim como a miscelânea de povos reunidos num mesmo lugar, como gregos, judeus, núbios, egípcios, colonos, militares e aventureiros, mostra a tentativa de soberanos em afirmar a “primazia da língua e da cultura gregas, dotar sua capital com uma memória e raízes artificiais” (JACOB, 2000, p. 47). A memória que se visava constituir através da Biblioteca de Alexandria, contudo, é uma memória que não se enraíza em nenhuma tradição local: é uma memória construída artificialmente, a partir de raízes inventadas ou impostas. Essa memória artificial foi erijida a partir da fundação da cidade, da criação da biblioteca e do museu, como forma de compensar a marginalidade geográfica por meio da simbologia adquirida através da grandiosidade e importância do centro de saber. Os governantes não satisfeitos com suas tradições ou suas origens, tratavam de inventar uma, como forma de legitimar e engrandecer o seu poderio. Identifica-se assim um importante propósito de uso político da memória na fundação da Biblioteca de Alexandria, onde o saber se encontra claramente a serviço do poder.

A reunião num único local de todas as obras escritas e em todas as línguas, num processo incessante que visava à apropriação lingüística e cultural, fosse por meio de cópias, traduções e reelaborações dos mais importantes escritos já produzidos, possibilitou a construção de uma memória artificial numa cidade nova, permitindo que através dessa memória escrita o Egito obtivesse vantagens na rivalidade política com outras potências mediterrâneas. Alguns personagens foram essenciais para a construção dessa memória artificial evidenciada no projeto de formação e manutenção da antiga biblioteca, entre eles Demétrio Falereu, Calímaco e Eratóstenes.

Demétrio Falereu foi quem pela primeira vez sugeriu a criação de uma biblioteca que reunisse uma coleção de livros sobre a realeza e o exercício do poder para o uso próprio do rei Ptolomeu I, como dito anteriormente. Contudo, Demétrio intrometeu-se na sucessão ao trono e acabou banido por Ptolomeu II Filadelfo quando este descobriu a intriga e não o perdoou. A morte de Demétrio ocorreu devido a uma picada de cobra quando fazia a sesta, mas é provável que tenha sido envenenado com uma grande dose de veneno por ordens do rei. (FLOWER, 2002).

Na época de sua morte, quinze anos após a sugestão que dera da criação de uma biblioteca real, o local já havia se tornado um importante ponto de encontro de eruditos da cultura helênica.

Embora Demétrio tenha sido o grande idealizador da Biblioteca de Alexandria, outro nome passaria à história como seu grande organizador: Calímaco. Este chegou a Alexandria por volta de 270 a.C. no reinado de Ptolomeu II Filadelfo, que o convidou para ser o tutor do herdeiro do trono e bibliotecário-chefe. Porém, ele recusou o convite, talvez por achar que atrapalharia sua independência em seu trabalho como pesquisador na biblioteca. Flower (2002) relata que Calímaco nasceu por volta de 305 a.C. em Cirene, uma grande colônia grega no norte da África, filho de um nobre e por isso recebera uma excelente educação. Contudo, quando sua família perdeu prestígio e fortuna, acabou por ganhar a vida dando aulas num subúrbio de Alexandria. Entretanto, por sua inteligência, logo chegaria aos ouvidos do soberano, e numa cidade que privilegiava o intelecto, obteve, rapidamente, um emprego na biblioteca. O renomado poeta e gramático Calímaco foi o responsável pela elaboração de catálogos. Ao tentar uma classificação geral, subdividindo em gêneros alguns setores da biblioteca, criou a obra *Catálogos dos autores que brilharam em cada disciplina* cujo título ocupava uns cento de vinte rolos. O catálogo não abrangia a totalidade do acervo, mas possibilitava uma idéia da ordenação dos rolos para aqueles que já freqüentavam e tinham prática de pesquisar as estantes. Ao optar pelo critério de arrolar apenas os autores mais eminentes nos mais variados gêneros, Calímaco produziu um catálogo que representava apenas uma seleção em relação ao catálogo completo que incluía algumas categorias como: épicos, trágicos, cômicos, historiadores, médicos, retóricos, leis, miscelâneas, com seis seções para a poesia e cinco para a prosa (CANFORA, 2001).

A criação de um catálogo que não abrangia a totalidade do acervo armazenado nos milhares de rolos de papiro nas estantes da biblioteca remete a uma seleção, ou melhor, Calímaco pretendia dar visibilidade apenas a grupos de autores que haviam brilhado em diversos gêneros em detrimento de tantos outros autores abrigados na biblioteca. Tal escolha indica um uso político daquilo que seria posto em destaque, dito de outra forma, do que seria lembrado, enquanto aqueles outros tantos ficariam esquecidos nas estantes sem ser relacionados na lista produzida. Os critérios de seleção escolhidos por Calímaco, de certa forma, deixavam de lado algo essencial numa biblioteca que é a relação de todas as obras

armazenadas, pois propicia aos pesquisadores conhecerem melhor o acervo e facilita a busca por autor, título ou área de conhecimento.

Sobre esta obra, Fischer (2000, p. 60) sugere tratar-se de um projeto intelectual mais amplo, algo como um “monumento à glória do helenismo”, ao dar visibilidade aos escritores de língua grega. O catálogo criado comparar-se-ia a um instrumento que permitia a mediação entre rolos de papiro e obras, ou seja, um inventário que simbolizava o hábito da acumulação de saber arquitetada pelos Ptolomeu no projeto de formação de uma biblioteca universal.

A importância dos catálogos é explicada por Dodebei (2001, p. 62):

[...] independentemente da questão do valor, que é um atributo móvel, e portanto, não permanente, em um dado instante é necessário dar uma ordem a esses objetos que já se constituem em documentos, uma vez que estes foram selecionados para pertencer a um conjunto (*coleção*, no caso de bibliotecas e museus e *acervos orgânicos*, no caso de arquivos). Tais conjuntos vão se constituir em memória se deles pudermos obter os cruzamentos representacionais necessários à recuperação, ou seja, a possibilidade de localização e acesso à fonte primária.

O catálogo criado por Calímaco, mesmo não representando todo o acervo da biblioteca, representava uma forma de organização do conhecimento que era armazenado em milhares de rolos espalhados pelas estantes, permitindo, assim, que fossem localizados pelos pesquisadores que a freqüentavam. Tratava-se de uma seleção que, como qualquer seleção de lembranças ou de documentos, mostra um embate entre memória e esquecimento. De fato, as escolhas nessa área jamais são neutras. Pelo contrário, ao optar por elaborar uma memória representada num catálogo cuja abrangência incluía somente grupos de autores que mais se destacaram em alguns gêneros, Calímaco impunha operações de segregação, de forma que a manutenção e a prática dessa memória exigiam que a exclusão fosse mantida, algo como uma censura daquilo que se deseja ocultar. Dito de outra maneira, a memória formada pelo catálogo em questão pode ser vista como um instrumento de poder, implicando, assim, na admissão de que não há poder político sem que haja controle da memória e do arquivo. Mais uma demonstração de que a questão do esquecimento é política.

Calímaco também ficou conhecido por sua maior contribuição para a biblioteca: catalogou toda a coleção de papiros e códices, algo em torno de quinhentos mil, utilizando *pinakes* (lâminas). Sobre estas lâminas, Flower (2002, p. 52) detalha o trabalho realizado:

Essas eram uma série de 120 livros nos quais as obras eram analisadas e listadas cronologicamente por “palavras-chave” e “autor”. De acordo com o Suidas, léxico do século 10, Calímaco compôs lâminas “sobre os homens eminentes em todos os campos do conhecimento e sobre o que escreveram”. Um efeito digno de Sísifo, e se a ele adicionarmos as 880 obras que se considera que escreveu, temos uma idéia da voracidade por trabalho que ele devia ter.

O esforço empreendido mostra a atuação cuidadosa dos homens de confiança escolhidos pelos reis para cuidar da biblioteca. O trabalho deles consistia em classificar, copiar, anotar, dividir em livros, acrescentar comentários às obras, contribuindo, assim, para o aumento incessante do acervo. O minucioso trabalho era realizado pelos bibliotecários que conheciam profundamente a biblioteca e seus corredores de estantes onde se depositavam milhares de rolos cuidadosamente armazenados, cujo acesso era um privilégio para poucos.

O terceiro bibliotecário-chefe foi Eratóstenes, nascido em Cirene e aluno de Calímaco em Alexandria. Atuou no cargo por quarenta anos desde 245 a.C. quando tinha apenas trinta e um anos. Além de cientista, era também filósofo, poeta, gramático e inventor. Sua maior contribuição foi a descoberta de uma forma válida para se medir o perímetro da Terra, garantindo, assim, que seu nome entrasse para a História. Ao provar que a Terra era redonda, cuja circunferência media 40 mil quilômetros e o diâmetro de 12.560 quilômetros, errou esta medida por apenas 80 quilômetros. Estabeleceu, ainda, os fundamentos da teoria científica da geografia. Era um homem de cultura universal, tendo sido o primeiro autor a datar eventos cientificamente, tais como a queda de Tróia (1184 a.C.) e a primeira Olimpíada (777 a.C.), dentre tantos outros. Uma parte considerável de seus estudos e trabalhos editados foram preservados, embora, a maior parte tenha sido perdida (VRETTOS, 2005). Eratóstenes teve um fim trágico: perdeu a visão quando tinha mais de setenta anos e teve que renunciar ao cargo de bibliotecário-chefe; passados mais de dez anos sem o conforto que os livros e o estímulo a pesquisa lhe proporcionavam. Deixou de comer e morreu aos oitenta e dois anos, de acordo com relatos de Flower (2002).

A cidade de Alexandria era o epicentro do pensamento grego e romano, e para lá foram inúmeros historiadores, matemáticos, filósofos, poetas e astrônomos vindos de diversas regiões com o intuito de viver, estudar e pesquisar no famoso centro de saber que, protegidos pelos soberanos e mecenas, propiciava as mais variadas descobertas. Pode-se, ainda, citar outros dois importantes nomes: o

historiador grego Diodoro, cujo trabalho *Biblioteca da História* foi escrito em grego e concluído em 300 a.C. aproximadamente, em que descreveu, minuciosamente, a geografia do Egito; e o geógrafo, historiador e profundo conhecedor de astronomia, o grego Estrabão, reconhecido pela mais antiga abordagem na qual sistematizou a cidade de Alexandria e a geografia do Egito num tratado considerado o mais completo e descritivo que chegou até nós, tendo vivido por volta de 19 d.C. (VRETTOS, 2005).

A importância dos bibliotecários é ressaltada por Lévêque (1987) ao relatar que graças a eles se dispõe de textos corretos de grandes autores gregos, pois os mesmos eram editados, comentados, resumidos e a memória escrita era, assim, atualizada. Nomes como Zenódoto de Éfeso, preceptor de Ptolomeu Filadelfo, tornou-se bibliotecário em Alexandria e foi o primeiro editor de Homero, responsável pela edição dos poemas deste e por abrir caminho aos diortotas (corretores); Aristófanos de Bizâncio, ocupou o cargo de bibliotecário no reinado de Ptolomeu Evergetes (Benfeitor), tendo editado Homero, Hesíodo e os líricos com um reconhecido espírito crítico; Aristarco, discípulo de Aristófanos e seu sucessor como bibliotecário, tornou-se célebre por seu Homero, e ainda é o responsável por iniciar o trabalho de estabelecimento de um cânone (lista) dos clássicos, que se impôs rapidamente.

A atuação dos bibliotecários e pesquisadores, sábios e eruditos que freqüentavam o grande centro de saber cujos trabalhos envolviam práticas cognitivas tais como resumos, citações, cópias, formalização da reflexão sobre a memória, traduções, todas representam intenções de atualizar uma memória-saber, visando à recuperação de um saber, um raciocínio antigo que propicia o nascimento de uma reflexão própria (NAMER, 1987).

O *Mouséion* composto por biblioteca e museu, além de laboratórios e jardins botânicos, possibilitou o apogeu da ciência grega ao oferecer condições favoráveis ao seu desenvolvimento, incluindo como essencial o mecenato, que criou verdadeiros institutos de investigações em salas de dissecação, observatórios, jardim zoológico e botânico. Outras áreas floresceram, como a matemática, a biologia e a medicina, a primeira representada por Euclides que fora convidado a Alexandria por Ptolomeu Sóter e lá redigiu por volta de 300 a.C. os treze livros de *Elementos*, obra considerada a base sólida do saber humano até a recente invenção da matemática moderna. Quanto às ciências da vida, Alexandria se tornou o centro

de estudos mais famoso, com os trabalhos minuciosos da dissecação, possibilitados porque o uso da mumificação tornou o respeito aos restos mortais menos incondicional do que aquele praticado na Grécia (LÉVÊQUE, 1987).

O desenvolvimento das ciências, poética, filosofia e da história foi, assim, incentivado pelas gerações dos Ptolomeu que mandavam buscar em várias partes do mundo tudo que havia sido escrito e em todas as línguas, num processo incessante de acumulação das memórias do mundo habitado, obtendo importantes ganhos simbólicos e políticos ao tentar a constituição de uma biblioteca universal na qual os soberanos buscavam afirmar a primazia da língua e cultura gregas. Tal acumulação dos escritos pelo reino dos Lágida afirmava, assim, um domínio intelectual proveniente da reunião de documentos oriundos de épocas e regiões bastante variadas, ou seja, a construção de um poder através do saber.

A leitura e seus usos pelos gregos helenísticos não podem ser considerados responsáveis pela democracia, ciência teórica ou ainda pela lógica formal desenvolvidas, nem por ter mudado a maneira de pensar das pessoas. A leitura, para Fischer (2006), foi essencial para o processo no sentido de incentivar que cada vez mais pessoas se dispusessem a escrever o que pensavam. E a Biblioteca de Alexandria teve um papel fundamental ao tornar-se um importante centro de aprendizado na região do Mediterrâneo, baseada na palavra escrita e servindo de modelo para as bibliotecas que a sucederam. Leitura e escrita para os antigos egípcios talvez fossem mais importantes do que para os sumérios no que se refere ao acesso e o controle de informações e conhecimentos, afinal a biblioteca era restrita a uma elite de sábios e eruditos. Respeitando-se as singularidades de cada civilização e espaços temporais, talvez seja possível dizer que os egípcios desenvolveram e exploraram tanto a leitura como a escrita com maior rapidez que os sumérios.

A força que a escrita conserva para Assmann (2011) é considerada tão grande quanto a sua força germinal utilizada para a renovação de pensamentos antigos. É esta força germinal que a antiga biblioteca possibilitava aos seus pesquisadores de diversas áreas e origens, ao oferecer-lhes todo o conhecimento humano já produzido e em diferentes línguas, depositados num só lugar. O acesso ao vasto acervo, à memória coletiva do helenismo, uma memória artificial, formado por meio do sonho de uma biblioteca universal traduzida pelo acúmulo de milhares de rolos de papiro, facilitava a renovação de pensamentos antigos através de

reedições, anotações, inscrições e traduções produzidas no interior do centro de saber. Escrita não só como *medium* de eternização, mas também, como importante suporte da memória, ainda hoje considerada como a mais atual metáfora da memória, da escrita e do livro enquanto forças que geram vida e continuidade.

Inúmeras foram as descobertas propiciadas pelo vasto acervo da antiga biblioteca e pelos laboratórios de pesquisa agrupados no *Mouséion*, essenciais para o desenvolvimento das ciências, da matemática, da medicina, dentre outras. De fato, era uma biblioteca universal ao abrigar em seu recinto todo o conhecimento até então produzido no mundo, nas mais diversas áreas e línguas, um grandioso centro de saber que propiciou o encontro de renomados pesquisadores e eruditos cujo acesso a uma variada coleção culminou em muitas e importantes descobertas que revolucionaram a história do conhecimento humano.

Alexandria ocupou um lugar de destaque ao traduzir de forma mais exemplar a penetração do helenismo no Oriente, considerando não somente o plano cultural que envolve a influência exercida pelo museu, pela biblioteca e seu papel na difusão da cultura grega clássica, mas também no plano econômico, ao tornar-se o principal centro de intercâmbios na região do Mediterrâneo Mossé (2004).

### 3.3 Fim do reinado ptolemaico

A decadência da cidade de Alexandria começou quando Ptolomeu IV Filopátor (filho de Ptolomeu Evergeta) em 222 a.C., que apesar da vitória na batalha de Ráfia em 217 a.C., causou grande desestabilidade social e desordens, e ainda deve-se ressaltar que seu comportamento, diferentemente de seus antecessores que incentivavam política e culturalmente a cidade, e segundo alguns, muito voltado à bebedeira e sexo. O sucessor, Ptolomeu V Epifânio (manifestação de Deus), filho de Evergeta com sua irmã Arsinoé III, assumiu o trono em 205 a.C. e permaneceu por quatorze anos. Neste período, perdeu todas as possessões externas ao país conquistadas de maneira gloriosa por seus antecessores, tendo que solicitar socorro a Roma, algo que marcou o declínio político do Egito e sua decadência enquanto potência dominante, Flower (2002). A dependência a Roma continuou, devido a uma disputa pelo trono entre dois irmãos: Ptolomeu VI e Ptolomeu VII, que durou quase sessenta anos.

Os casamentos entre irmãos e pais e filhos, se intensificaram, causando perdas irreparáveis a movimentação cultural no centro de saber. O ápice ocorreu com Ptolomeu VIII Evergeta que se casou com sua irmã Cleópatra II e, depois, com sua sobrinha Cleópatra III. Os casamentos entre irmãos eram comuns com o objetivo de manter o trono dentro da família real. Conhecido como Gorducho, Ptolomeu VIII Evergeta, era tão avesso aos intelectuais que freqüentavam a Biblioteca e o Museu que estes ao sentirem ameaçados, fugiram para a parte egípcia da cidade e passaram a freqüentar a biblioteca filha, no *Serapeum*, onde se sentiam mais seguros e distantes das maldades do rei. Apesar da fuga de cérebros e da perda do patrocínio real, alguns intelectuais continuaram suas pesquisas na Biblioteca de Alexandria, e a influência na cultura mundial permaneceu em alguns campos do conhecimento como Geometria, Gramática, Astronomia e Física, escolas que se tornaram famosas (FLOWER, 2002).

No outono de 48 a.C. um grande incêndio em Alexandria marcou uma série de catástrofes, a dependência do Egito a Roma era contínua e uma disputa entre Júlio Cesar e Pompeu quase destruiu a cidade. Durante uma perseguição pela disputa do controle de Roma, Cesar vê-se em desvantagem num ataque do exército romano e manda atear fogo na esquadra romana que estava ancorada no porto. As chamas se alastraram rapidamente, destruindo barcos, estaleiros e armazéns repletos de trigo e preciosos códices e papiros. Com esta tática, Cesar venceu a guerra. Aparentemente, o fogo se espalhou pela região do Bruquión, onde se localizavam o Museu e a Biblioteca, queimando boa parte do centro de saber. Não se sabe ao certo o tamanho da perda, mas estima-se algo em torno de quarenta mil rolos, segundo Sêneca, enquanto o autor latino Aulo Gélio (130-180 d.C.) e o historiador do século 4 Amiano Marcelino citam setecentos mil rolos. Esta é considerada a primeira de uma seqüência de catástrofes sofridas pela antiga biblioteca. Felizmente, a biblioteca filha no *Serapeum* não foi afetada, tornando-se o novo pólo das ciências na cidade. (FLOWER, 2002).

Esta é uma das hipóteses sobre o incêndio causado por Júlio Cesar. Contudo, não há um consenso sobre os fatos e as conseqüências deste evento. Canfora (2001), baseado em poema de Lucano <sup>16</sup> (39-65 d.C.) sobre a perseguição de Pompeu a Júlio Cesar que manda atirarem tochas de piche nos navios romanos

---

<sup>16</sup> “Poeta latino, sobrinho do filósofo Sêneca [...] deixou um poema heróico, *A Farsália*, que trata da guerra civil entre César e Pompeu e do início da guerra de Alexandria” (CANFORA, 2001, p. 186).

e rapidamente o vento alastra o fogo atingindo o porto, arsenais e armazéns-depósitos de trigo e documentos, destruindo, aproximadamente, quarenta mil rolos. Contudo, descarta a possibilidade dos depósitos do Museu terem sido afetados, pois este se encontrava no interior do palácio real, o que leva a concluir que os rolos destruídos estavam relacionados às mercadorias.

Os relatos de Vrettos (2005) se aproximam de Canfora ao citar o incêndio causado pelos soldados a mando de Júlio Cesar, e o número de rolos destruídos, tendo também como fonte o poeta Lucano. Porém, para Vrettos (2005), estes documentos não tinham nenhuma relação com a Biblioteca, visto que eram textos de contabilidade e registro de exportação de mercadorias para Roma e outras cidades do mundo. O fogo destruiu a maior parte das docas, construções perto do palácio e milhares de documentos armazenados num dos edifícios. Para Vrettos (2005), este incidente fez com que muitos historiadores supusessem de maneira equivocada que a Biblioteca sofreu grandes perdas com o incêndio. O prédio dela nunca foi perto das docas.

Já o historiador francês Polastron (2013), ainda que baseado em Lucano, afirma que o incêndio provocado por Júlio Cesar em 48 a.C. destruiu a famosa Biblioteca de Alexandria. Porém, ressalta que importantes pensadores da época como Estrabão não relataram as perdas da biblioteca, de forma que somente os relatos feitos muito tempo depois por Sêneca, Plutarco e Aulo Gélio citavam a tragédia e discordavam, apenas, sobre o montante destruído. Identifica-se neste evento como o mito de Alexandria foi construído ao longo da sua história, pois fica a questão: por que os pensadores que viveram na época do incêndio não deixaram relatos da sua destruição? E quais os interesses em não descrevê-lo? E, ainda, por que somente décadas depois foi descrito por pensadores tão distantes no tempo? São questões em aberto, ainda por serem respondidas.

Muitas são as dúvidas sobre o evento do incêndio causado por Júlio Cesar. Contudo, os pesquisadores concordam que o importante centro de saber, seja a biblioteca original ou a filha, continuou a influenciar as ciências por muitos anos ainda.

Cesar ficou impressionado com a exuberância da cidade e, apesar do incidente, foi o responsável pela conciliação entre os herdeiros, Ptolomeu XIII e Cleópatra VII, que lutavam pelo trono egípcio. Cesar se impressionou, também, com a beleza e os encantos de Cleópatra VII e uniu-se a ela. O reinado deles fez a

cidade reviver sua antiga glória, reacendendo o prestígio do centro de saber. Escolas, como as de Matemática, Medicina e Ciências foram revigoradas com o patrocínio real. Através do incentivo dado às artes e cultura alexandrinhas, a rainha buscou resgatar a importância que outrora a cidade tivera durante os reinados dos três Ptolomeu. (FLOWER, 2002).

A respeito de Cleópatra VII, Vrettos (2005) a descreve como a última de uma série de mulheres implacáveis, descendente de uma dinastia ptolemaica obcecada pelo poder. Uma excelente lingüista, aprendia com facilidade o idioma que desejasse, não necessitando de intérprete, pois ela mesma cuidava da maior parte dos negócios com etíopes, árabes, judeus, sírios. Era fluente em grego e latim, se interessava por artes e ciências, financiando importantes artistas e cientistas no *Mouséion*, além de ser um gênio nas artes militares. Seus talentos são ainda conhecidos pela beleza, encantos e sedução, que a ajudaram a tornar-se esposa de Júlio Cesar e primeira-dama do império romano, casando-se, após a morte deste, com Marco Antônio e tornando-se rainha do império do Oriente. Reconhecidamente lutou para que os filhos herdassem seu trono e vasto império, travando batalhas árduas para a conquista de novos territórios e a manutenção do Egito sob domínio dos Ptolomeu.

Alguns pesquisadores relatam que Marco Antônio deu-lhe de presente a mais famosa biblioteca de Pérgamo com quase duzentos e cinquenta mil manuscritos que foram adicionados à Biblioteca de Alexandria. A disputa por Roma foi praticamente constante. De fato, após a morte de Júlio Cesar, Marco Antônio e Otaviano (um sobrinho de Júlio Cesar) disputaram por anos a soberania em muitas batalhas, até que em 30 a.C. Cleópatra se suicida durante a Batalha de Áccio na qual Otaviano buscava o controle do Egito. A rainha do Egito foi enterrada ao lado de Marco Antônio que também se suicidou pouco antes dela. Otaviano mandou que executassem Cesário (filho de Cleópatra e Júlio Cesar), herdeiro real do trono romano, e os outros filhos de Cleópatra, encerrando assim a dinastia dos Ptolomeu de três séculos, de forma que a dominação romana perdurou de 30 a.C. até 311 d.C. (VRETTOS, 2005).

O centro de saber alexandrino, sob o domínio romano, perdurou por mais dois séculos, apesar da perda de milhares de rolos e do patrocínio real que o mantinha. O geógrafo e historiador grego Estrabão viveu durante um certo tempo em Alexandria nos últimos anos do século I a.C. e seus relatos descreveram a vida

acadêmica da cidade que era muito diferente da era dos Ptolomeu que governavam próximos, circulavam pelo Museu e discutiam assuntos com os acadêmicos. A concorrência de Roma propiciou uma inversão na atração de importantes poetas e escritores, que passaram a freqüentar Roma em busca de patrocínio para suas pesquisas (FLOWER, 2002).

Muitas são as dúvidas sobre as catástrofes sofridas pelo importante centro de saber, como dito anteriormente. Encontram-se em Flower (2002) e Polastron (2013) relatos da destruição da Biblioteca Filha em 391 d.C., sob o reinado de Teodósio, que teria incentivado ataques contra o paganismo em todo o império, visto que o cristianismo havia se tornado obrigatório. O bispo alexandrino Teófilo, sob ordens de Teodósio, mandou destruir todos os monumentos, iniciando com um golpe na estátua de Serápis, inflamando uma tropa de fanáticos que passaram a saquear e destruir tudo ao redor no *Serapeum*: estátuas, templos e a Biblioteca Filha que outrora foi o cerne do saber alexandrino por uns quatro séculos.

Mais uma vez Alexandria parecia renascer como uma fênix e no século V parte de sua importância intelectual foi restaurada por Marcos, o Evangelista, que fundou na cidade uma universidade (POLASTRON, 2013). O movimento de renomados pesquisadores como cientistas, teólogos e escritores que continuaram a circular na cidade, segundo relatos de Vrettos (2005), fizeram com que rivalizassem com Roma e Atenas e, muitas vezes, conseguindo superá-las como uma meca cultural, política e intelectual. Apesar do reflorescimento, o fim do espetáculo da cultura alexandrina ocorreu com a conquista dos árabes do Egito em nome do califa Omar<sup>17</sup> após um cerco de catorze meses, pondo fim aos quase novecentos anos de domínio greco-romano.

O general árabe Amr Ibn Al conquistou o Egito e, segundo alguns relatos ainda discutíveis, teria usado os livros da Biblioteca para aquecer os quase quatro mil banhos da cidade. Alguns historiadores acreditam que a maioria dos livros já havia sido destruída ou escondida bem antes do ano 642 d.C. que marca a ocupação árabe. De acordo com o historiador árabe Ibn Al-Quifti em sua obra *História dos sábios*, de fato os livros foram usados como combustível para aquecer os banhos da cidade, porém afirma que o general Amr só soube dos livros por meio

---

<sup>17</sup> "Omar Ibn Al Khattab (581-644 d.C.). Segundo dos califas maometanos, foi um dos mais capazes conselheiros do Profeta, e sucedeu Abu Bakr como califa em 634. Em seu reinado, o Islã emergiu como potência imperial. (FLOWER, 2002, p. 190).

de um padre chamado João, o Gramático, que tentou convencer Amr a deixar os livros com ele, mas a decisão coube ao califa que teria respondido o seguinte: “Se o que está escrito neles concorda com o Livro de Deus, eles não são necessários; se discorda, não são desejáveis. Portanto, destrua-os”. (FLOWER, 2002, p. 190-191).

O processo de decadência da cidade de Alexandria se intensificou no século XII

[...] quando o braço canópico do Nilo foi bloqueado e o Lago Mareótis, que fornecia água doce a Alexandria, foi assoreado e isolado das outras vias navegáveis do país. Em seguida, o Heptastadium – o caminho que ligava a Ilha de Faro ao continente – foi coberto pela terra, o que eliminou boa parte do Grande Porto, enquanto imensas áreas da cidade afundaram abaixo do nível do mar (FLOWER, 2002, p. 192).

A partir dessa mudança, Alexandria não tinha mais o acesso a outros rios egípcios, de forma que a comercialização de seus produtos foi muito dificultada, além do desenvolvimento cultural e comercial da cidade. O fim ocorreu após a abertura da rota para o Oriente através do Cabo da Boa Esperança, encerrando, assim, o comércio da cidade até que no final do século XVIII se reduziu a Racótis, antigo vilarejo de pescadores da época de Alexandre Magno (FLOWER, 2002).

As destruições sofridas pela antiga Biblioteca de Alexandria mostram tentativas de apagamento e esquecimento efetuadas ao longo de sua história como parte integrante de projetos de domínio no qual o saber é um elemento condutor do poder, e é tematizado conforme um acontecimento que se articula ao poder, como uma estratégia, construído historicamente, assim como o poder. Tais articulações podem ser vistas nas histórias da biblioteca visto que possibilitava o acesso ao saber sobre o passado e o presente, propiciando a renovação das idéias, novos escritos e reedições num fluxo de produção de conhecimentos e usos políticos usados na rivalidade com outras potências como Roma e Grécia. Nas inúmeras disputas pelo controle de Alexandria e do Egito, alguns imperadores, como Cleópatra VII, Júlio Cesar e Marco Antônio, apesar das guerras constantes e do incêndio provocado por aquele que, possivelmente destruiu parte da grande biblioteca, incentivaram e deram continuidade ao processo de crescimento do acervo iniciado por Ptolomeu Filadelfo por meio de aquisições e, também, financiamentos a intelectuais e cientistas como parte importante de um projeto maior de dominação através do saber: reunir toda a memória do mundo num só lugar, uma biblioteca universal.

A escrita como meio de eternização era considerada pelos egípcios como o *medium* mais seguro para a preservação da memória. Talvez por isso tenham incentivado durante séculos a reunião de milhares de rolos de papiro na Biblioteca de Alexandria como se fossem monumentos para a posteridade, por considerá-los uma eficiente arma contra o esquecimento. Os antigos textos eram lidos, relidos, estudados, reeditados e traduzidos por uma minoria de sábios e eruditos que, a partir desse trabalho, produziam novas obras, interpretações e atualizavam as memórias-saber armazenadas nas estantes do centro de saber.

Por outro lado, as estratégias de produção do esquecimento foram usadas por reis interessados em eliminar as memórias do passado, visando facilitar seus projetos de dominação. Afinal, os conhecimentos jamais são neutros; eles são instrumentos de poder e, de fato, o esforço empregado resultou em grandes perdas para a humanidade. Poucos são os vestígios da antiga Biblioteca. Ao que tudo indica, o objetivo da destruição do famoso centro de saber, como forma de apagamento das memórias, fossem elas do passado ou do presente, foi alcançado pelos imperadores visando destruir vestígios de saberes que representassem algum tipo de reação a seus planos de dominação.

Outros jogos de força e poder, mas da mesma forma baseados no uso político da memória e do esquecimento, são também vistos no projeto da atual Biblioteca Alexandrina. Aqui será preciso respeitar-se as singularidades e diferenças de cada uma, assim como os contextos históricos no qual estão inseridas. É o que será discutido na próxima seção, a partir do uso político da mitificação criada em torno da antiga biblioteca. O recurso ao mito visava possibilitar o projeto de construção e manutenção da nova biblioteca, assim como os usos políticos da memória e do esquecimento que a envolvem. O jogo político evidenciado durante as discussões para a aprovação do projeto da atual biblioteca ressaltou operações de seleção daquilo que interessava ser lembrado e esquecido, além de outros usos do mito que envolvem um entrelaçamento de lembranças e esquecimentos, como será visto mais adiante.

#### 4 A BIBLIOTECA DE ALEXANDRIA NO MUNDO MODERNO

Na primeira parte deste trabalho buscou-se apresentar uma discussão acerca dos usos políticos da memória e do esquecimento tendo como ponto-chave a escrita e a leitura a partir de seus vestígios na Mesopotâmia. Abordou-se o surgimento da escrita completa entre 6 mil e 5700 anos atrás, utilizada pelos sumérios para reter na memória informações do cotidiano, e pelos egípcios, cujos usos da escrita e leitura visavam acesso e controle de informações. Os usos políticos da memória e do esquecimento se desenvolvem e se expressam nas formas pelas quais o saber se constrói, se acumula e se torna disponível em bibliotecas, tais como Nínive e Alexandria.

Nesta seção serão analisados o uso do mito tecido em torno da Biblioteca de Alexandria como estratégia política, servindo como mola propulsora no processo de criação e manutenção da atual Biblioteca Alexandrina. Como foi mencionado na introdução da tese, não é utilizada aqui a acepção do mito que o opõe à razão, ou do discurso mítico enquanto oposto ao discurso racional, como se costuma encontrar nas abordagens filosóficas clássicas, e nem tampouco a acepção antropológica que o vê como uma narrativa das origens. O que está em questão aqui não é a racionalidade ou a irracionalidade do mito, nem as origens que ele narra, mas os interesses sociais e políticos aos quais ele serve em determinados momentos da história. Essa é a perspectiva de Barthes, por ele apresentada em um livro que se tornou famoso, *Mitologias*. Nessa obra, Barthes (2013) mostra que os mitos são construções históricas transformadas em evidências a-históricas, fantasias humanas e sociais que são naturalizadas e transformadas em acontecimentos ideais e inquestionáveis. Pretendemos mostrar nesta seção como foi se dando a naturalização do mito em torno da Biblioteca de Alexandria – incluindo a figura de Alexandre, a construção de um Império e o ideal de abrigar todo o conhecimento do mundo – durante as discussões que envolveram a aprovação do projeto da nova biblioteca nas assembléias da UNESCO e nos discursos de importantes personagens que influenciaram todo o decorrer da movimentação em busca de recursos para a sua viabilização.

#### 4.1 O renascimento alexandrino

A cidade de Alexandria sofreu muitos ataques ao longo de sua história, e um deles ocorreu quando, em 1798, Napoleão Bonaparte entrou através do porto com uma enorme esquadra no intuito, possivelmente, de levar ajuda à Turquia para a contenção de uma revolta egípcia. No entanto, os britânicos encurralaram e expulsaram os franceses em 1801, deixando o Egito para os turcos. Nesta batalha, os britânicos destruíram o dique usado para separar o lago Abouquir do lago Mareótis, que assim foi invadido pela água salgada. Devido a esta estratégia, milhares de acres de terra foram inundados e Alexandria foi isolada do restante do Egito (VRETTOS, 2005).

Na época da disputa entre britânicos e franceses, a cidade de Alexandria tinha em torno de quatro mil habitantes e mais parecia um vilarejo desolado, bem diferente do brilho de outrora. Mas tinha alguma importância, visto que Napoleão tentou usá-la para chegar ao Oriente, assim como Alexandre Magno havia feito mais de mil anos antes. A cidade de Alexandria possui uma posição geograficamente estratégica na região, atraindo desde a sua fundação inúmeros invasores.

As constantes ocupações trouxeram muitas mudanças. Uma delas deveu-se ao comandante, também macedônico, Muhammad Ali, que criou uma dinastia que governou o Egito até a abolição da monarquia em 1952. Ali, assim como a dinastia dos Ptolomeu havia feito, expandiu as fronteiras do Egito através de conquistas, ao recriar um domínio que, em certo momento, incluiu a região que ia do Sudão à Anatólia e, ainda, as cidades santas de Meca e Medina. Talvez influenciado pela história dos antigos soberanos, Ali também considerava o Egito como sua propriedade privada e resolveu devolver à cidade de Alexandria seu antigo brilho ao elevá-la à segunda capital e primeiro porto de seu império. Ao reabrir o canal de água doce que havia sido fechado no século XII pelos árabes, o comércio foi novamente estimulado e os investimentos estrangeiros atraídos. Ali, como os antigos, construiu para si um palácio em Ras el Tin, na área que antigamente era a Ilha de Faro (FLOWER, 2002).

Em pouco mais de cinquenta anos, Alexandria se renovou e passou novamente a ter um dos principais portos do Mediterrâneo, tornando-se uma elegante metrópole com cerca de duzentos mil habitantes, atraindo mercadores italianos, franceses, gregos, turcos, sírios, palestinos e ingleses. O renascimento foi

maior no sentido material e comercial do que cultural. Porém, alguns cientistas e homens de letras, ao se dedicarem à busca de conhecimentos, propiciaram uma renovação na cultura alexandrina e alimentaram o anseio pela construção de uma nova biblioteca na cidade. Nomes como Filippo Tommaso Marinetti, que publicou em 1894 a primeira revista literária e artística da cidade, *Le papyrus*; o poeta grego Kaváfis, ao evocar Alexandria num famoso poema a respeito da derrota de Marco Antônio; o Nobel de Literatura de 1988, Naguib Mahfouz, e tantos outros nas áreas de arquitetura, cirurgia, química, pintura, etc. (FLOWER, 2002).

#### 4.2 O projeto da Biblioteca Alexandrina: memória e esquecimento

Esta renovação cultural foi muito importante e forneceu subsídios ao projeto de criação da atual Biblioteca Alexandrina, cujas discussões começaram na década de 1970 dentro da Universidade de Alexandria. Porém, somente após um acordo do governo egípcio com a UNESCO e alguns países europeus sobre os custos e apoios financeiros para a aquisição, manutenção e formação do acervo, bem como a construção do prédio, é que o projeto foi consolidado. Nesta subseção vamos analisar este projeto e compará-lo historicamente com o antigo, considerando suas singularidades e enfatizando os diferentes contextos que o produziram.

Inicialmente o projeto previa a construção de uma biblioteca dentro da Universidade. Segundo a versão oficial fornecida pela UNESCO (M'BOW, 1987), a idéia era ressuscitar a Biblioteca de Alexandria. O local foi, então, especificado e construído um auditório. Contudo, a idéia tomou maiores proporções e deixou de ser um projeto nacional capitaneado pelo presidente do Egito durante este período, Hosni Mubarak, para se tornar internacional, pois desta forma teria mais condições de receber aportes financeiros da UNESCO. O ex-Presidente Hosni Mubarak se manteve no poder do Egito de 1981 até início de 2011, o que indica que o país não vivia uma democracia nos moldes tradicionais, mas sim um estado ditatorial mantido através de uma lei em vigor desde 1981. Esta lei garantia a manutenção do Estado de Exceção<sup>18</sup> desde a sua implantação, usando a necessidade do combate à

---

<sup>18</sup> “Suspensão temporária de certas garantias constitucionais determinada pela necessidade de defesa da ordem pública. Em sua vigência o Executivo assume poderes normalmente atribuídos ao Legislativo e ao Judiciário, e são estabelecidas restrições aos direitos dos cidadãos”. (FGV, [200?])

violência e ao terrorismo, e a manutenção da paz como justificativas para a permanência de Mubarak como presidente.

Ao longo dos quase trinta anos em que o mesmo presidente se manteve no poder, o Egito ostentava uma suposta normalidade política. No entanto, essa suposta normalidade era encarada com reservas, havendo suspeita de fraude nas eleições, redução dos direitos de livre expressão e debate públicos, Estado de Exceção justificado pelo combate ao terrorismo e a necessidade de manter a paz.

Mubarak tinha especial interesse na construção da nova biblioteca como tentativa de rivalizar com as nações desenvolvidas em termos de grandiosidade arquitetônica e de acervo, numa busca de alçar o Egito ao rol das maiores potências, mas principalmente, numa busca de glórias passadas visando, de alguma forma, que a população aceitasse a opressão política vivida como única opção para o desenvolvimento e a manutenção da paz. Tal uso político da memória em países envolvidos com opressão política visa a uma mobilização de passados míticos objetivando apoiar explicitamente políticas governistas, sejam elas chauvinistas ou fundamentalistas, como indicado por Huyssen (2001). Este autor não menciona o Egito, mas cita como exemplos a Sérvia pós-comunista, a Índia, a Argentina e o Chile, que teriam feito um uso político da memória mítica almejando a legitimação desse tipo de prática. Sendo assim, o projeto que se pretendia que fosse nacional, ou seja, uma biblioteca dentro da Universidade de Alexandria, se tornou internacional a partir da chamada de M'Bow (1987) – na época diretor-geral da UNESCO – ao alçá-la ao centro do projeto através do pedido de doações aos demais países membros, utilizando um discurso que remetia ao passado mítico de Alexandria com o intuito de reviver a antiga biblioteca.

Para que o apoio da UNESCO fosse viável e recursos financeiros fossem investidos – apoio difícil de ser conseguido, uma vez que a instituição recebe muitos pedidos e poucos são aceitos – era necessário que o projeto se transformasse em algo maior que uma biblioteca universitária. Daí a idéia de uma biblioteca pública como centro de pesquisas envolta em um projeto internacional de grandes dimensões, evocando a mitificação da famosa Biblioteca de Alexandria como alicerce para o atual projeto. (RABOUIN, 2010).

Segundo a UNESCO (1994), a biblioteca pública é:

[...] o centro local de informação, tornando prontamente acessíveis aos seus utilizadores o conhecimento e a informação de todos os géneros.

Os serviços da biblioteca pública devem ser oferecidos com base na igualdade de acesso para todos, sem distinção de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou condição social. Serviços e materiais específicos devem ser postos à disposição dos utilizadores que, por qualquer razão, não possam usar os serviços e os materiais correntes, como por exemplo minorias linguísticas, pessoas deficientes, hospitalizadas ou reclusas.

Todos os grupos etários devem encontrar documentos adequados às suas necessidades. As colecções e serviços devem incluir todos os tipos de suporte e tecnologias modernas apropriados assim como fundos tradicionais. É essencial que sejam de elevada qualidade e adequadas às necessidades e condições locais. As colecções devem reflectir as tendências actuais e a evolução da sociedade, bem como a memória da humanidade e o produto da sua imaginação.

As colecções e os serviços devem ser isentos de qualquer forma de censura ideológica, política ou religiosa e de pressões comerciais.

Nesta transição, de biblioteca universitária para biblioteca pública, alguns discursos foram essenciais para se conquistar os recursos. Os que tiveram mais sucesso nesse intento foram aqueles que enfatizavam o mito de Alexandria e o renascimento alexandrino como pontos fortes na defesa do projeto de construção da primeira biblioteca com apoio da comunidade internacional. O mito de Alexandria fazia reviver a antiga biblioteca e seu sonho de ser universal, mito construído através da história da sua formação, crescimento, importância como centro de saber e erudição que impulsionou diversas áreas, como matemática, ciências, filosofia, entre outras, cujas descobertas até hoje são consideradas como marcos no desenvolvimento do conhecimento humano. Mito que, como vimos na seção anterior, foi historicamente construído para servir a determinados interesses. Era esse mito que se tentava agora re-tomar ou re-naturalizar, ainda que se tratassem de outros interesses, de outro momento da história e de outra configuração social e política. É como se o tempo não tivesse passado e Alexandria pudesse reaparecer com o mesmo fulgor de outrora.

Baseando-se na força do mito que envolve a antiga biblioteca e o renascimento alexandrino, é que os conselheiros da UNESCO conseguiram aval para a construção de uma biblioteca com recursos oriundos de diversos países e da própria UNESCO. A força do mito era tão poderosa que com ele puderam prescindir de um estudo de impacto na sociedade egípcia, uma consulta popular, ou uma investigação sobre a existência de outras demandas que pudessem ser mais urgentes à cidade ou ao país. Assentada em discursos que evocaram a fantasia, o mito e o renascimento da antiga biblioteca como mola propulsora de um projeto internacional, a idéia foi aprovada e alavancada pelos membros do conselho da

UNESCO, formado por representantes de vários países. Prática que pode ser identificada na fala, por exemplo, de Amadou-Mahtar M'Bow (1987, p. [1]) que em 22 de outubro, no quartel-general da UNESCO em Paris, presidia a instituição. M'Bow (1987) clamou pelo apoio dos governos de todos os países, organizações internacionais, governamentais ou não, instituições públicas e privadas, agências de fomento, bibliotecários e arquivistas, pessoas de todos os países, para que enviassem contribuições voluntárias em dinheiro, equipamentos ou serviços de forma a auxiliarem o empreendimento do governo egípcio no intuito de reconstruir e equipar a nova Biblioteca de Alexandria “na campanha internacional para a história da humanidade<sup>19</sup>”. Em seu discurso, M'Bow conclama ajuda da comunidade internacional sem, no entanto, dar maiores explicações a respeito do projeto, seu impacto ou mesmo sem um levantamento se a sociedade estaria de acordo. Em outras palavras, o ex-presidente da UNESCO clamou pelo apoio internacional para um projeto milionário fazendo uso de uma fantasia: o renascimento da Biblioteca de Alexandria.

Tal uso político de evocar a fantasia e o mito construído ao longo da história da antiga biblioteca foi utilizado não só por M'Bow, mas também por outros importantes atores ao longo do processo de aprovação e levantamento de recursos junto à comunidade internacional para a efetiva construção da atual Biblioteca Alexandrina, como será apresentado e discutido a seguir: a Declaração de Aswan e os discursos dos ex-presidentes Hosni Mubarak (Egito) e François Mitterrand (França).

Em 12 de fevereiro de 1990, os membros de uma comissão honorária internacional, formada por chefes de Estado e dignitários de todo o mundo<sup>20</sup>, firmaram a Declaração de Aswan para o ressurgimento da Biblioteca de Alexandria, totalizando uma doação de sessenta e cinco milhões de dólares para o projeto, vindos, em especial, de reis e presidentes que atenderam ao clamor de M'Bow feito anos antes.

O texto da Declaração discorre sobre a importância do caráter universal da antiga biblioteca ao reunir todas as fontes de saber conhecidas naquela época e organizadas com o objetivo de se tornarem disponíveis para os “Estudos

---

<sup>19</sup> In the international campaign for the history of mankind.

<sup>20</sup> Assinaram o documento representantes de diversas nações: Itália, Jordânia, Omã, Emirados Árabes Unidos, Arábia Saudita, EUA, Reino Unido, Noruega, Mônaco, Alemanha, Kuwait, União Soviética, Grécia, Espanha e Brasil.

universitários e de pesquisa para assentarem os fundamentos da moderna noção de instituto de pesquisa e, portanto, universidade (UNESCO, 1990, p. [1], tradução nossa)<sup>21</sup>. A alusão à antiga biblioteca mostra uma vontade de apresentá-la como um centro de conhecimento e investigação que está na base da moderna noção de universidade, afirmando, assim, sua importância, não somente na antiguidade, como também na história do desenvolvimento da humanidade. Lança-se, assim, a idéia de uma instituição voltada ao conhecimento, à investigação e ao estudo em diversas áreas, muitas até hoje consideradas como essenciais, e que formaram a base de todos os saberes, como é o caso da Matemática. O trecho abaixo reflete bem essa noção:

Neste paraíso de aprendizagem, as artes e as ciências floresceram durante cerca de seis séculos, juntamente com a erudição. A classificação e a exegese do clássico cânone literário alimentou a sagacidade poética de Calímaco e a musa pastoral de Teócrito. O estudo das teorias dos mestres do pensamento grego, enriquecido pelo novo espírito Alexandrino de investigação crítica e empírica, produziu avanços nos campos da ciência associados com os nomes de Euclides, Herófilo, Eratóstenes, Aristarco, Ptolomeu, Estrabão, Arquimedes e Hero. As conquistas da ciência de Alexandria, perdida para o Ocidente por mais de um milênio antes de sua recuperação parcial, graças a Constantinopla, árabe clássico e culturas islâmicas, foram determinantes para o lançamento do Renascimento europeu na sua busca de novos mundos. Por esta razão e, mais geralmente, por difundir a cultura da civilização grega, a biblioteca antiga de Alexandria sobrevive como um elo vital em uma tradição ainda viva. (UNESCO, 1990, p. [1], tradução nossa).<sup>22</sup>.

Ao evocar a relevância, a tradição da ciência alexandrina, assim como o conhecimento gerado e transformado pelos antigos estudiosos, em áreas como filosofia, botânica, artes, literatura, a Declaração de Aswan mostra, claramente, o uso do mito de Alexandria como estratégia política. Nessa estratégia, o mito é naturalizado e mesclado a acontecimentos históricos e documentados, de forma que não mais se possa discernir um e outro. Ao se naturalizar a biblioteca da antiguidade, esses discursos também apelam a mecanismos de memória e

<sup>21</sup> Estudios universitarios y la investigación, para asentaren los cimientos de la noción moderna de instituto de investigación y, por lo tanto, de la universidad.

<sup>22</sup> En aquel remanso del aprendizaje, florecieron las artes y las ciencias durante aproximadamente seis siglos, junto a la erudición. La clasificación y la exégesis del canon literario clásico alimentó el ingenio poético de Calímaco y la musa pastoril de Teócrito. El estudio de las teorías de los maestros del pensamiento griego, enriquecido por el nuevo espíritu alejandrino de indagación crítica y empírica, produjo avances en las ramas de la ciencia asociadas a los nombres de Euclides, Herófilo, Eratóstenes, Aristarco, Ptolomeo, Estrabón, Arquímedes y Herón. Los logros de la ciencia alejandrina, perdidos para Occidente durante más de un milenio, antes de su recuperación parcial gracias a Constantinopla y las culturas árabes e islámicas clásicas, fueron decisivos para la puesta en marcha del Renacimiento europeo en su búsqueda de nuevos mundos. Por esta razón y, más generalmente, por haber difundido la cultura de la civilización griega, la Antigua Biblioteca de Alejandría perdura como vínculo vital dentro de una tradición aún viva.

esquecimento, visando, neste caso, alavancar um novo e milionário projeto de construção de uma nova biblioteca ao vinculá-la com a antiga e sua universalidade.

É desse modo que a idéia se aproxima das questões levantadas por Barthes (2013) ao buscar desmontar os mecanismos de construção de mitos da sociedade francesa da segunda metade do século XX, desmistificando-os e questionando sua naturalização. Nos textos analisados, a mitificação da Biblioteca de Alexandria é construída com o intuito de conseguir consenso social internacional e apoio financeiro a um projeto moderno que se pretende ser um “vínculo com o passado e uma janela para o futuro<sup>23</sup>” (UNESCO, 1990, p. [2], tradução nossa) pelo fato de evocar a antiga biblioteca e por ser a primeira desenhada e construída com recursos da comunidade internacional, através das Nações Unidas.

Em outro texto, por ocasião do lançamento da pedra de fundação da nova Biblioteca de Alexandria em 26 de junho de 1988, o discurso feito por Federico Mayor – então Diretor-Geral da UNESCO – segue na mesma direção, ao buscar no mito de Alexandria a pedra de toque para a construção da nova e ambiciosa Biblioteca. Alguns trechos de seu discurso indicam esta idéia, como ao dizer: “Que ele possa simbolizar não só o seu desejo de reviver o passado de prestígio do Egito, mas também, e acima de tudo, a sua vontade de construir para suas glórias futuras (MAYOR, 1988, p. 2, tradução nossa)”<sup>24</sup>. O discurso de Mayor tece uma aura em torno da antiga biblioteca e do passado de prestígio e glórias do Egito, relacionando-o, diretamente, à construção da nova biblioteca, no intuito de reviver no presente as glórias passadas, olhando para um futuro incerto. Em outro trecho, Mayor (1988, p. 2, tradução nossa) reitera o apelo feito por M’Bow em busca de contribuições para a reconstrução e montagem do acervo da atual biblioteca, dizendo que pretendem que ela seja moderna em seu “*design*, oferecendo todos os serviços encontrados em instituições similares nos países industrializados”<sup>25</sup>. Ao evocar a necessidade de se reviver as antigas glórias egípcias através da famosa e mitológica Biblioteca de Alexandria, Mayor busca apoio para um projeto que em nenhum momento é explicado a ou referendado pela população que será afetada por ele. Contudo, o discurso repleto de implicações éticas e políticas é usado para comparar a moderna

---

<sup>23</sup> Vínculo con el pasado y una apertura hacia el futuro.

<sup>24</sup> May it symbolize not only your wish to revive Egypt’s past prestige but also, and above all, your will to build for its future glories.

<sup>25</sup> Design, offering all the services to be found in similar institutions in the industrialized countries.

biblioteca às maiores instituições localizadas em países desenvolvidos, a despeito das inúmeras dificuldades vividas pelo povo egípcio.

Críticas foram feitas ao projeto, como as de Nabil (2001?), que questiona o governo de Mubarak no que diz respeito à educação, visto que esta não é oferecida igualmente a todas as camadas da população, e que muitos trabalhadores chegam ao mercado de trabalho com baixa qualificação. Outras críticas foram levantadas, enfatizando a situação econômica e social do país ao mostrar uma nação em desenvolvimento que enfrenta inúmeros problemas nas áreas social, política e econômica: a alta inflação gerava instabilidade nos preços, trazendo dificuldades para a população; a desigualdade entre pobres e ricos vinha aumentando nos últimos anos. Demais mazelas elencadas referiam-se à falta de infra-estrutura, miséria, terrorismo e problemas que afetavam diretamente o povo e, em consequência, a economia e o desenvolvimento do mesmo. As críticas apresentadas por Nabil e outras personalidades mostravam a insatisfação com um projeto considerado como item de luxo e que pouco auxiliaria na educação dos sessenta e oito milhões de egípcios. Corroborando as acusações de Nabil, Yousef (2011?) afirmava que uma maioria vivia insatisfeita há muitos anos com a exclusão, o desemprego e a precariedade da educação oferecida aos egípcios.

Os usos políticos da mítica biblioteca são também identificados no discurso de Susanne Mubarak (1990), numa sessão da UNESCO em Aswan, ao destacar o caráter universal da antiga e da futura bibliotecas, reunindo obras de diversas áreas e propiciando o estudo e a investigação científicos. Em outro ponto levantado, ela se refere ao cultivo do livro e da leitura como primordiais ao novo projeto. Em todos os discursos a história e o mito são misturados sem que sejam colocados os limites de cada um, numa tentativa de justificar a importância do investimento vultoso numa instituição que se pretende que reviva, faça renascer o espírito de busca de conhecimentos que a antiga propiciou durante quase seis séculos. Nas palavras de Mitterrand (1990, tradução nossa) a antiga biblioteca é evocada como a mais famosa; ele ressalta sua importância ao relacioná-la ao novo projeto: “Uma idéia que é do interesse da França, o renascimento no Egito de uma biblioteca dos tempos modernos, depositária de uma parte da memória do mundo e envolvida em uma

rede universal de conhecimento e amizade<sup>26</sup>". Apelando ao mito da antiga biblioteca, Mitterrand faz reviver no imaginário dos franceses o fascínio construído ao redor da história de Alexandria, desde o sonho imperialista de Alexandre Magno de conquistar o mundo até a universalidade da Biblioteca, reunindo todo o conhecimento produzido por todos os povos e o incessante processo de tradução para o grego. Ao naturalizar o mito que a envolvia, Mitterrand acaba por eternizá-la. Com efeito, o apelo ao mito não propicia uma clareza explicativa, mas apenas uma clareza de constatação. Mitterrand constata o caráter universal da biblioteca e o faz misturando história e mito, sem, contudo, separar relatos históricos de fantasias.

Barthes (2013, p. 249) nos permite avançar no entendimento do que significa universalizar ou generalizar através do mito. Segundo ele, "todo mito um pouco generalizado é efetivamente ambíguo, porque representa a própria humanidade daqueles que, não tendo nada, o 'pediram emprestado'". Analisando o discurso de Mitterrand, percebe-se o quanto o mito de Alexandria foi tomado emprestado da história macedônica e usado para incentivar e convencer tanto a população egípcia quanto o conselho da UNESCO a apoiar a Biblioteca Alexandrina, em busca de um renascimento das glórias passadas.

É importante observar a existência de algumas diferenças entre os discursos dos franceses e dos egípcios, ainda que todos destaquem a importância e a originalidade da antiga biblioteca dentro da estratégia política de torná-la universal. De fato, os egípcios não pensam nem buscam reviver a antiga biblioteca no mesmo sentido dado pelos franceses, uma vez que há poucos vestígios físicos da sua existência em se comparando, por exemplo, com a era dos faraós e de suas pirâmides ainda existentes. O interesse maior dos egípcios, identificado nos discursos do casal Mubarak, refere-se ao culto ao livro, a escrita e a necessidade do acúmulo como essencial ao processo de transmissão do conhecimento. Ao longo da história, a escrita para os egípcios é vista como um símbolo do conhecimento, conforme estudada anteriormente; desde o uso da escrita em pedras, passando pelos papiros que foram acumulados aos milhares na antiga Biblioteca de Alexandria, o saber é visto como um elemento condutor do poder. Na visão egípcia, a criação de uma biblioteca monumental que visava rivalizar com as maiores do

---

<sup>26</sup> Une idée de l'intérêt que suscite chez nous, en France, la renaissance en Egypte d'une bibliothèque des temps modernes dépositaire d'une part de la mémoire du monde et partie prenante d'un réseau universel de savoir et d'amitié.

Ocidente – de acordo com os interesses de Mubarak – está relacionada à necessidade de acumular saberes, num culto a escrita como simbologia maior do conhecimento, de tal forma que mais saberes indicariam mais poderes.

Em outras palavras, enquanto os franceses vêem a Biblioteca de Alexandria dentro de uma perspectiva mítica que, de certa forma, eles mesmos alimentaram, para os egípcios ela faz parte de uma história um pouco esquecida. Curiosamente, as similitudes pretendidas entre a antiga biblioteca e a atual aparecem mais no discurso dos franceses – tanto da direção da UNESCO quanto do ex-presidente francês. São eles que se preocupam mais em evocar uma fantasia que vive na imaginação daqueles participantes das sessões da UNESCO. Efetivamente, decidiram construir uma grandiosa biblioteca por meio de recursos da comunidade internacional alimentada pela fantasia de reviver a famosa Biblioteca de Alexandria.

O mito na qual a biblioteca da antiguidade está envolta poderia ser pensado a partir das idéias de Benjamin (c1992) sobre a aura. Do mesmo modo que uma aura pode envolver um objeto com uma camada ao mesmo tempo mágica e recheada de sedimentos históricos, a biblioteca poderia ser ainda referida a uma época em que os rolos de papiro eram objetos revestidos de história como se fossem camadas de admiradores. Camadas formadas pelos leitores que reescreviam, reeditavam, traduziam e acrescentavam comentários às obras que consultavam. Nas estantes da antiga biblioteca acumulavam-se milhares de rolos de papiro, num processo incessante de compras e até mesmo furtos, na tentativa de reunir num só lugar todo o conhecimento produzido no mundo, onde todas as obras já escritas e em todos os idiomas existentes estivessem lá guardadas.

A reunião num só local de todas as obras escritas e em todas as línguas, num processo de apropriação lingüística e cultural, cuja produção de cópias, traduções e reelaborações dos mais importantes escritos, mostra a construção de uma memória que sonha com a plenitude. Por meio dessa memória, o Egito buscava obter vantagem na rivalidade política com outras potências mediterrâneas e, principalmente, buscava expandir a cultura grega como parte de um projeto de poder através do saber. Pode-se então pensar que a antiga Biblioteca de Alexandria possuía uma singularidade própria, ou em outras palavras, uma aura primária. Essa aura era construída pelo trabalho de uma elite de eruditos que produzia cópias, traduções e reelaborações de importantes escritos deixavam nos objetos (como os

rolos de papiro) camadas sobre camadas de admiradores, constituindo assim uma história desses itens documentais.

Benjamin (c1992, p. 82) exemplifica: “uma estátua antiga de Vênus situava-se num contexto tradicional diferente, para os Gregos que a consideravam um objecto de culto, e para os clérigos medievais que viam nela um ídolo nefasto”. E conclui dizendo que aquilo que ambos enfrentavam “da mesma forma, era a sua singularidade, por outras palavras, a sua aura”. Ora, tal exemplo instiga a pensar a Biblioteca de Alexandria como possuidora de uma aura primária, em sua singularidade de ser universal. Seus milhares de rolos de papiro poderiam ser pensados como objetos de culto – para o público restrito de bibliotecários e eruditos que tinham acesso ao conhecimento acumulado nas estantes. Sabe-se, no entanto, que este templo do saber foi totalmente destruído, e não há sequer ruínas onde se pudesse, segundo Benjamin (c1992, p. 80-81), pensar que existiria parte da aura primária, da aura original nos pequenos pedaços/fragmentos restantes. Afinal “a aura é um rastro perdido que as pessoas deixaram nas coisas”.

Se a antiga biblioteca estava revestida de uma aura primária, original, um rastro que foi perdido para sempre em catástrofes que a destruíram, visto que não há mais fragmentos ou pedaços restantes de sua existência, num exercício histórico-comparativo poder-se-ia dizer que a nova Biblioteca Alexandrina se recobre de uma aura secundária, artificial. Mubarak, ao planejar juntamente com a UNESCO a sua construção faraônica, numa tentativa de reconstruir a aura da Biblioteca de Alexandria, indicaria assim um fetiche, uma aura artificial, uma mercadoria usada num processo de mitificação da antiga de forma a justificar o projeto de construção da atual. A aura artificial, para Benjamin (c1992, p. 95), equivale às estrelas de cinema que são criadas como reação à aura aniquilada, como se fosse uma construção artística da “personality fora do estúdio. O culto da ‘estrela’ [...] conserva a magia da personalidade que, há muito, se reduz à magia pútrida de seu caráter mercantil”. Este sentido dado à aura artificial de uma estrela de cinema – aura artificial, já que a aura original não existe mais – poderia equivaler à mitificação que se procura construir em torno da atual Biblioteca Alexandrina, ao tentar recuperar a aura primária, a magia da antiga biblioteca e sua relevância na antiguidade. A Biblioteca agora aparece como um fetiche da mercadoria que, na ausência de fragmentos que pudessem conter uma aura original, se torna uma aura secundária que recorre ao mito de maneira diferente da biblioteca antiga.

Ora, a Biblioteca Alexandrina poderia ser considerada como possuidora de uma aura política secundária, uma aura de história rasa, artificialmente construída, já que construída na tentativa de se recuperar a aura primária, original da antiga. Pode-se aqui traçar um paralelo com o comentário de Benjamin (c1992) sobre a construção do Muro das Lamentações em Jerusalém. Ao destruírem a cidade que havia ao redor, os construtores deixaram a impressão de algo que fora daquela forma desde sempre, como algo elaborado em substituição àquilo que não mais existe. É desse modo que podemos entender também a Biblioteca Alexandrina como parte integrante de um projeto de construção política da memória. Ela busca reviver, artificialmente, um mito, uma aura original há muito tempo perdida, até mesmo em relação à escolha do lugar, já que não há informações precisas. Acredita-se que sua localização é próxima ao local onde possivelmente a antiga existiu; no entanto, apesar dos esforços das equipes de arqueólogos, ainda não foram descobertos os locais exatos dos antigos museu e biblioteca. É possível que a margem de erro esteja em torno de uns cem metros, visto que “ela fica exatamente em frente à Universidade existente, construída na virada do século bem no centro da antiga região do Bruquión”, de acordo com Flower (2002, p. 199). Mesmo assim, o esforço por reconstruir a biblioteca na mesma localização é mais uma demonstração da força do mito e da tentativa de reviver, até mesmo geograficamente, as antigas glórias do outrora epicentro do pensamento grego e do poder da dinastia dos Ptolomeu.

Poucas são as fontes sobre este grandioso projeto arquitetônico e político, restritas, basicamente, aos sítios eletrônicos oficiais da nova biblioteca e da UNESCO, além de trabalhos acadêmicos. Há alguns artigos de críticos sobre a real necessidade dos gastos milionários do projeto em detrimento das condições sociais e econômicas do Egito, como visto.

Uma estrutura legislativa foi criada para que o projeto fosse viabilizado, tornando a Biblioteca Alexandrina uma pessoa jurídica autônoma ligada diretamente ao Presidente da República. A Lei número 1, de 2001 garantiu a autonomia da instituição, permitindo ao Presidente determinar a forma como a biblioteca e seus institutos seriam governados. Sendo assim, foram criados três órgãos-chave para auxiliar o projeto: o Conselho de Patronos, presidido pelo próprio Presidente; o de Curadores, presidido pela Sra. Suzanne Mubarak; e o diretor escolhido pelos curadores. A formação do Conselho de Patronos inclui personalidades eminentes de

Estados, governos e demais setores; já o Conselho de Curadores é composto por um grupo de personalidades eminentes de diversos países (THE BIBLIOTHECA, [2002?]).

A estrutura orgânica da biblioteca possibilita entrever, assim como a lei que a rege, que a ligação direta entre o presidente da biblioteca e o ex-presidente Mubarak seria uma forma de garantir que o seu acervo, amplo e irrestrito em assuntos, não sofreria pressão de religiosos. Em outras palavras, a Lei 1, de 2001 permite liberdade administrativa ao presidente da biblioteca, desobrigando-o a prestar contas a qualquer autoridade que não o ex-Presidente Mubarak. Compreende-se que esta lei seria uma resposta a setores que acreditavam que o acervo não seria amplo e irrestrito em assuntos, devido à redução das liberdades de expressão no debate político, ou seja, um medo da censura do fanatismo religioso que poderia controlar a aquisição de itens documentais cuja temática fosse contrária à política dominante no país. Supõe-se, então, que o ex-Presidente Mubarak poderia ter usado esta opção visando amenizar o debate dos críticos de seu governo, de forma a demonstrar que a biblioteca estaria isenta de qualquer censura, ou ainda de qualquer fanatismo religioso. Contudo, percebe-se, neste processo, uma possibilidade de manobra política cujo intuito seria desviar a atenção dos críticos atuantes no debate público: ao invés da pressão de setores envolvidos com o fundamentalismo religioso, o que poderia ocorrer seria o aumento da influência do próprio Mubarak no controle do que deveria ou não ser armazenado.

O governo, ao olhar para o passado cujas marcas na história da civilização são reconhecidas pelo Ocidente, assim como a força na expansão da cultura grega e a conquista de vários territórios, teria pretensões de criar no presente estruturas visando que, no futuro, o país fosse visto como uma nação próspera, tanto interna como externamente. Neste projeto, percebem-se os usos da memória e do esquecimento como instrumentos de poder. Ter o controle da seleção de obras para a biblioteca, definindo quais saberes seriam ou não preservados, conduz, assim, a um assenhoreamento das informações que circulam no mundo. Nas palavras de Assmann (2011, p. 231):

O sistema da cultura das mídias de massa e o sistema do estado totalitário, embora opostos, aproximam-se em um ponto: eles ameaçam a memória, ora pela limitação rígida das informações, ora por oferecê-las em uma enxurrada excessiva.

Os usos políticos da memória são frisados por Gondar (2009, p. 17) quando afirma haver uma idéia de memória social presente na escolha dos itens documentais a serem preservados, imbuídos de implicações éticas e políticas; e escreve: o conceito de memória produzido no presente é uma maneira de “pensar o passado em função do futuro que se almeja”. Nesta visão, a memória é produzida, construída no presente a partir de escolhas sobre o que preservar, carregadas de intenções de futuro a partir de posições políticas. Em suma, a escolha do local de construção da nova biblioteca, sua arquitetura monumental, a formação e o desenvolvimento das coleções que compõem o acervo cujas obras foram doadas por diversos países e adquiridas sob o controle de Mubarak, tudo isso indica usos políticos da memória e do esquecimento cuja pretensão seria estabelecer ou restabelecer a soberania egípcia em termos de saber e poder. Assmann (2001, p. 173) indica um importante papel para as bibliotecas e sua função memorativa: “[...] a biblioteca possibilita acesso ao saber sobre o passado e o presente [...]”. E a nova Biblioteca Alexandrina foi criada com a pretensão de ser um grande centro de conhecimento e local de referência sobre a biblioteca antiga, a cidade de Alexandria e o Egito, visando o incentivo de pesquisas que trabalhem com a memória do passado mítico da cidade.

#### 4.2.1 Arquitetura, estrutura e acervo

Para a tomada de decisão sobre a forma arquitetônica da Biblioteca Alexandrina foi realizada uma concorrência internacional e os três escritórios finalistas, num total de 524 projetos, foram:

em primeiro lugar: Snohetta Arkitektur Landskap, Oslo, Noruega (projeto executado). Em segundo lugar: grupo Manfredi Nicoletti, Roma, Itália. Em terceiro lugar: José Eduardo Ferolla e equipe, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil (MEY, 2004, p. 83).

O fabuloso e ousado projeto vencedor custou 230 milhões de dólares e demorou sete anos para ser concluído (BARELLA, 2002). O projeto arquitetônico da nova biblioteca de Alexandria foi construído às margens do Mediterrâneo, próximo ao local onde arqueólogos acreditam que a antiga biblioteca existiu, ocupando uma área de oitenta e cinco mil metros quadrados, uma verdadeira obra faraônica.

O complexo possui um total de onze andares, nos quais quatro deles encontram-se abaixo do nível do mar formando um cilindro. O teto é feito de vidro e

alumínio, lembrando o formato de um *microchip* quando visto de cima (ver fotografia 2). O prédio tem uma inclinação de dezesseis graus, o que permite uma leveza ao complexo e facilita o controle da incidência de luz natural em seu interior por meio de um sistema retrátil de janelas. Tal recurso permite que o reflexo da luz solar no teto inclinado incida no Mediterrâneo, relembrando o antigo Farol de Alexandria – considerado uma das sete maravilhas do mundo. Ao redor do prédio principal foi erguido um muro (ver fotografia 3) com seis mil e trezentos metros quadrados apresentando hieróglifos egípcios e letras de aproximadamente 120 alfabetos de todo o mundo (BARELLA, 2002; THE BIBLIOTHECA, [2002?]).



Fotografia 2: Formato de microchip  
Fonte: Bibliotheca Alexandrina, [2010?]



Fotografia 3: Muro com hieróglifos egípcios  
Fonte: Bibliotheca Alexandrina, [2004?]



Fotografia 4: Vista externa  
Fonte: Unesco, [2002?]

A estrutura possui uma forma circular e inclinada. O edifício se estende por cento e sessenta metros de diâmetro e atinge até trinta e dois metros de altura, além de um mergulho de cerca de doze metros no solo. Possui uma praça aberta e espelho d'água que circunda o prédio, além de uma passarela que liga a cidade à vizinha Universidade de Alexandria. O projeto arquitetônico pretende ser ao mesmo tempo atemporal e ousado. A justificativa fornecida para a escolha de uma vasta forma circular ao lado do porto de Alexandria é a de que ela recordaria a natureza cíclica do conhecimento, com seu fluido ao longo do tempo. (BIBLIOTHECA..., [2001?]).

As paredes possuem uma inclinação que permite uma luz que se difunde pelas bibliotecas, permitindo, assim, uma ampla visão do espaço, cujas plataformas de observação não obstruem a visão qualquer que seja seu destino, apesar das estantes altas. A idéia que perfaz o projeto é ainda a de uma completude, não apenas de conhecimento, mas também temporal, propondo uma complementaridade entre o passado e o presente: supõe-se que o público poderia, numa biblioteca como esta, se sentir no interior da grande biblioteca da antiguidade e, ao mesmo tempo, acessar os meios mais modernos de acesso à informação (ARCHITETURAL..., [2002?]).



Fotografia 5: Salão Principal  
Fonte: Bibliotheca Alexandrina, [2010?]

A intenção da proximidade da biblioteca com o centro de conferência é oferecer o compartilhamento de facilidades culturais, permitindo, assim, a ligação de duas grandes idéias: pesquisa e debate, apesar de serem instituições independentes (ARCHITETURAL..., [2002?]).

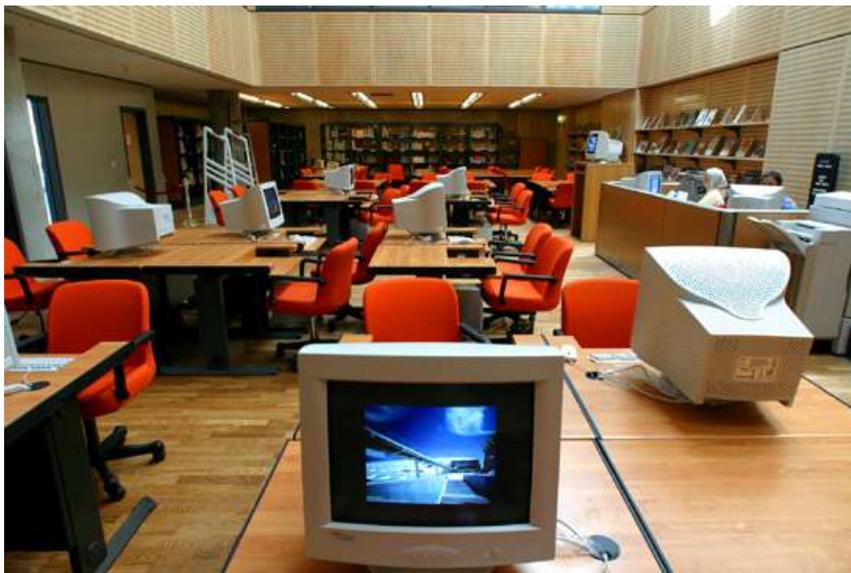
A biblioteca oferece o maior salão de leitura do mundo com capacidade para até duas mil pessoas, totalizando uma área de vinte mil metros quadrados distribuídos em vários níveis (BARELLA, 2002). O complexo cultural abriga, além da biblioteca, três museus (Antiguidades, Manuscritos e História da Ciência), sete institutos de pesquisa (Manuscritos, Documentação dos Antepassados, Caligrafia e Escrita, Ciências da Informação, Estudos Alexandrinos e Mediterrâneo, Artes e Pesquisa Científica), galerias de exposição, um planetário e um centro de conferência internacional (THE BIBLIOTHECA, [2002?]). A biblioteca está estruturada da seguinte forma: uma Biblioteca Principal e seis Bibliotecas Especializadas, descritas a seguir:

- 1- Biblioteca Principal, considerada como Universal – destinada ao atendimento do público em geral e pesquisadores. Sua coleção divide-se pelos sete andares, das raízes do conhecimento até as novas tecnologias;

- 2- Biblioteca Taha Hussein – destinada aos deficientes visuais, que podem usar os computadores através de leitura em braile ou outro método/programa específico. A navegação é feita através dos OPACs (On-line Public Access Catalogs), onde eles selecionam o material desejado,

depositam num *scanner* conectado ao computador que também lê em braile ou “ouvem” o material selecionado. A biblioteca está localizada no nível três;

3- Biblioteca para jovens – destinada aos jovens de doze a dezesseis anos, oferece acesso a um vasto mundo de conhecimento, entretenimento, cultura e informações para jovens. A pretensão é a de introduzir jovens adultos na moderna tecnologia da informação, desenvolver a sua consciência e conhecimento globais, assim como suas habilidades de leitura e pesquisa, incentivando, ainda, a interação social tanto dentro quanto fora da biblioteca. A coleção cobre as mesmas áreas de pesquisa da biblioteca principal, porém considera as necessidades e requisitos dos jovens adultos. Nesta biblioteca, os bibliotecários seguem o currículo escolar de forma a assegurar disponibilidade de materiais de suporte, possibilitando que os estudantes preparem suas tarefas de pesquisa usando recursos da Biblioteca Alexandrina, em formatos impressos ou não. Oferece, também, o acesso a livros digitalizados, periódicos, multimídia e recursos eletrônicos, com acesso livre ao banco de dados do Centro de Recursos ao Estudante, abrangendo, assim, a maioria das áreas de pesquisa. Está localizada no primeiro andar;



Fotografia 6: Biblioteca para Jovens  
Fonte: Bibliotheca Alexandrina, [2004?]

4- Biblioteca Infantil – A Biblioteca das Crianças oferece recursos educacionais, recreativos e culturais para crianças da faixa etária de 6 a 11 anos. A pretensão é a de que ela seja uma janela para o mundo para as

crianças egípcias, de forma a prepará-las a enfrentar os desafios impostos pela era digital. Objetiva desenvolver habilidades de leitura, pesquisa e criatividade para crianças através de programas e atividades variadas. Possui uma coleção com mais de 15.000 volumes em várias línguas, abrangendo uma gama de diferentes assuntos, incluindo: livros de imagens, livros em braile, livros de leitura fácil, revistas, material de referência e de multimídia. Um laboratório de informática, monitorado pela equipe da biblioteca, oferece um ambiente seguro para as crianças explorarem vários sítios na internet para que aprendam como fazer pesquisa em uma biblioteca. Está localizada no primeiro andar, próxima à biblioteca para jovens;



Fotografia 7: Biblioteca Infantil  
Fonte: Bibliotheca Alexandrina, [2004?]

5- Biblioteca de Arte e Multimídia – uma das bibliotecas especializadas; contendo impressos como livros, partituras e periódicos. A coleção de audiovisual de Artes possui filmes, documentários, programas educativos e métodos de auto-aprendizagem em línguas e computadores. Os materiais audiovisuais podem ser usados em salas de estudo individual ou em grupo dentro da Biblioteca. A coleção abrange todas as áreas das artes finas aplicadas, bem como materiais de multimídia em diferentes disciplinas, tais como, educação, religião, cultura, política, línguas e lingüística, e informática. Além disso, mantém um acervo com gravações completas de

todas as conferências, apresentações musicais e atividades culturais que acontecem na Biblioteca Alexandrina. Localiza-se no nível B3;

6- Biblioteca de Microfilme – oferece coleções completas de jornais nacionais árabes, servindo como uma espécie de registro histórico de eventos importantes, bem como documentos raros. Localiza-se no nível B1.

7- Biblioteca de Obras Raras – destinada aos pesquisadores pós-graduados, contém a coleção de obras raras da biblioteca, incluindo manuscritos originais, mapas, selos, moedas antigas, objetos pessoais de celebridades, bibliotecas pessoais doadas por pessoas importantes, dentre outras raridades. (THE BIBLIOTHECA..., [2002?]).

Em 1975, o filósofo Foucault já havia escrito que o poder se exerce sobre os corpos através de sua distribuição no espaço e seu controle no tempo (FOUCAULT, 1975). Isso porque a distribuição espacial, a escolha das formas arquitetônicas, faz com que as pessoas sejam determinadas a se mover e a se comportar de maneiras previstas. Foucault estudou o exercício do poder no espaço e no tempo nas prisões, mas estendeu esse exercício a todas as instituições. Assmann (2011), na esteira de Foucault, dedicou-se a pensar a forma e a qualidade dos espaços culturais, Assmann afirma que essas formas são determinadas, por um lado, pelo poder, sendo fruto de interesses sociais e políticos. Mas ela afirma, ainda, que esses espaços sofrem, também, os efeitos da transformação das mídias técnicas. Ora, como afirma Levy (1996), a técnica não é, necessariamente, boa ou má. Mas tampouco é neutra. O desenvolvimento de novas mídias técnicas também implica uma sofisticação dos mecanismos de gestão dos comportamentos. Promover o acesso de crianças e jovens a essas novas mídias é, sem dúvida, favorecer sua inserção nas formas de pensar, sentir e agir contemporâneas. Essas formas não são tão disciplinares como havia pensado Foucault, mas elas implicam o poder de uma outra maneira: não mais a disciplina exercida no espaço fechado das instituições, mas o controle sobre os espaços abertos que as redes tecnológicas permitem exercer (DELEUZE, 1990).

Há pouco foi mencionada a qualidade faraônica do projeto da nova Biblioteca. Essa qualidade não é casual: os faraós egípcios já sabiam que as grandes dimensões expressam o tamanho do poder e da reverência, fazendo quem as vê sentir-se pequeno diante da grandeza de um monumento. A grandeza impressiona,

produz respeito, temor e, grande parte das vezes, submissão. As formas gigantescas da Biblioteca Alexandrina, por um lado, sugerem a grandeza passada dos faraós. Entretanto, este passado faraônico convive, na biblioteca, com pretensões mais futuristas: a Biblioteca possui um muro com hieróglifos egípcios, e, ao mesmo tempo, um teto em formato de *microchip*. Como se ela pudesse combinar o passado, o presente e o futuro em um prédio alheio aos limites temporais. A eternidade das pirâmides estaria aqui representada pelo ultrapassamento do tempo que a biblioteca tem a pretensão, com sua mistura de formas, de alcançar.

Identifica-se no projeto da Biblioteca Alexandrina interesses políticos, conforme discutido acima. Os interesses políticos ensejam sempre escolhas e, desse modo, uma biblioteca nunca é neutra, nem em suas formas, nem nas sensações que enseja produzir em seus frequentadores, nem no estilo de vida e de mundo para os quais os conduz. Sem dúvida, uma biblioteca, tampouco, é neutra no trabalho de seleção que promove para a constituição de seus acervos, tanto em sua forma como em seu conteúdo. Vale lembrar que o trabalho de selecionar visando à recordação está sempre delineado pelo esquecimento. Dito de outra forma, uma biblioteca é sempre fruto de escolhas políticas sobre o que será armazenado e o que será descartado, de acordo com os ganhos que daí poderão advir, sejam eles políticos ou sociais.

Há um aspecto no qual a nova biblioteca certamente imita a antiga: assim como a do passado, a do presente está sendo formada de acordo com vantagens políticas que pode trazer para aqueles que a controlam, tanto na rivalidade política com outras potências ocidentais, como servindo aos interesses de governantes. Por esse motivo, o mito foi utilizado como estratégia, envolvendo a biblioteca da antiguidade, permitindo a criação e manutenção de um grandioso e caro projeto sem que outras vozes fossem consideradas, como a própria população que seria por ela atendida.

Uma janela para o futuro é o que a Biblioteca Alexandrina almeja ser (pelo menos nos discursos de seu dirigente Serageldin)<sup>27</sup>. Mas quem determina como deve ser o futuro? Ao instituir espaços de recordação, escreve Assmann (2011), estamos, também, determinando o futuro. Ou, como afirma Gondar (2005, p. 17), costumamos pensar o passado em função do futuro que queremos viver – ou impor

---

<sup>27</sup> “The window of the world on Egypt. The window of Egypt on the world”. (SERAGELDIN, [2001?]).

aos demais. Há sempre, no passado que escolhemos privilegiar, “uma aposta, um penhor, uma intencionalidade quanto ao porvir”. Deste modo, a biblioteca ou, mais exatamente, aqueles que se encontram no controle da nova biblioteca, indicam um futuro e um modo de vida para seus frequentadores, impulsionados pela mitificação do antigo centro de saber, e sem se desprender das imagens e das recordações que a história da antiga biblioteca deixou como legado de povos que viveram na época. Para Assmann (2011), os espaços da recordação estão repletos de expectativas de futuro e, contudo, não se desprendem de imagens de passado, sendo em verdade impulsionados e sustentados por determinadas recordações que, no caso da Biblioteca Alexandrina, são construídas por uma memória mítica.

O trabalho com a memória do passado mítico da cidade tem como foco revelar todos os aspectos da antiga Biblioteca de Alexandria e da academia Alexandrina. Essa revelação, contudo, é uma construção imaginária. Esse trabalho sustentado na imaginação mítica tem a pretensão de cobrir todos os fatores históricos, religiosos, sociais e econômicos que influenciaram a antiga Biblioteca e as realizações acadêmicas sem precedentes da antiga Alexandria. Os eixos da pesquisa realizada dentro do Projeto Alexandria consistem em:

- Contribuição alexandrina e da antiga Alexandria para o conhecimento da humanidade;
- Interação alexandrina com outros centros contemporâneos de ensino;
- Raízes da contribuição intelectual alexandrina;
- A passagem desta contribuição intelectual Alexandrina para civilizações posteriores;
- Patrimônio intelectual Alexandrino como inspiração para culturas modernas;
- Fontes de informação sobre Alexandria;
- Base histórica.

Os principais assuntos cobertos por este Projeto são:

- Antiga biblioteca de Alexandria e centros de pesquisa e ensino;
- Vida intelectual e acadêmica dos alexandrinos; contribuições e pesquisadores: títulos gerais, especialmente as referências gerais em estudos clássicos, títulos que cobrem assuntos e períodos históricos

anteriores e posteriores aos períodos cobertos por este acervo (principalmente Grécia clássica, Egito antes de Alexandre Magno, reinos helenísticos, mundo romano, tempo medieval e civilização islâmica) e títulos que podem auxiliar o leitor que desconhece a herança e a civilização clássica alexandrina;

- Ciência alexandrina e conhecimento: antiga biblioteca de Alexandria, vida intelectual na cidade, cientistas alexandrinos e seus trabalhos/estudos em diferentes campos da pesquisa científica em matemática, mecânica, geografia, astronomia, etc.;
- Literatura e crítica literária alexandrina: toda a produção de literatura alexandrina (incluindo poesia e prosa), análise literária, filologia e estudos modernos da literatura em Alexandria;
- Filologia e línguas;
- Filosofia helenística, religião e pensamento: religiões grega e romana, filosofias helenística e anterior ao Cristianismo em Alexandria;
- Correntes religiosas (paganismo, judaísmo, cristianismo e islamismo);
- História da antiga cidade de Alexandria, incluindo Egito antes da chegada de Alexandre Magno até a conquista dos árabes, historiadores clássicos de Alexandria, literatura moderna inspirada pela história de Alexandria (principalmente Shakespeare);
- Arte e arqueologia da antiga cidade de Alexandria: inclui arte alexandrina, restos arqueológicos como antiguidades encontradas no fundo do mar, arte helenística e romana (especialmente em relação à Alexandria);
- Títulos gerais relacionados aos assuntos anteriores.

O Projeto Alexandria possui uma cobertura cronológica que inclui o período Helenístico, Império Romano e Império Bizantino; e, ainda, os períodos Pré-Helenístico — incluindo antigas civilizações como Egípcia, Fenícia, Grega, Persa e Indiana (sendo estas as fontes do conhecimento humano antes da ascensão de Alexandria), e Pós-Bizantino – abordando o período da Idade Média, da Renascença e civilizações islâmica, moderna e contemporânea (se restringindo à influência e/ou transferência da herança intelectual Alexandrina). (THE ALEXANDRIA Project, [2004?]).

A construção e manutenção da Biblioteca Alexandrina, cujo acervo básico histórico remete ao passado glorioso das antigas cidade e biblioteca, indica a pretensão de se constituir em um espaço de preservação da memória da antiga civilização egípcia. Há um anseio, apesar dos poucos documentos que restaram após a destruição do antigo centro de saber de Alexandria, em estudar, descobrir e reconstruir um passado tão distante. O novo espaço pretende ser um local de diálogos e de redescoberta, que, segundo Baratin e Jacob (2000, p. 9), demonstrariam o espírito de uma biblioteca como sendo um

Lugar de memória nacional, espaço de conservação do patrimônio intelectual, literário e artístico, uma biblioteca é também o teatro de uma alquimia complexa em que, sob o efeito da leitura, da escrita e de sua interação, liberam as forças, os movimentos do pensamento. É um lugar de diálogos com o passado, de criação e inovação, e a conservação só tem sentido como fermento dos saberes e motor dos conhecimentos, a serviço da coletividade inteira.

A importância das bibliotecas como centros de saber e memória é ressaltada por Baratin e Jacob (2000, p. 10) como espaços nos quais se encontram o passado, o presente e uma ponte para o futuro, pois “[...] toda biblioteca dissimula uma concepção implícita da cultura, do saber e da memória, bem como da função que lhes cabe na sociedade de seu tempo”. Na atual Biblioteca Alexandrina, a reunião de livros que remontam a história de grandes civilizações até suportes mais modernos como os DVDs e bilhões de páginas na internet<sup>28</sup> estão em harmonia com o conjunto arquitetônico planejado. O novo espaço é um lugar de memória se levamos em conta que lembrar e documentar não significam somente interpretar, no presente, o já vivido. A escolha sobre o que vale ou não ser lembrado, documentado, acessado, funciona como um penhor e, como todo penhor, diz respeito ao futuro: ela desenha um mundo possível, a vida que se quer viver e aquilo que se quer lembrar. Como foi sugerido mais acima, toda escolha de um passado é uma aposta em um futuro (GONDAR, 2005), indicando a concepção da memória, da cultura e saber que se pretende construir.

---

<sup>28</sup> Projeto que envolve a parceria do Internet Archive (IA) da Califórnia/EUA com a Biblioteca Alexandrina visando uma biblioteca compatível com o século digital que continha 10 bilhões de páginas da web no período de 1996-2001, 2000 horas de transmissão em televisão egípcia e dos EUA, 1000 filmes de arquivo, 100 terabytes de dados (100.000.000.000.000 caracteres) armazenados em 200 computadores e uma instalação de digitalização para a digitalização de livros locais. Em suma, esta coleção tem três vezes mais páginas de texto do que em todos os livros da maior biblioteca de impressão: a Biblioteca do Congresso (LOC) . Estas não são as mesmas páginas dos livros do LOC, mas dá uma noção da enorme dimensão do IA. (THE BIBLIOTHECA..., 2001).

Ao longo das pesquisas acerca da nova Biblioteca Alexandrina, descobriu-se um outro uso político da memória e do esquecimento. No sítio oficial da mesma constava um texto no qual a história das origens do projeto era relatada, desde a idéia inicial de Mubarak, assim como uma mensagem escrita por ele. Contudo, tais informações não constam mais no referido sítio, nem se sabe ao certo quando foram retiradas. Provavelmente, esta mudança ocorreu após a queda do ex-Presidente – no início de 2011, após governar o país por quase trinta anos – e desempenhar papel importante como mediador em questões diplomáticas no Oriente Médio, tais como o acordo acertado entre Israel e a Organização para a Libertação da Palestina, assinado em 1993. Este caso assinala o quanto as instituições são influenciadas pelas relações de poder. Nas palavras de Castells (2011, [p.1]) as

Relações de poder são essenciais em todas as sociedades [...] porque quem tem poder constrói as instituições em função de seus interesses e valores. As instituições que vivemos são, cada vez mais, simples expressões destas relações de poder.

A Biblioteca Alexandrina, instituição idealizada por Mubarak, esteve sempre envolta em relações de poder e saber. Após a queda do governante ficou mais evidente o quanto os interesses dos governantes influenciam de forma perceptiva a gestão e o funcionamento da biblioteca: num mecanismo de produção de esquecimento, foram retiradas informações anteriormente apresentadas em seu sítio eletrônico, que seriam importantes para a compreensão do contexto histórico no qual ela foi criada. Os usos políticos do esquecimento aparecem, neste caso, quando são questionadas as mudanças pelas quais a sociedade egípcia vem passando desde a queda de Mubarak, no que concerne a sua memória cultural. Para Assmann (2011, p. 225; 229) essas mudanças afetam profundamente a memória cultural, pois é a partir do apagamento de determinadas lembranças que a memória se constitui:

[...] se no terreno da tradição a memória se determinava com base na inscrição e armazenamento, no âmbito da consciência histórica a memória só se determina a partir do apagamento, da destruição, da lacuna, do esquecimento.

Ao serem retiradas do sítio eletrônico da Biblioteca Alexandrina informações importantes sobre seu surgimento e criação, dá-se um processo de apagamento das lembranças, e esse esquecimento torna-se um elemento constitutivo no processo de transmitir e legar coisas do passado. Pois a memória não é constituída apenas por

lembranças ou por documentos. Ela também o é, e de uma maneira bastante forte, pelo esquecimento.

O mito, como vimos, também supõe o esquecimento. Quando um mito é naturalizado ou, em outros termos, quando um mito se torna universal e passa a ser revestido de uma aura de verdade inquebrantável, são esquecidas as contingências históricas e políticas de sua produção. É apenas sob a condição desse esquecimento que um mito pode ser apresentado como “natural”, ao invés de uma construção histórica a serviço de determinados interesses sociais e políticos. São esses usos políticos da memória e do esquecimento nosso problema de pesquisa.

## 5 CONCLUSÃO

Onde há memória, há esquecimento, e ambos podem tornar-se mecanismos que instauram, reforçam e garantem o poder e sua perpetuação. Ainda que essa idéia perpassasse toda a história humana, o surgimento da escrita entre 6 mil e 5.700 anos atrás, na Mesopotâmia, bem como das primeiras bibliotecas, ampliou a possibilidade de uso político dos processos de memória e de esquecimento. O saber acumulado nas bibliotecas poderia ser, de forma mais sofisticada do que nas sociedades ágrafas, utilizado como instrumento de poder, e foi o que ocorreu sob o reinado de Assurbanipal II, que criou a Biblioteca mais antiga de que se têm notícias, Nínive, na cidade de mesmo nome.

A Biblioteca de Nínive abrigou cerca de vinte e cinco mil placas de argila cuja temática variava desde profecias, fórmulas de encantamento e até peças literárias. Essas placas indicavam a dimensão memorativa da escrita, utilizada para reter na memória informações do cotidiano. A análise realizada sobre este período na presente tese possibilitou um olhar crítico em relação aos usos da memória e do esquecimento adotados por reis durante suas jornadas de conquistas e invasões, nas quais destruíam monumentos e saqueavam itens que fossem representativos para os povos dominados. Visavam desse modo apagar as identidades e promover o esquecimento das lembranças e documentos dos grupos sociais representados, estratégias que evidenciavam os usos da memória e do esquecimento como ferramentas de dominação.

O controle de informações, os usos da leitura e da escrita pelos egípcios já no IV milênio a.C. parecem indicar formas de exercício de poder ali praticadas; ao controlarem as informações que eram registradas, armazenadas e preservadas, assim como o fluxo da comunicação, os soberanos egípcios garantiam a manutenção de sua força.

Procuramos, nesta tese, analisar comparativamente as Bibliotecas de Alexandria. Desse modo marcamos entre elas não simplesmente suas semelhanças, mas principalmente, suas diferenças. Considerando os contextos históricos e as distâncias espaço-temporais entre elas, foram encontrados diferentes usos políticos e distintas estratégias de poder e saber. No caso da Biblioteca antiga, estas estratégias visavam a expansão e o controle do império iniciado por Filipe da Macedônia, continuado por seu filho Alexandre Magno e os sucessores da dinastia

dos Ptolomeu, a disseminação da cultura grega por vastos territórios, assim como o uso de casamentos mistos e a manutenção da administração das cidades as quais estavam habituadas.

Entre estas estratégias destacamos, em especial, o mito em torno da figura de Alexandre. Procuramos mostrar que esse mito não tinha como base acontecimentos verdadeiros e inquestionáveis, mas foi construído historicamente a partir de determinados interesses. O processo de mitificação foi essencial para a manutenção e expansão do Império formado por Alexandre, e este mito enfatizou não apenas suas inúmeras conquistas, que chegaram à Ásia e Índia, mas, também, seu temperamento e seus acessos de cólera, sua incitação à destruição total de cidades, suas qualidades como manejador de homens, grande estrategista político e suas aspirações de formação de um império universal. Este processo de mitificação fazia uso da suposta ascendência divina do conquistador macedônio: os deuses Heracles e Zeus por parte de pai, e Aquiles e Tétis, por parte de mãe, justificavam que Alexandre fosse o escolhido dos deuses. Sua formação erudita, tendo como mestre Aristóteles, lhe teria possibilitado uma visão de mundo que influenciou sua personalidade e seus planos de conquistar o mundo: um exemplo são as histórias acerca de sua leitura contínua da *Ilíada* nas expedições, talvez porque buscasse reviver essa história, ou talvez porque se considerasse o próprio deus. Mesmo após a morte de Alexandre, seus sucessores mantiveram e ampliaram a mitificação construída em torno de sua figura e seus feitos, como estratégia política visando à manutenção de parte do império conquistado.

Um outro mito fundamental para esta pesquisa, também usado como estratégia política, diz respeito à construção, acervo e propósito da famosa Biblioteca de Alexandria, iniciada por Ptolomeu I. A pretensão à universalidade desta biblioteca foi continuada por seus sucessores na dinastia, até o suicídio de Cleópatra VII. Em seu recinto abrigavam-se coleções de papiros e códices – acredita-se que podem ter chegado a 500 mil rolos – como parte das estratégias políticas de dominação por meio do saber que incluíam o envio de emissários a diversas partes do mundo em busca de obras, assim como o confisco de papiros em barcos que atracavam no porto, e até mesmo furtos e roubos com o objetivo de formarem um acervo que representasse tudo que já havia sido produzido por todos os povos e línguas, num processo incessante de tradução para o grego e expansão da cultura grega.

A Biblioteca fazia parte do *Mouséion*, a Casa das Musas, juntamente com laboratórios, museus, jardins botânicos e salas de leitura que recebiam patrocínio real para as pesquisas e propiciaram várias descobertas e avanços em diversas áreas, como a Matemática, Astronomia, Biologia, Medicina, dentre outras, cuja importância é reconhecida até hoje. O incentivo oferecido atraiu uma elite de sábios e eruditos de diversas regiões que liam, escreviam, pesquisavam e ensinavam uns poucos alunos. Isto porque apenas uma pequena parte da sociedade alexandrina dominava a leitura e a escrita, mas também pelo fato da biblioteca ter seu acesso restrito, ou seja, não tratar-se de uma biblioteca pública. A movimentação desses eruditos pelos espaços de pesquisa influenciou o desenvolvimento das ciências e marcou profundamente a cultura alexandrina e a produção de conhecimentos durante séculos, ao propiciar ganhos nos jogos de rivalidade com outras potências da época.

Poderíamos dizer que a construção desses dois mitos – em torno de Alexandre e em torno da Biblioteca – se encontrava bastante articulada, como se os dois se completassem. Dito de outra forma, as estratégias políticas usadas ao longo do reinado ptolomaico foram fortemente baseadas na mitificação construída historicamente em torno da figura de Alexandre Magno, assim como no domínio econômico e político através do saber, cuja base era a Biblioteca de Alexandria.

Desde o início, esta biblioteca foi criada para ser uma instituição-memória, mas uma memória construída, artificial, já que partia da fundação de uma cidade nova visando à compensação da marginalidade geográfica, cuja simbologia teria sido adquirida graças à grandiosidade e importância do centro de saber e suas aspirações em ser universal. Não satisfeitos com suas próprias origens e tradições, os governantes optaram por inventar uma, em busca da legitimação e engrandecimento do seu poderio. Demonstravam, desse modo, o propósito político da memória no processo de construção da antiga biblioteca, de forma que o saber se encontrava claramente a serviço do poder.

Os interesses em criar e manter uma biblioteca, além dos usos políticos citados, envolviam também uma importante faceta: a necessidade de lembrar, o uso da escrita contra o esquecimento. Porém, esta faceta também se mesclava aos jogos de poder: relações intencionais de dominação determinavam o que seria escrito e o que seria ou não preservado, trabalho este executado pelos bibliotecários. O trabalho de seleção e catalogação indicava que não há neutralidade

nas escolhas do que seria armazenado e preservado; pelo contrário, tratava-se de escolhas repletas de implicações éticas e políticas.

No caso da nova Biblioteca Alexandrina, construída próxima ao local onde pesquisadores acreditam que a antiga existiu, seu projeto foi formado através de um consórcio entre o governo egípcio e a UNESCO. Os representantes, principalmente desta última, se valeram do mito que envolvia a antiga biblioteca para justificar o projeto milionário daquela que seria erguida. Pudemos observar o uso político do mito da antiga biblioteca em alguns discursos que evocaram, além do mito em torno de Alexandre e do Império, a fantasia e o renascimento da Biblioteca de Alexandria. Tais discursos, feitos por membros do conselho da UNESCO, serviram como mola propulsora de um projeto internacional envolvendo diversos países membros que, a partir destes discursos, aprovaram e enviaram vultosas somas em dinheiro para sua execução. O projeto envolvia a construção de um prédio colossal de onze andares, cuja arquitetura e monumentalidade da obra aspiram ter a maior sala de leitura do mundo, com capacidade para até duas mil pessoas. A qualidade e a forma do espaço da biblioteca, enquanto espaço cultural, ensejam interesses sociais e políticos vislumbrados no projeto, desde a sua concepção arquitetônica até a escolha dos itens documentais que fariam parte do acervo. Pode aqui ser apontada a influência do ex-Presidente Mubarak na decisão, juntamente com o Presidente da Biblioteca, do que seria ou não armazenado e, posteriormente, oferecido aos visitantes da instituição. Sem dúvida, toda biblioteca é sempre fruto de escolhas políticas a respeito do que comporá o acervo e do que será descartado. Essas escolhas implicam não apenas posições éticas, mas também ganhos sociais e vantagens nos jogos de poder.

Com relação à Biblioteca Alexandrina, a tese procurou destacar a maneira pela qual foi usado politicamente o mito que envolve a biblioteca da antiguidade para a formação da atual. O recurso ao mito, nesse caso, visava a obtenção de vantagens, servindo aos interesses de governantes e promovendo uma boa posição do Egito na rivalidade com outras potências ocidentais. Foi enfatizado que o grandioso e custoso projeto não teve a participação da sociedade civil em sua escolha, justamente a parcela para a qual uma biblioteca deveria ser dirigida, tratando-se de uma biblioteca pública. Nesse caso, a população a ser atendida deveria ter sido consultada não somente acerca da construção, mas principalmente para a formação do acervo. Uma biblioteca pública tem por princípio o auxílio ao

processo de educação, cultura e informação de um povo, visando objetivos tais como o estímulo do hábito da leitura, mas também a preservação do acervo cultural da comunidade na qual está inserida. Por este motivo, é preciso ouvir o que a comunidade considera bens a serem preservados. No entanto, o princípio básico e os objetivos de uma biblioteca pública não foram respeitados no projeto de criação da Biblioteca Alexandrina, pelo fato da sociedade não ter tido efetiva participação, e muito menos ter sido consultada acerca dos seus interesses e demandas informacionais. Muito embora os espaços oferecidos pela biblioteca busquem atender aos mais variados públicos, infantil, adulto, portadores de necessidades especiais com acesso a modernas tecnologias e acervo diversificado em temas e suportes, ainda assim a sociedade deveria ter sido consultada a respeito das suas necessidades informacionais. Pois os espaços da biblioteca poderiam estar atendendo àquilo que, para seus idealizadores, deveria ser um público, uma criança, um adulto, um portador de necessidades especiais. Porém, quem poderia garantir que a comunidade apresente os mesmos interesses e as mesmas subdivisões que para elas foi decidido? Além disso, talvez a comunidade preferisse que os altos investimentos destinados à biblioteca fossem utilizados na melhoria dos problemas crônicos sofridos pelos egípcios nas áreas da economia, saúde e educação, ou seja, na melhoria da qualidade de vida da população.

Marcamos que o presidente da biblioteca, Seralgedin, afirmou em seu discurso que ela seria uma janela para o futuro. É preciso, porém, levar em conta que esse futuro apóia-se sobre um passado idealizado. Para os gestores da Biblioteca Alexandrina, em especial alguns representantes da UNESCO, a instituição, impulsionada pela mitificação do antigo centro de saber, busca se constituir como um espaço de recordação da grandeza associada à antiga biblioteca. Este espaço de recordação estaria, assim, repleto de expectativas em relação ao futuro, tomando de empréstimo e tendo como base de sustentação determinadas construções históricas envolvidas numa aura de verdade indiscutível e ideal inquebrantável – a aura construída em torno da famosa biblioteca da antiguidade, resultado de uma naturalização do mito.

A naturalização do mito da antiga biblioteca procedeu por sua mistura com a história, de modo a tornar história e mito indiscerníveis. Esta foi a estratégia política usada por representantes da UNESCO e pelo ex-Presidente Mubarak. Ao evocarem a importância, a tradição da ciência alexandrina e o conhecimento criado pelos

antigos pesquisadores das mais diversas áreas, eles fizeram uso do mito com diversos interesses. Antes de mais nada, o interesse em viabilizar o próprio projeto da nova biblioteca.

Através do uso da mitificação e da fantasia de um passado grandioso, identifica-se uma tentativa de recuperar a aura primária que envolvia a Biblioteca de Alexandria. Com Benjamin aprendemos que por mais que uma aura seja sempre artificialmente construída, existem outras formas de produção de aura que são ainda mais artificiais: assim como ocorre com as estrelas de cinema, que na cultura moderna substituíram as autênticas obras de arte – essas, objeto de contemplação, aquelas, objeto de culto – determinadas pessoas ou instituições são transformados em fetiche e recebem uma falsa aura, transformando-se naquilo que Marx (2003) denominou fetiche da mercadoria. O fetiche da mercadoria apresenta um fulgor que tampona os problemas e conflitos reais que se dão na vida econômica, social e laboral.

Não seria ilícito pensar em um processo semelhante ocorrendo na construção – e fulguração – do projeto milionário da atual Biblioteca Alexandrina. Em outras palavras, na ausência de fragmentos que contivessem parte da aura original da famosa biblioteca da antiguidade, com toda a magia que a envolvia, constrói-se uma aura secundária, já que a primária teria sido perdida para sempre com a destruição total da biblioteca. Na aura primária de um objeto, as pessoas de uma época podem se reconhecer e reconhecer o seu tempo; a aura secundária, todavia, é forjada. Ela é construída sobre um objeto que não possui história própria e nem correspondência com a temporalidade de quem com ele se relaciona. Como uma artista de cinema, uma biblioteca grandiosa pode ser construída com o intuito de se recuperar uma aura original perdida que emprestaria um fulgor que ela mesma não possui. Ao se forjar uma aura artificial, pode se criar uma estratégia como parte integrante de uma construção política da memória que, de forma muito clara, mostra sua vocação enquanto instrumento de poder.

Em suma, acredita-se que as Bibliotecas de Alexandria participam de um jogo político que envolve fortemente o campo dos mitos historicamente construídos. No caso da antiga, a força do mito implica, por um lado, a figura de Alexandre Magno – mito criado, em parte, por ele próprio, em seus ideais de formação de um império universal, suas táticas de dominação por meio de casamentos mistos e a expansão da cultura grega pelos territórios conquistados; mas mito em outra parte continuado

por seus sucessores, visando interesses de manutenção de parte do império conquistado, usando, para isso, o saber como instrumento de poder. É neste ponto que o mito ganha força também com a criação, manutenção e destruição da biblioteca da antiguidade.

Diferentemente do anterior, o processo de criação da atual biblioteca fez um uso político do mito tomando de empréstimo uma história que não era a sua. Forjou-se uma aura, naturalizou-se um mito, como táticas para propiciar a aprovação de um projeto milionário. Esse projeto se ancorava na força do mito como um signo de poder, da fantasia e do renascimento da famosa Biblioteca de Alexandria. Esqueceu-se os conflitos e as crises vividas pela sociedade egípcia em nome da lembrança de um passado grandioso e idealizado. Todos esses usos políticos da memória e do esquecimento possibilitaram a construção de uma instituição de saber sem que fossem explicitados os significados de tal renascimento, sem qualquer consulta sobre os reais interesses da população que seria afetada diretamente pelo projeto. Como foi dito, a Biblioteca Alexandrina é pública e, enquanto tal, deveria atender às demandas da comunidade na qual está inserida.

Dentre as muitas possibilidades de análise crítica das Bibliotecas de Alexandria, aqui se optou por seguir o caminho que envolve os usos políticos da mitificação e suas conseqüências em relação à memória e ao esquecimento. As duas bibliotecas foram utilizadas como instrumentos de poder e saber, mesmo que sob formas distintas. Buscou-se indicar algumas possíveis interpretações acerca das estratégias políticas envolvidas, admitindo que a temática abordada seja muito ampla e complexa, devido às singularidades que perpassam os contextos históricos das quais as bibliotecas fazem parte, assim como as dificuldades encontradas na obtenção de material a respeito de suas histórias. Há ainda muito a ser descoberto sobre a mais famosa biblioteca da antiguidade e sobre o mito construído historicamente em seu entorno, pois não existem vestígios que indiquem, por exemplo, o local exato de sua construção. Tampouco podem ser encontradas fontes que clarifiquem algumas dúvidas, como a que paira sobre sua destruição no incêndio causado por Júlio Cesar em 48 a.C. Espera-se que escavações arqueológicas possam um dia responder a algumas questões que se mantêm até hoje em aberto.

Apesar das dificuldades encontradas ao longo desta pesquisa, deve ser registrado que o fascínio pelas Bibliotecas de Alexandria não se esgotou com esta

tese, e pretende-se dar continuidade à temática em estudos futuros.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Fazer história *com-parada*: reflexões sobre o fazer historiográfico a partir das provocações de Michel Foucault. In: VIII SIMPÓSIO DE HISTÓRIA COMPARADA DA UFRJ. Rio de Janeiro, 2009.

THE ALEXANDRIA Project. [S.l., 2004?]. Disponível em: <<http://www.bibalex.org/fateseminar/AP.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

ARCHITECTURAL Design. [S.l., 2002?]. Disponível em: <<http://www.bibalex.org/website>>. Acesso em: 8 dez. 2014.

ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação*: formas e transformações da memória cultural. Tradução Paulo Soethe. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2011. 453 p.

BAINES, John. *Literacy and ancient Egyptian Society*. [S.l.]: [s.n.], [19--].

BARELLA, José Eduardo. A nova biblioteca de Alexandria: obra faraônica revive um dos orgulhos do Egito antigo. *Veja*, Rio de Janeiro, ed. 1740, 27 fev. 2002. Disponível em: <[http://veja.abril.com.br/270202/p\\_068.html](http://veja.abril.com.br/270202/p_068.html)>. Acesso em: 18 dez. 2014.

BARTHES, Roland. *Mitologias*. 7. ed. Tradução Rita Buongiorno, Pedro de Souza e Rejane Janowitz. Rio de Janeiro: Difel, 2013. 256 p.

BATTLES, Matthew. *A conturbada história das bibliotecas*. Tradução João Vergílio Gallerani Cuter. São Paulo: Planeta do Brasil, 2003. 239 p.

BECKER, Idel. *Pequena história da civilização ocidental*. 8. ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1977. 540 p.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica. In: \_\_\_\_\_. *Sobre arte, técnica, linguagem e política*. Lisboa: Relógio D'Água, c1992. p. 70-113.

BIBLIOTHECA Alexandrina. Oslo, [2001?]. Disponível em: <<http://snohetta.com/project/5-bibliotheca-alexandrina>>. Acesso em: 12 dez. 2014.

THE BIBLIOTHECA Alexandrina. [S.l., 2002?]. Disponível em: <<http://www.bibalex.org>>. Acesso em: 12 dez. 2014.

\_\_\_\_\_: A Truly Digital Library for the 21<sup>st</sup> Century. [S.l., 2001]. Disponível em: <[http://archive.org/about/bibalex\\_p\\_r.php](http://archive.org/about/bibalex_p_r.php)>. Acesso em: 01 maio 2014.

CANFORA, Luciano. *A biblioteca desaparecida*: histórias da Biblioteca de Alexandria. Tradução Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 195 p.

CASTELLS, Manuel. *Castells propõe outra democracia*. Transcrição e tradução Daniela Frabasile. 2011. Disponível em: <[www.outraspalavras.net/2011/07/18/castells-propoe-outra-democracia/](http://www.outraspalavras.net/2011/07/18/castells-propoe-outra-democracia/)>. Acesso em: 11 jan. 2013.

\_\_\_\_\_. *O poder da comunicação*. Tradução Rita Espanha. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013. 677 p.

\_\_\_\_\_. *Redes de indignação e esperança*. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. 271 p.

DELEUZE, Gilles. *Pourparlers*. Paris: Éditions Minuit, 1990.

DIODORO, Sículo. *Library of history*. Cambridge: Loeb Classical Library, 1939.

FÉVRIER, James G. *Histoire de l'écriture*. Paris: Payot, 1948. 607 p.

FINLEY, M. I. *Os gregos antigos*. Lisboa: Edições 70, 1988. 179 p.

FISCHER, Steven Roger. *História da leitura*. Tradução Claudia Freire. São Paulo: Ed. UNESP, 2006. 337 p.

FLOWER, Derek. *Biblioteca de Alexandria: as histórias da maior biblioteca da antiguidade*. Tradução Otacílio Nunes e Valter Ponte. São Paulo: Nova Alexandria, 2002. 215 p.

FOUCAULT, Michel. *Estratégia poder-saber*. Manoel Barros da Motta (Org.). 3. ed. São Paulo: Forense Universitária, 2012. (Coleção Ditos e Escritos, v. 4).

\_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. São Paulo: Graal, 2011. 295 p.

\_\_\_\_\_. *Surveiller et punir*. Paris: Gallimard, 1975.

GONDAR, Jô. Lembrar e esquecer: desejo de memória. In: GONDAR, Jô; COSTA, Icléia Thiesen Magalhães (Org.). *Memória e espaço*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000. p. 35-43.

\_\_\_\_\_. Quatro proposições sobre a memória social. In: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (Org.). *O que é memória social?* Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005. p. 11-26.

HUYSSSEN, Andreas. *Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória*. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto: Museu de Arte do Rio, 2014. 213 p.

\_\_\_\_\_. *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000. 116 p.

JACOB, Christian. Ler para escrever: navegações alexandrinas. In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian (Dir.). *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. Tradução Marcela Mortara. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000. p. 45-73.

LATOURE, Bruno. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian (Dir.). *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. Tradução Marcela Mortara. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000. p. 21-44.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 3. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 1994. 553 p.

LEICK, Gwendolyn. *Mesopotâmia: a invenção da cidade*. Rio de Janeiro: Imago, 2003. 365 p.

LÉVÊQUE, Pierre. *Impérios e barbáries: do século III a.C. ao século I d.C.* Tradução Ana Maria Rabaça. Tradução Artur Morão. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1979. 336 p.

\_\_\_\_\_. *O mundo helenístico*. Tradução Teresa Meneses. Lisboa: Edições 70, 1987. 248 p.

\_\_\_\_\_. *As primeiras civilizações*. Lisboa: Edições 70, 1998. v. II

LEVY, Pierre. *O que é o virtual?* São Paulo: Editora 34, 1996.

MARTINS, Wilson. *A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca*. 3. ed. São Paulo: Ática, 2002. 519 p.

MARX, Karl. *O capital*. Tradução e condensação por Gabriel Deville. Bauru, SP: EDIPRO, 2003. 286 p.

M'BOW, Amadou-Mahtar. *UNESCO Appeal: in support of the revival of the Library of Alexandria*. Paris, 22 out., 1987. Disponível em: <<http://www.bibalex.org/ENGLISH/aboutus/rebirth/appeal.htm>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

MAYOR, Federico. Alexandria, 26 jun. 1988. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0007/000795/079521Eo.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2014.

MEY, Eliane Serrão Alves. Bibliotheca Alexandrina. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Campinas, v.1, n.2, p.71-91, jan./jun. 2004. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000001724&dd1=2c30e>>. Acesso em: 25 abr. 2014.

MITTERRAND, François. *Discours de M. François Mitterrand...* Disponível em: <<http://discours.vie-publique.fr/notices/907005000.html>>. Acesso em 13 fev. 2015.

MOMIGLIANO, Arnaldo. *Os limites da helenização: a interação cultural das civilizações grega, romana, céltica, judaica e persa*. Tradução Claudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: J. Zahar, c1991. 158 p.

MOSSÉ, Claude. *Alexandre, o grande*. Tradução de Anamaria Skinner. São Paulo: Estação Liberdade, 2004. 243 p.

NABIL, Amr. *A luz ressurge das cinzas*. Disponível em: <[http://www2.correioweb.com.br/cw/EDICAO\\_20021018/vid\\_mat\\_181002\\_171.htm](http://www2.correioweb.com.br/cw/EDICAO_20021018/vid_mat_181002_171.htm)>. Acesso em: 18 out. 2008.

NAMER, Gérard. Les institutions de mémoire culturelle. In : \_\_\_\_\_. *Mémoire et société*. Paris: Méridiens Klincksieck, 1987.

NEGRI, Toni; HARDT, Michael. *Império*. Tradução Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record, 2001.

OBSIDIANA. In: DICIONÁRIO Lello Popular: novo dicionário ilustrado da língua portuguesa. Porto, Portugal: Lello & Irmão Editores, 1956. p. 972.

POLASTRON, Lucien X. *Livros em chamas: a história da destruição sem fim das bibliotecas*. Tradução Léo Schlafman. Rio de Janeiro: José Olympio, 2013. 419 p.

PLATÃO. *A república*. Trad. Benjamin Jowett. Oxford University Press: Nova York, 1960.

PLUTARCO. Alexandre. In: \_\_\_\_\_. *Vidas*. Tradução Jaime Bruna. São Paulo: Cultrix, [198-?]. p. 138-199.

RABOUIUN, Julie. *Bibliotheca Alexandrina: construire un projet culturel sur un mythe*. Université Lyon 2, 6 septembre 2006. Disponível em: <[http://doc.sciencespo-lyon.fr/Ressources/Documents/Etudiants/Memoires/Cyberdocs/MFE2006/rabouin\\_j/pdf/rabouin\\_j.pdf](http://doc.sciencespo-lyon.fr/Ressources/Documents/Etudiants/Memoires/Cyberdocs/MFE2006/rabouin_j/pdf/rabouin_j.pdf)>. Acesso em: 21 jan. 2015.

SAID, Edward W. *Cultura e resistência*. Tradução Barbara Duarte. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

SÁTRAPA. In: DICIONÁRIO Lello Popular: novo dicionário ilustrado da língua portuguesa. Porto, Portugal: Lello & Irmão Editores, 1956. p. 1218.

SEMÍTICAS. In: HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva: Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda, 2001. p. 2543.

SERAGELDIN, Ismail. *Director's Message*. Alexandria, Egito, [2001?]. Disponível em: <[http://www.bibalex.org/aboutus/message\\_en.aspx](http://www.bibalex.org/aboutus/message_en.aspx)>. Acesso em: 12 dez. 2014.

TOYNBEE, Arnold J. *Helenismo: história de uma civilização*. Tradução Waltensir Dutra. 4. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar Editores, 1975. 234 p.

UNESCO. INAUGURATION of the Bibliotheca...Disponível em: <<http://www.unesco.org/bpi/eng/unescopress/2002/02-78e.shtml>>. Acesso em: 26 nov. 2014.

\_\_\_\_\_. Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas. Disponível em: <<http://archive.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm>>. Acesso em: 04 fev. 2015.

\_\_\_\_\_. The Aswan declaration. Aswan, 12 fev. 1990. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/en/communication-and-information/access-to-knowledge/libraries/bibliotheca-alexandrina/the-aswan-declaration/>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

VEIGA-NETO, Alfredo. *Foucault e a educação*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. 159 p.

VRETTOS, Theodore. *Alexandria: cidade do pensamento ocidental*. Tradução Brigitte Klein. São Paulo: Odysseus, 2005. 313 p.

YÚDICE, George. *A conveniência da cultura: usos da cultura na era global*. Tradução Marie-Anne Kramer. Belo Horizonte, MG: Ed. UFMG, 2004. 615 p.